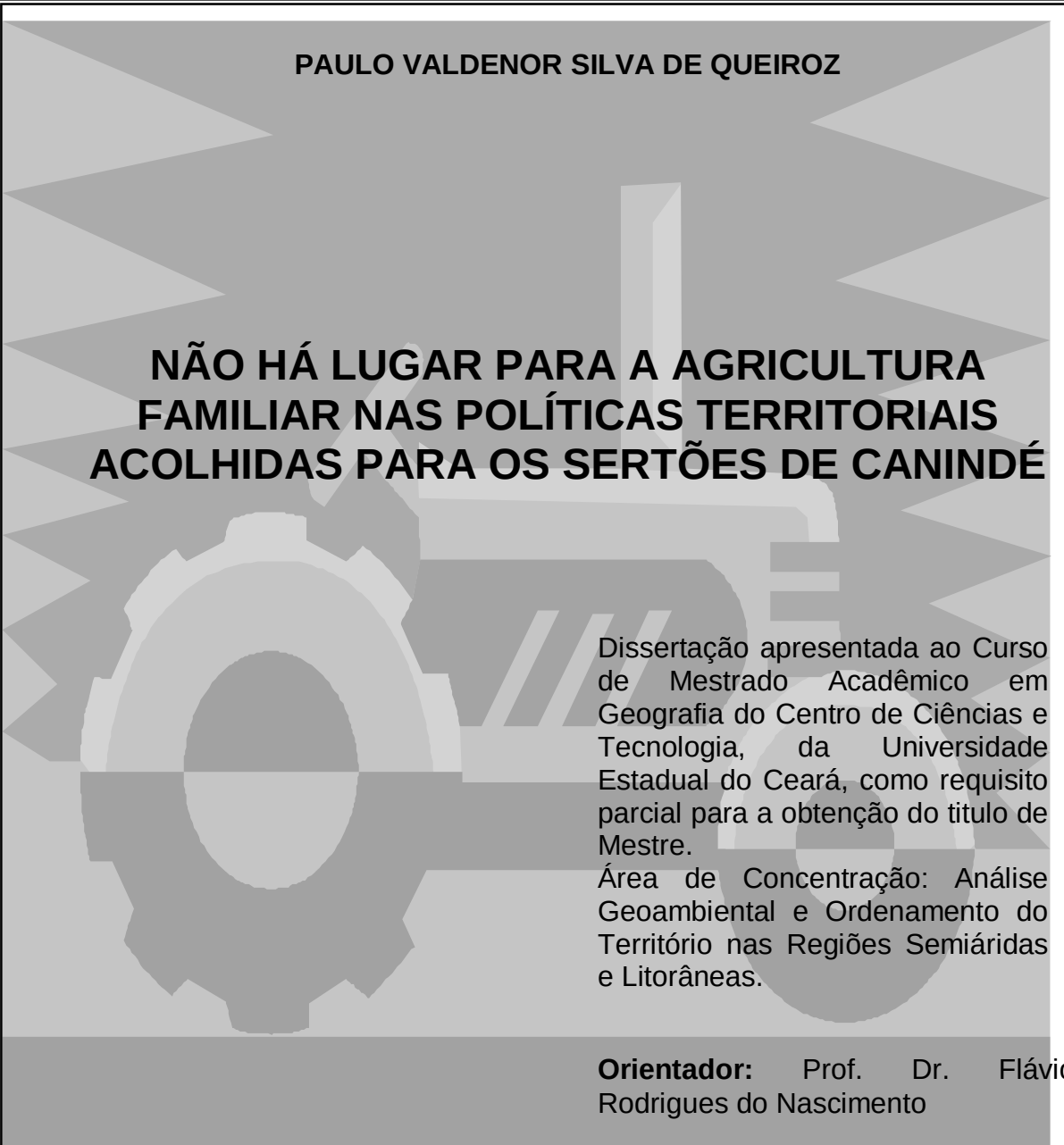


**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PAULO VALDENOR SILVA DE QUEIROZ**

**NÃO HÁ LUGAR PARA A AGRICULTURA
FAMILIAR NAS POLÍTICAS TERRITORIAIS
ACOLHIDAS PARA OS SERTÕES DE CANINDÉ**

**FORTALEZA - CEARÁ
2009**



PAULO VALDENOR SILVA DE QUEIROZ

**NÃO HÁ LUGAR PARA A AGRICULTURA
FAMILIAR NAS POLÍTICAS TERRITORIAIS
ACOLHIDAS PARA OS SERTÕES DE CANINDÉ**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia do Centro de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Análise Geoambiental e Ordenamento do Território nas Regiões Semiáridas e Litorâneas.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Rodrigues do Nascimento

FORTALEZA - CEARÁ
2009

Qn3

Queiroz, Paulo Valdenor Silva de

Não há lugar para a agricultura familiar nas políticas territoriais acolhidas para os Sertões de Canindé / Paulo Valdenor Silva de Queiroz. – Fortaleza, 2009.

199p.; il.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Rodrigues do Nascimento.

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia.

1. Geografia política. 2. Agricultura familiar. 3. Política territorial. 4. Canindé – sertões. I. Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia.

CDD: 320.12

PAULO VALDENOR SILVA DE QUEIROZ

**NÃO HÁ LUGAR PARA O CAMPONÊS NA POLÍTICA DE
TERRITÓRIOS RURAIS SUSTENTÁVEIS ACOLHIDA
PARA OS SERTÕES DE CANINDÉ**

Dissertação apresentada à
coordenação do Curso de Pós-
Graduação em Geografia da
Universidade Estadual do Ceará
como requisito parcial para obtenção
do grau de Mestre em Geografia.

Aprovado em: ____ / ____ / 2009

BANCA EXAMINADORA

FLÁVIO NASCIMENTO

Prof. Dr. Flávio Rodrigues do Nascimento
Universidade Federal Fluminense
Orientador

LEVI SAMPAIO

Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio
Universidade Federal do Ceará

CLÁUDIO GONÇALVES

Prof. Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelas oportunidades e experiências de minha vida.

A minha amada, Katiane, cujo carinho e ajuda foram inestimáveis.

Ao meu amado filho, Paulo Arthur, pelo carinho e brincadeiras.

À minha mãe, Célia, pelo apoio e auxílio constante.

Aos meus grandes amigos Fábio Matos, Maclecio, João Correia, Daniele Guerra e Rosilene Aires, pela ajuda e presença constantes durante meus trabalhos.

À turma do Mestrado Acadêmico em Geografia da UECE de 2007.

Aos amigos do Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais (LEAT) do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará.

Ao professor doutor Levi Sampaio, por suas críticas e sugestões sempre pertinentes.

Ao professor doutor Manuel Fernandes, pela várias oportunidades de discussões e esclarecimentos.

Ao professor doutor Flávio Nascimento, pela honrosa orientação e estímulo na realização deste trabalho.

Ao professor doutor Ubiratan Gonçalves, por seus esclarecimentos e pelo empréstimo de livros, artigos e revistas para elaboração de minhas análises.

Ao Núcleo dirigente dos Sertões de Canindé, na figura do seu articulador Sérgio Pinto, pela ajuda e fornecimento de dados.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo apoio financeiro mediante bolsa de estudos.

RESUMO

Analisar a implementação das políticas territoriais do Ministério do Desenvolvimento Agrário no chamado Território dos Sertões de Canindé, composto por seis municípios. O principal objetivo consistiu em analisar o modo por meio do qual os ideais do suposto “desenvolvimento territorial sustentável” são criados no recorte em foco. Para isto procurou-se levantar o modo como os gestores do Ministério do Desenvolvimento Agrário e os trabalhadores rurais dos Sertões de Canindé se apropriam dessas categorias (desenvolvimento e sustentabilidade) com base em sua leitura de mundo. Com apoio no materialismo histórico-dialético como ferramenta metodológica para alicerçar as ideias e argumentos, buscou-se produzir uma análise interpretativa do espaço selecionado. Daí, seguindo este método, optou-se por expor o objeto real estudado (os Sertões de Canindé), descrevendo e analisando as relações políticas e de poder conformadora deste espaço. Assim, a pesquisa encontra na perspectiva marxista e no método do materialismo-histórico o instrumento capaz de projetar as percepções além das aparências, na tentativa de esclarecer quais são as perspectivas territorializantes presentes nos Sertões de Canindé. Diante das argumentações desenvolvimentistas para a agricultura familiar, tentou-se traçar as origens das políticas implantadas nos Sertões de Canindé e suas relações com políticas anteriores implantadas no campo brasileiro, ressaltando os ideais mecanicistas e economicistas destas políticas como ferramentas de expropriação e espoliação do trabalhador camponês, ampliando ainda mais as relações capitalistas sobre o campo em detrimento de outras relações.

Palavras chave: Geografia; Território; Políticas Públicas

ABSTRACT

The aim of this research is to analyze the territorial policies implementation of the Ministry of Agrarian Development in the so called *Sertões de Canindé* Territory composed by six municipalities. The main aim was to analyze the way through which the ideals of the supposed “sustainable territorial development” are created in the cutting at issue. For so, we tried to find out about the way the management agents of the Ministry of Agrarian Development and the rural laborers of the *Sertões de Canindé* have borrowed such categories (development and sustainability), departing from the way they understand the world. Supported in the dialectic historical materialism as a methodological tool to base the ideas and arguments, we tried to produce an interpretative analysis of the selected area. Thereafter, we followed such method, in first instance, exposing the actual subject matter (*Sertões de Canindé*), describing and analyzing the political and resignation relationships of the area. Thereby, this research was based upon the Marxist perspective as well as on the historical materialist approach, the tool which is able to project perceptions far beyond appearances, aiming to elucidate what would be the territorializing perspective present in the *Sertões de Canindé*. Facing such developmentist rationale for familiar agriculture, we tried to outline the origins of policies implanted in the *Sertões de Canindé* and their relations with previous policies implanted in the Brazilian countryside, outlining the mechanistic and economicist ideals of those policies such as spoliation and expropriation tools of the peasant laborer, amplifying, even more, the capitalist relations over the countryside in detriment of other relations

Key-words: Geography; Territory; Public Policies

LISTA DE QUADROS

01 Composição dos territórios rurais no Ceará	144
02 Composição da instância colegiada do território dos sertões de Canindé	159
03 Projetos e ações implementadas nos Sertões de Canindé	166
04 Orçamentos e quantidades de projetos para os Sertões de Canindé no período 2007/2008	178
05 Ações e investimentos aprovados para os Sertões de Canindé no ano 2007	179
06 Proposta do MDA/SDT para divisão do Estado cearense em territórios rurais	184

LISTA DE TABELAS

01 Estrutura fundiária brasileira em 2003	59
02 Distribuição dos imóveis rurais por categoria em 2003	60
03 Classes de vulnerabilidade segundo o IMA.....	112
04 População por domicílio	122
05 População por município nos Sertões de Canindé	123
06 Área dos municípios, distância para a capital, população geral e densidade demográfica	124
07 População total, urbana e rural e taxa de urbanização	125
08 Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios (IDHM)	127
09 Porcentagem da renda apropriada por estratos da população.....	127
10 Indicadores de renda, pobreza e desigualdade	130
11 Taxas de analfabetismo por faixa etária em cada um dos municípios do território dos Sertões de Canindé	133
12 Tempo de permanência nos estudos (média do território)	133
13 Número de estabelecimentos rurais nos municípios dos Sertões de Canindé	135
14 Estabelecimentos rurais conforme a condição do produtor	137
15 A condição do produtor nos Sertões de Canindé	137

LISTA DE GRÁFICOS

01 Relação entre as unidades fundiárias com menos de 10ha e aquelas com mais de 1.000ha (%).....	60
02 PIB por produtor	79
03 Número de assentamentos entre os anos de 1964 a 2002	99
04 Ocupação de terras de 1996 a 2003	101
05 População urbana e rural de cada município	122
06 Comparação entre a população urbana e rural em cada um dos municípios (%).....	123
07 Distribuição etária da população do território dos Sertões de Canindé	131
08 Distribuição dos estabelecimentos rurais por município	136
09 Situação dos produtores rurais nos Sertões de Canindé	138
10 Classificação das rendas extraordinárias dos municípios que compõem o território dos Sertões de Canindé	139

LISTA DE FIGURAS

01 Roteiro teórico-conceitual seguido na pesquisa	26
02 Níveis de vulnerabilidade nos municípios do Ceará segundo dados do IMA	113
03 Localização dos territórios rurais no Ceará	145
04 Disposição hierárquica dos articulados segundo a SDT	152
05 Representação da gestão no desenvolvimento no território	160
06 Ciclo da gestão para o funcionamento dos territórios	161
07 Casa de mel no assentamento Marilândia em Paramoti	168
08 Placa divulgando o projeto da casa de mel em Paramoti	169
09 Casa de mel no assentamento Santo Antônio em Caridade	170
10 Tanque na unidade de resfriamento de Leite em Madalena	172
11 Unidade de resfriamento de leite em Madalena	172
12 Abatedouro em Canindé	174
13 Unidade de beneficiamento de milho em Madalena	175
14 Balança da unidade de milho	175
15 Máquina para beneficiamento do milho	175
16 Agricultor de Madalena qualificado para o beneficiamento do milho	176
17 e 18 Comercialização da produção agrícola nas feiras realizadas pelo território	176
19 Proposta de territorialização conjunta da SDT/MDA e SDA/Governo do Estado	185

LISTA DE SIGLAS

ACACE – Associação de Cooperação Agrícola do Ceará
BB S/A – Banco do Brasil Sociedade Anônima
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
CDL – Câmara dos Dirigentes Logistas
CDT – Conselho de Desenvolvimento Territorial
CEAC – Centro de Atendimento ao Cidadão
CEF – Caixa Econômica Federal
CEPAC – Centro de Estudos, Pesquisa e Assessoria Comunitária
CIAT – Comissão de Instalação de Ações Territoriais
CLACSO – Centro Latino-Americano de Ciências Sociais
CMDS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Social
CMDS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CREDE – Centro Regional de Desenvolvimento da Educação
CVT - Centros vocacionais tecnológicos
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EMATERCE – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
FETRAECE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará
FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FUNCEME - Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios
IMA – Índice Municipal de Alerta
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
LEADER – Integração das Ações para o Desenvolvimento da Economia Rural
LEAT – Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MPA - Movimento Nacional dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Sem-Terra

OCDE – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico

ONGs – Organizações não governamentais

PEA – População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais

PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

RIMISP – Rede Internacional de Metodologia de Investigação de Sistemas de Produção/Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural

SAF - Secretaria de Agricultura Familiar

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	08
LISTA DE TABELAS	08
LISTA DE GRÁFICOS	09
LISTA DE FIGURAS	10
LISTA DE SIGLAS	11
1 INTRODUÇÃO.....	15
2 BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	20
2.1 Território: categoria analítica da Geografia	34
2.2 Considerações sobre o território nas políticas de desenvolvimento rural do MDA	38
2.3 “Problemas” no território da política territorial da SDT/MDA	50
3 BREVE DISCUSSÃO SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA	55
3.1 Algumas considerações sobre a estrutura agrária do país	55
3.2 O desenvolvimento do capitalismo na agricultura	63
3.2.1 O Campo brasileiro pós-1950	68
3.2.2 Algumas considerações sobre as implicações do desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira	81
3.3 As políticas territoriais como estratégia de desenvolvimento rural	89
4 OS SERTÕES DE CANINDÉ: CENÁRIO ATUAL	104
4.1 Os sertões do Ceará no contexto semiárido nordestino	107
4.2 Um pouco da história dos municípios que compõem o território dos sertões de Canindé	117

4.3 Alguns indicadores socioeconômicos dos municípios que compõem o Território dos Sertões de Canindé	121
4.4 Desenvolvimento rural sustentável no Ceará: os Sertões de Canindé	141

5 A POLÍTICA BRASILEIRA DE ACESSO À TERRA E AS PROPOSTAS DO MDA/SDT PARA OS SERTÕES DE CANINDÉ151

5.1 A atuação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial no contexto das políticas territoriais	151
5.2 A atuação da Secretária de Desenvolvimento Territorial nos Sertões de Canindé: o estabelecimento do território.....	155
5.3 Os projetos aprovados pela Secretária de Desenvolvimento Territorial para o “desenvolvimento” dos Sertões de Canindé	167
5.4 Dificuldades e desafios para o funcionamento dos projetos	179

CONCLUSÃO187

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....194

1. INTRODUÇÃO

Discutir o desenvolvimento é algo problemático e cada vez mais monopolizado pelos discursos de técnicos, economistas e administradores. Os níveis de renda, padrões de consumo, produção e difusão tecnológica são alguns dos indicadores utilizados por este grupo para qualificar as melhorias de um determinado espaço, seja ele rural ou urbano. Num país em desenvolvimento este parâmetro, para a comparação entre o rural e o urbano ou entre o rural brasileiro e o rural de um país desenvolvido, é amplamente utilizado.

Dentro desses parâmetros de desenvolvimento, há um discurso que apresenta o rural como o *locus* do atraso, cujo “desenvolvimento precário” perpassa os ideais de um meio onde as desvantagens (em suas mais diversas dimensões) persistem. O rural seria concebido, segundo essa lógica, como um espaço com deficiências, que necessita de incentivos e planejamentos para que consiga caminhar nos trilhos do desenvolvimento atingido pelo meio urbano brasileiro e pelos países de economia forte.

De forma paralela, há outro discurso não necessariamente antagônico, que apresenta o rural como o *locus* das potencialidades. Este é o discurso traçado pelas políticas territoriais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), onde o rural aparece não como o lugar que possui apenas limitações (e problemas), mas que também está repleto de potencialidades, que, ao serem devidamente articuladas, lhe permitem atingir melhores níveis de desenvolvimento.

Assim, desde 2003, o Governo Federal brasileiro decidiu pela elaboração de uma política nacional de apoio ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT). O principal resultado dessa política foi a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), na esfera do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo o referido programa acolhido no âmbito do Plano Plurianual do Brasil de 2004 – 2007.

Em sua política, o MDA propôs o apoio à agricultura familiar, à reforma agrária e ao incremento da agricultura, propostas estas pautadas em

políticas territoriais descentralizadas, participativas e sustentáveis. Tal proposição está expressa em alguns documentos, tais como:

- ✦ *Referências para um programa o desenvolvimento territorial sustentável* (de junho de 2003);
- ✦ *Referências para o desenvolvimento territorial sustentável* (outubro de 2003);
- ✦ *Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil* (de março de 2005);
- ✦ *Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais* (de maio de 2005);
- ✦ *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: guia para o planejamento* – documento de apoio nº02 – (de novembro de 2005);
- ✦ *Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais* – documento institucional nº03 – (de novembro de 2005); e
- ✦ *Referências para a Gestão Social dos Territórios Rurais: guia para o controle social* – documento de apoio nº04 – (de maio de 2006).

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial, sob a orientação do MDA, tornou-se o órgão responsável pela implantação e desenvolvimento dos territórios rurais em todo o campo brasileiro.

Segundo o Atlas dos Territórios Rurais, publicado em 2004 pelo MDA, no Brasil havia um total de 101 territórios, dos quais 41 integravam a região Nordeste e agrupavam um total de 1.787 municípios.

Neste contexto, no Ceará foram criados (entre os anos de 2003 e 2004) cinco territórios, envolvendo o total de 73 municípios delimitados institucionalmente. São eles: Sertões dos Inhamuns – Crateús (com 20 municípios), Sertão Central (com 12 municípios), Sertão de Itapipoca (com 18 municípios) e Sertão de Sobral (com 17 municípios) e os Sertões de Canindé (com 06 municípios).

Este ensaio consiste em estudar o então criado território dos Sertões de Canindé que tem origem na cisão do território do Sertão Central, ainda em 2004, formando dois territórios – o território do Sertão Central, que conservou o nome original, constituído por: Banabuiú, Choró, Deputado Irapuan Pinheiro,

Ibaretama, Milhã, Mombaça, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Quixadá, Quixeramobim, Senador Pompeu e Solonópole; e o território dos Sertões de Canindé, formado pelos Municípios de Boa Viagem, Canindé, Caridade, Itatira, Madalena e Paramoti.

O enfoque territorial é apresentado na visão da SDT/MDA como elemento integrador dos espaços, dos agentes sociais (produtores e consumidores deste espaço), dos mercados e das políticas locais. Não obstante, a intenção de designar um desenvolvimento sustentável dos territórios rurais é um estímulo à coesão social e territorial das regiões e dos países onde ela é empregada como elemento harmonizador dos processos de ordenamento (regulação descendente) e de desenvolvimento (reação ascendente) das sociedades nacionais.

Já os *territórios rurais* são representados pelos espaços onde predomina o que o MDA chama de “elementos rurais” (apresentados como um ambiente natural pouco modificado e/ou parcialmente convertido pela atividade agrossilvopastoril; baixa densidade demográfica; base na economia primária etc.). Nestes territórios estão inclusos os espaços urbanizados que compreendem pequenas e médias cidades, vilas e povoados.

O Nordeste brasileiro, durante décadas, viveu sob o estigma da região-problema, em especial, o meio rural, e assistiu à emergência de inúmeras políticas desenvolvimentistas, na tentativa de garantir que certo número de agricultores ascenda às políticas públicas que os beneficiem, integrando-os ao mercado e ampliando consideravelmente a possibilidade de reprodução do estado social vigente.

Grande parte das políticas implantadas para o meio rural nas últimas décadas caminha dentro do chamado *paradigma do capitalismo agrário*, ao assegurar que único futuro para o meio rural está na transformação do camponês em um agricultor familiar, cuja produção é voltada para o mercado.

Essa agricultura familiar, vista à luz do *paradigma do capitalismo agrário*, é descrita pela intensa presença do trabalho assalariado e conhecida por seu perfil econômico-quantitativo na exploração da terra.

Ademais, apesar do conceito de *desenvolvimento (territorial) rural sustentável* das políticas territoriais da SDT/MDA ter incluído certos aspectos – como a participação, a solidariedade, o fortalecimento dos recursos endógenos

e identidade territorial – acredita-se que sua finalidade é a transformação do meio rural num espaço amplamente produtivo e totalmente inserido na dinâmica do consumismo desenfreado, não rompendo com o *paradigma do capitalismo agrário*, cuja base é o pensamento do economista Ricardo Abramovay (1999; 2000; 2001).

Assim, entre as hipóteses, crê-se que este “*desenvolvimento territorial*” representa uma política em que o social, uma vez mais, junto com os aspectos sociais, está submisso aos aspectos econômicos, ampliando a lógica do mercado, a reprodução e acumulação de capital. Logo, a ampliação desse modelo de desenvolvimento sobre o campo, representa uma política estratégica de controle dos governos que permite a eles a garantia da reprodução do sistema socioeconômico atuante.

Deste modo, justificam-se o recorte temporal de 2004 a 2008, pelo fato de a elaboração das políticas de territórios sustentáveis no Brasil terem sido projetadas para este período (ainda que por vezes se tenha de retroceder um pouco até a década de 1990); e o recorte espacial - os Sertões de Canindé – como território eleito para implantação destas políticas.

Entre os objetivos de análise, pode-se ressaltar a pretensão de investigar as políticas de acesso à terra desenvolvidas pelo MDA (utilizando o caso do território dos Sertões de Canindé), partindo das categorias território e desenvolvimento sustentável, buscando as implicações de tais políticas no ambiente socioeconômico dos indivíduos envolvidos, considerando que o referido Ministério utiliza estes conceitos como parte integrante das novas definições das políticas públicas brasileiras, referentes às questões do acesso à terra e da pequena produtividade da agricultura familiar campesina, bem como a aspiração de verificar sua eficácia de implementação no recorte selecionado.

Ademais, deve-se explicitar o anseio de identificar as matrizes teóricas com suporte nas quais estas categorias foram sendo apropriadas, pelo Estado e políticas governamentais, especialmente em relação ao MDA; os desdobramentos materiais dessa apropriação teórica, quando da (re)definição das políticas de acesso e permanência à terra; e o modo como os trabalhadores rurais lidam com essa linguagem que procura lhes transformar

as maneiras de nomear o mundo e as possíveis modificações socioeconômicas oriundas de tais políticas.

Toda a abordagem, ao analisar a materialidade dessas ações políticas, sob determinada dimensão, visa a compreender os mecanismos mediante os quais a sociedade interage com o espaço (compreendido como condição, condicionante e meio), na produção de um espaço geográfico. Logo, todas as vezes que se faça referência ao conceito de espaço, a remissão diz respeito ao espaço geográfico, em constante formação.

Ademais, algumas outras indagações aparecem aqui com efetiva relevância para essa discussão, tais como: que objetivos sociais e políticos circundam tais políticas? Que critérios (políticos, sociais, econômicos e ambientais) foram utilizados para criação destes territórios sustentáveis?

Deste modo, o anseio de realizar a pesquisa explicou-se pelo fato de que todas estas indagações se encontram sem respostas satisfatórias para o autor e para os trabalhadores rurais.

2 BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Na intenção de realizar um bom trabalho, buscou-se analisar as contribuições, para os camponeses, das políticas territoriais propostas pelo MDA. Para isto, utilizaram-se procedimentos como entrevista e aplicação de questionários (com a população rural, pesquisadores do MDA e outros órgãos governamentais, políticos, representantes de ONGs); análise e interpretação dos últimos censos agropecuários; busca *in loco*; pesquisa de gabinete; tabulação e confecção de tabelas, gráficos e mapas; etc.

Nos trabalhos de campo, buscou-se participar das discussões e propostas efetivadas para implantação do território dos Sertões de Canindé.

Considerando que a área de estudo é composta por municípios essencialmente rurais, em meio a um sertão semiárido, buscou-se centrar as referências sobre algumas questões consideradas de fundamental importância para o estudo do tema agrário e da semiaridez. Assim, os temas reforma agrária, concentração fundiária e renda da terra são frequentes neste trabalho, sempre considerando as condições de vida no sertão, levando em conta não apenas o clima, mas também as possibilidades do uso de solo e água para o cultivo nas pequenas e médias propriedades.

A perspectiva é a de tentar abrir o caminho através do qual o agricultor camponês nos Sertões de Canindé transforma a natureza, à medida que modifica o espaço ao seu redor por meio do seu trabalho como condição social de produção da vida no campo.

Considera-se que o agricultor camponês deve ser compreendido por sua base familiar; pelo trabalho da família na sua terra ou na terra alheia, por meio do trabalho associativo, na organização cooperativa, no mutirão, no trabalho coletivo, comunitário e individual. Sendo assim, fazem parte dessa categoria os sem-terra, os parceiros, o meeiro, o pequeno arrendatário e o assentado, entre outros (FERNANDES, 2004).

Esse é o conceito de agricultura familiar, presente desde a origem, na luta e na história do campesinato. O conceito serve para indicar que o trabalho na terra é desempenhado pela família, proprietária dos meios de

produção, no processo produtivo (CHAYANOV, 1974). “Desta feita, o camponês só pode ser agricultor familiar”. (FELÍCIO, 2006, p. 14).

Não se concebem os conceitos de camponês e agricultor familiar como antagônicos ou díspares, nem mesmo que haja um processo no qual um venha a substituir o outro. Na realidade, compreende-se que tais conceitos descrevem os mesmos indivíduos.

Como já ressaltado, o sentido de agricultor familiar não comporta apenas aqueles grupos de pequenos proprietários que produzem na terra utilizando mão-de-obra familiar. Fazem parte desta categoria os posseiros, agregados, moradores de condição, rendeiros, assentados, acampados etc e outros.

Assim, procurou-se um modo de se desvencilhar do pensamento linear que traça uma contraposição entre estes conceitos, situando-os em margens opostas. Logo, as tentativas da diferenciação, na realidade, são fruto de posições políticas (ideológicas) que tentam impor o fim dos camponeses e a emergência de um novo produtor rural que produz para o mercado.

Entre as principais características do agricultor familiar, pode-se apontar: possui o completo domínio sobre seus meio de produção; raramente vende sua força de trabalho; não consome grande quantidade de bens; produz quase tudo o que consome etc. É óbvio que o sistema não simpatiza com esse indivíduo. Sua figura emblemática é praticamente o oposto de tudo aquilo que o sistema impõe.

Portanto, as ações sobre o meio rural destinam-se diretamente a esse grupo de indivíduos, chamando-os de agricultores familiares, porém instigando a ideia de a produção ser voltada para o mercado. Quer dizer: há uma distorção do conceito agricultura familiar.

Como já apontado, o emprego de um ou de outro termo está ligado diretamente a aspectos políticos/ideológicos. Dessa forma, é possível inferir que há um pensamento consensual, que defende a expansão do capitalismo no campo apoiado pela Rede Internacional de Metodologia de Investigação de Sistemas de Produção/Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural (RIMISP), vinculada ao Banco Mundial. E há um pensamento crítico, confrontante ao pensamento consensual, que defende as possibilidades de compreensão das realidades em suas complexidades e diversidades, apoiado

pelo Centro Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO), vinculado à Via Campesina (FELÍCIO, 2006).

O paradigma do capitalismo agrário, defendido pelos teóricos do RIMISP, compreende que o único futuro do campesinato está na transformação do camponês em agricultor familiar (cuja produção deva ser voltada para o mercado). Essa tendência inevitável do desaparecimento do campesinato resulta numa possibilidade (quase que matemática) de sobrevivência do camponês: “inserir-se plenamente no mercado + maximizar sua produção = agricultor familiar”.

Para Felício (2006, p. 18), este paradigma só prevê três opções para o futuro no campo: “a inserção do camponês ao mercado, a pluriatividade ou então, políticas compensatórias”.

Já o paradigma da questão agrária, defendido pelos teóricos da CLACSO, entende que a luta pela terra (e pela reforma agrária), ressaltando a força que possui a classe, é a forma privilegiada da (re)criação do camponês. O camponês é aquele que luta pela terra!

Acredita-se que os caminhos distintos apontados pela RIMISP e pela CLACSO são opções de nomenclatura política, não havendo grandes divergências teóricas (dadas as definições de camponês e agricultor familiar, retrocitadas).

Então, qual a diferença entre a agricultura familiar nos dois paradigmas? Ou qual a distinção entre o camponês e o agricultor familiar sob este mesmo ponto de vista? No paradigma da questão agrária, a agricultura familiar, como já se ressaltou, consiste no trabalho conjunto da família para o próprio consumo. Já no paradigma do capitalismo agrário, a agricultura familiar resulta da mão-de-obra familiar. Este é o grande debate deste trabalho.

Fernandes (2008; p.281) assevera que há dois tipos de territórios: o primeiro e o segundo. O primeiro território representa aqueles espaços formados pelos diferentes escalas da governança: nacional, regional, estadual, municipal e distrital. O segundo território é formado pelos diferentes tipos de propriedades particulares. Logo, o segundo território é uma fração do primeiro território, segundo o autor.

Assim compreendidos, pode-se dizer que as formas de organização do primeiro território influem no segundo, e o seu inverso também é verdadeiro.

Com tal tipologia, visualizam-se melhor as conflitualidades entre os modelos de desenvolvimento que disputam os territórios. O território das comunidades rurais, com a presença do campesinato, buscando sua subsistência arrimada na policultura, entra em conflito com o território do capital, que procura no monocultivo e no mercado as opções para o desenvolvimento.

Logo, não há dúvidas, pois o que determina a utilização de um ou outro termo é fruto da posição político-ideológica de cada grupo ou indivíduo. Trabalhar com o conceito de camponês significa priorizar as dimensões de luta pela terra (concentrada pela propriedade privada). Priorizar o conceito de agricultura familiar é privilegiar a dimensão mercadológica desse sujeito. É obvio que esta distinção é uma preocupação muito maior para os pesquisadores da RIMISP do que é para a CLACSO.

Pode-se dizer que o paradigma do capitalismo é que se preocupa em diferenciar seu agricultor “moderno” do camponês de outrora. No paradigma da questão agrária, os dois termos são amplamente utilizados. Não por acaso, o conceito retrocitado de Fernandes (2005), utilizado como referência, foi o de agricultor familiar e não o de camponês.

A agricultura familiar, vista à luz do paradigma da questão agrária, é descrita pela quase que ausência do trabalho assalariado (justificando, em parte, por que surgem outras formas de relações produção), e por isso se diferencia da unidade de exploração capitalista.

Já o paradigma capitalista de agricultura familiar, rechaçando e maculando o conceito de camponês, molda o perfil do agricultor “familiar” por modelos econômico-quantitativos com o estabelecimento de variáveis mercantis, tais como a renda total. Um dos principais indicadores econômicos utilizados, a renda total é composta por inúmeras variáveis que visam a captar os vários aspectos da atividade produtiva, como: a facilidade e a relação custo-benefício da inserção no mercado, as possibilidades de transformação e beneficiamento da produção agrícola no interior da propriedade etc. (MONTENEGRO GÓMES, 2006).

Portanto, há uma distinção entre aquilo que a CLACSO e a RIMISP chamam de agricultor familiar. Para a CLACSO, a figura do agricultor familiar é similar à do camponês (como se referenciou na citação de Fernandes, op. cit.), uma vez que a produção é fruto da mão-de-obra familiar para sua subsistência.

Já para RIMISP, a agricultura familiar é fruto da mão-de-obra familiar (não paga e por isso barata) e sua produção é destinada ao mercado (FELÍCIO, 2006).

As oposições há pouco expostas entre o paradigma da questão agrária (com a agricultura camponesa) e o paradigma do capitalismo agrário (com a agricultura capitalista) não devem ser interpretadas de forma maniqueísta, reduzindo toda essa problemática a uma combinação binária, onde de um lado há os camponeses e do outro os capitalistas. Não é possível afirmar que a agricultura camponesa é oposta à agricultura de mercado. Aliás, os camponeses sempre mantiveram uma relação com o mercado. Além do mais, é preciso lembrar que a “agricultura capitalista é *uma* forma de agricultura de mercado e não *a* agricultura de mercado. O mercado é anterior ao capitalismo e pode a ele sobreviver”. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 224).

É preciso esclarecer também que os documentos da SDT/MDA (2003; 2003b; 2005; 2005b; 2006) utilizam (como era de esperar) o conceito de agricultura familiar (da RIMISP) e por este motivo trabalhou-se com esta mesma nomenclatura com vista a não criar maiores complicações. Lembra-se uma vez mais, contudo, que o entendimento de agricultura familiar presente neste trabalho não condiz com as ideias e pressupostos da RIMISP ou das políticas territoriais, e por isso, quando necessário, se recorrerá às raízes do campesinato, dando maior profundidade ao debate.

Outro esclarecimento deve também ser feito. Considerando que as políticas elaboradas pelo MDA/SDT são territoriais, por vezes se recorre, também, ao conceito de território, visto de sua perspectiva política, enfatizando as relações de poder eminentemente ligadas a sua conformação. Para isso recorre-se a autores como Raffestin (1993), Fernandes (1999; 2004; 2005); Castro (1992; 2005); Souza (1995), entre outros, buscando revelar as relações de poder inerentes ao processo de formação de territórios.

Ademais, por algumas vezes, se “compara” o território utilizado na abordagem geográfica – como relações de poder – com as proposições referentes à *abordagem territorial* do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Para este fim, utilizam-se os documentos do MDA formuladores da política (MDA, 2003; 2005) e trabalhos desenvolvidos por pesquisadores que as apoiam, tais como Abramovay (1999); Navarro (2001); Veiga (2001); Sérgio Schneider (2004); Schejtman e Berdegué (2004), entre outros.

Observando também que as políticas territoriais do MDA são políticas de intervenção pública na organização do espaço geográfico, algumas análises referentes aos conceitos de políticas públicas e de Estado foram consideradas. Para isto utilizam-se os trabalhos de Andrade (1986); Bursztyn (1985); Guimarães (1981); Harvey (2004); Hobsbawn (1998) e Jacobi (1989).

Sabe-se que as políticas públicas são sempre implementadas em nome de determinado desenvolvimento. Assim, há também uma aproximação do conceito de desenvolvimento para se questionar e diferenciar o desenvolvimento clássico do desenvolvimento sustentável. Na ampliação deste raciocínio, reporta-se a Camargo (2003); Leff (2001); Nascimento (2006) e Montenegro Gómez (2006).

Para a investigação dos programas e projetos de desenvolvimento aprovados para os Sertões de Canindé, buscou-se acompanhar as reuniões mensais organizadas pelo núcleo dirigente do território (no período de 2008) e adquirir as pautas e atas do período de 2004 a 2008. A leitura de tais documentos foi útil na averiguação das propostas e projetos pensados para o recorte ora focalizado.

O organograma a seguir tenta expressar, de forma clara e sucinta como, se desenvolveu o raciocínio baseado nos conceitos trabalhados nesta pesquisa.

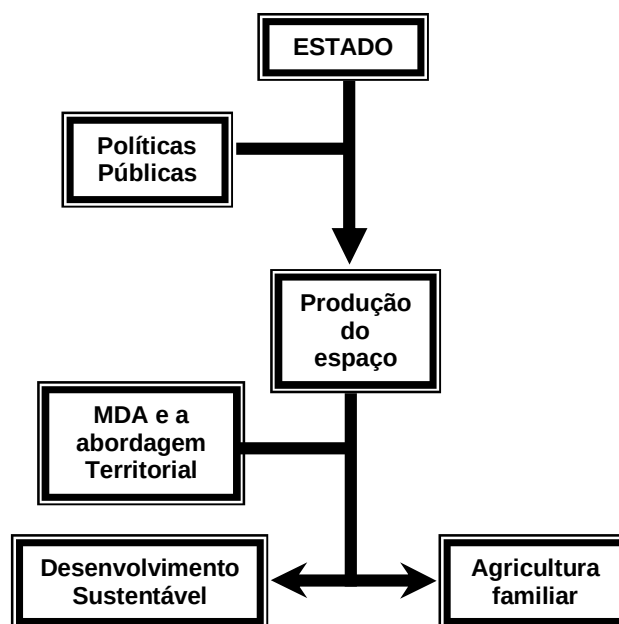


Figura 1 – Roteiro teórico-conceitual seguido na pesquisa.
Fonte: Elaboração própria.

Encaminhamentos Metodológicos

O trabalho foi estruturado em cinco capítulos, divididos da seguinte forma: o primeiro capítulo coincide com a introdução, enquanto o segundo foi dedicado a descrever as bases teórico-metodológicas e os procedimentos utilizados no desenvolvimento do trabalho. Aqui, buscou-se analisar os conceitos mostrados no organograma acima, bem como apresentar alguns daqueles utilizados nas políticas territoriais do MDA, discutindo algumas de suas dimensões.

O terceiro é fruto da análise dos últimos censos e estimativas e, foi constituído na finalidade de traçar breve esboço e algumas notas sobre a questão agrária brasileira, discutindo os seus aspectos alusivos à concentração de terras e aos movimentos sociais, fazendo alguns apontamentos sobre essa temática nos Sertões de Canindé/CE.

No quarto módulo, apresenta-se o recorte dos Sertões de Canindé, ressaltando alguns de seus problemas político-sociais (conflitos por terra, analfabetismo etc.), econômicos (o assistencialismo) e ambientais (a disponibilidade de água e as condições de solo). Grande parte do capítulo é fruto de dados documentais (do MDA, SDT e INCRA) e entrevistas obtidas em

campo durante os trabalhos *in loco*. Neste segmento, aparecem também algumas considerações sobre a história de ocupação e crescimento dos municípios que compõem os Sertões de Canindé, e grande parte dessas informações foi retirada do relatório *Estudo Propositivo para Dinamização Econômica do Território dos Sertões de Canindé*, publicado em 2005, pelo MDA, e dos sítios oficiais na internet de algumas das prefeituras que compõem o recorte focalizado.

O quinto capítulo representa o momento no qual se traça um perfil entre aquilo que foi pensado (pelas políticas territoriais do MDA) para os Sertões de Canindé e o que realmente foi e é efetivado neste recorte. Para compor as reflexões deste capítulo, realizou-se, além das entrevistas, a tabulação de parte dos projetos desenvolvimento para os Sertões de Canindé.

As dificuldades são muitas. Compreende-se que a apreensão do objeto **não** se faz de maneira simples. Perceber os elementos que compõem, forjam e consolidam o espaço é estar ciente de que tal fenômeno está relacionado (mas não apenas) com a inevitabilidade da renovação tecnológica permanente do capitalismo – uma das condições de sua sobrevivência – atingindo toda a sociedade, situando diante da humanidade, através dos meios modernos de comunicação, um volume de informações e problemas, que torna a análise do espaço como algo cada vez mais complexo de se realizar.

Assim, a perspectiva geográfica do trabalho prosseguiu na intenção de estudar ao mesmo tempo a natureza e a vida social – a dimensão espacial da sociedade – que se seleciona como objeto de estudos – os Sertões de Canindé.

Discutir, questionar ou mesmo avaliar os níveis de desenvolvimento do espaço, no entanto, mesmo que seja de um município, não é uma tarefa nada fácil. Os motivos são variados, mas entre eles se pode destacar o próprio entendimento ideológico que se tem deste conceito. Apesar de toda a discussão ambiental que ora se apresenta, visando a redirecionar os indicadores (e possibilidades) do desenvolvimento, o que se vê é a permanência de um paradigma, no qual o mesmo é apropriado como um instrumento eficaz de controle social; um fortalecedor dos princípios econômicos, sociais e políticos da sociedade capitalista e amplamente

funcional à reprodução e acumulação desigual do capital, permanecendo, assim, como um sustentador do discurso e da ordem capitalista.

Da mesma forma, acredita-se que, para “avaliar o progresso” (ou as melhorias) de uma sociedade, a utilização de indicadores econômicos não é suficiente. É preciso que haja a incorporação de critérios mais sociais e qualitativos na verificação das melhorias e dos avanços técnicos, haja vista que a política econômica é fruto de indicadores estatísticos largamente manipuláveis. Poderiam ser considerados critérios tais como: quantas vezes as pessoas se alimentam por dia, que alimentos são consumidos nessas refeições, possuem ou não residência fixa e/ou própria etc.

Sem dúvidas, a virada do século XX abriu precedentes à procura de uma “nova ordem mundial” que busca não apenas um tratamento mais racional dos recursos naturais, mas, acima de tudo, formas mais equitativas de assegurar a existência e sobrevivência da humanidade. Tais tendências, no entanto, parecem se esvaír à luz das contradições conflitantes presentes nas sociedades contemporâneas, pois, por muitas vezes, a racionalidade social é reduzida a meras funções econômicas e técnicas dos dados estatísticos.

É por estar diante de tantos conflitos e antagonismos que se busca no Materialismo Histórico-Dialético o apoio metodológico para alicerçar as ideias e argumentos. Acredita-se que as características de análise utilizadas na perspectiva marxista, partindo de situações históricas concretas, e não de premissas e pressupostos ideais, são capazes de produzir um saber para analisar e interpretar o espaço em discussão.

Demais disso, busca-se na opção política de se trabalhar com o Materialismo Histórico-Dialético a passagem da imagem caótica do real para uma estrutura racional, organizada e operacionalizada em um sistema de pensamento. A primeira etapa deste método é, pois, a busca dos elementos essenciais comuns que estruturam a realidade.

Daí, seguindo este método, optar-se por primeiro expor o objeto real que nos cerca (os Sertões de Canindé), descrevendo e analisando as relações políticas e de poder conformadora deste espaço.

Assim, a pesquisa encontra na perspectiva marxista e no método do Materialismo-Histórico o instrumento capaz de projetar as percepções de modo que transponham as aparências, na tentativa de fazer sobressair a verdadeira

essência escondida na política em questão. “A realidade última é, portanto, revelada por intermédio da razão, que reconhece, no movimento caótico da sociedade, os fatores fundamentais de sua organização e de seu desenvolvimento, [...]” (GÓMEZ, 1996, p. 282).

O marxismo assevera que o sujeito do conhecimento, historicamente estabelecido e contextualizado socialmente, é capaz de ser apreendido pela ciência com base nas categorias essenciais que o envolvem: a produção, a reprodução, o consumo, a troca, a propriedade, o Estado, o mercado e as classes sociais. Estas mesmas categorias nos serviram no propósito de interpretar a realidade empírica que nos cerca.

A finalidade desta conduta foi a de compreender a formação social do território de Canindé, seus aspectos fundamentais, suas determinações, (re)constituindo os caminhos históricos e espacialmente percorridos por estas categorias em diversos momentos, estabelecendo sentido e direção para esse movimento, que em muitas das vezes acontece de forma desigual.

Assim, recorre-se a esse método como meio de analisar e responder às inquietações atinentes ao recorte analisado. Sabe-se, contudo, que este método não comporta todas as possibilidades de análises pretendidas neste trabalho, uma vez que precisa se discutir a realidade ambiental dos sertões cearenses, cujas condições influenciam diretamente no desenvolvimento (seja ele social ou econômico, sustentável ou não) da região.

Dessa forma, por vezes, recorre-se às explicações técnicas de análise das condicionantes ambientais do Nordeste semiárido, levantados por Ab’Saber (1999) e Souza (2000), na tentativa de tornar a abordagem mais ampla e completa, haja vista que, sobre o Nordeste semiárido, AB’ Saber (1999) já alertara para a ideia de que,

Isoladamente, o conhecimento de suas bases físicas e ecológicas não tem força para explicar as razões do grande drama dos grupos humanos que ali habitam. No entanto, a análise das condicionantes do meio natural constitui uma prévia decisiva para explicar causas básicas de uma questão que se insere no cruzamento dos fatos físicos, ecológicos e sociais. (P. 7).

Assim, é preciso ficar bem claro que a questão posta aqui em discussão não é a de que os problemas que afligem o Nordeste são de ordem

natural, e, uma vez compreendidos os determinantes ambientais, as soluções aparecerão. Como foi explicitado por AB' Saber (1999) na referência retrocitada, a análise das condicionantes ambientais representa apenas uma previa, um passo para compreender o Nordeste. Assim, nenhuma solução poderá ser dirigida à resolução dos problemas do Nordeste brasileiro abstraindo-se da dinâmica do seu meio ambiente.

Nesse contexto, é preciso que se considere também a figura do Estado, que surge na medida em que são reforçados os argumentos desenvolvimentistas, na busca de solucionar as mazelas sociais e os desequilíbrios ambientais criados pela ação da sociedade e do próprio Estado. Desse modo, o Estado moderno consegue ressaltar o seu papel de interventor nas ações causadas pela sociedade.

O Estado interventor e suas contradições

Para Castro (2005, p. 118), “o Estado é na realidade uma instituição e como tal está inscrito nos tempos do território e da sociedade”. Isso ocorre porque uma das condições do Estado é a de *interventor*. Essa qualidade sanciona a ele um conjunto de instrumentos legais, que lhe facultam uma complexa gama de possibilidades de ação em suas variadas relações (econômicas, jurídicas, políticas, ambientais etc.) de (re)produção da/na ordem social. São as chamadas *intervenções de ordem pública* ou simplesmente *políticas públicas*, pois segundo seus princípios gerais, tais medidas se destinam a atender uma considerável parcela da população (pelo menos teoricamente).

As ações do Estado, todavia, não se dão ao acaso. E muito menos se processam de modo neutro, como se fosse uma instituição que governasse fundamentada em princípios de equilíbrio social, econômico, político e espacial, pairando acima das classes sociais e de seus conflitos. Pelo contrário, as condições de realização do Estado capitalista moderno representam a efetivação e a (re)produção de uma sociedade capitalista, isto é, a valorização das relações de troca que viabilizam a acumulação e a (re)produção da sociedade de classes. É justamente neste ponto que reside a dialética dos mecanismos de (re)determinação do Estado capitalista que, de um lado,

segrega as classes, ao mesmo tempo em que mantém todas dentro da mesma égide fetichista do consumo desenfreado.

O *desenvolvimento geográfico desigual*, como chamou Harvey (2004), ou *desenvolvimento desigual e combinado*, como diz Corrêa (1986), reflete o desempenho espacialmente desigual do Estado capitalista moderno como provedor de serviços públicos, especialmente aqueles que servem à população. Referem-se ao fato de que cada um destes aspectos da realidade é constituído de dois processos relacionados e interpenetrados, apesar de serem diferentes e opostos. “A contradição que daí decorre é característica imanente à realidade e o elemento motor de sua transformação”. (CORRÊA, 1986, p. 42).

Segundo Pedro Jacobi, em seu texto *Estado Capitalista: Transformações na dinâmica de intervenção e papel das burocracias*, publicado em 1989,

[As políticas sociais estão] permeadas pelas contradições e tensões entre os imperativos da reprodução do capital e as necessidades de reprodução da força do capital. E o Estado acaba por se tornar interlocutor das demandas sociais dos diferentes movimentos reivindicatórios e indutor das políticas que regulam a dinâmica geral da sociedade. (P. 9).

As políticas públicas agrárias aparecem frequentemente associadas a conflitos no campo, sendo, portanto, modos de intervenção com a finalidade de reduzir as tensões sociais, procurando um consenso. Logo, as políticas públicas não se afirmam como medida sólida de resolver as constantes manifestações de luta pela terra tão presente desde o Brasil colonial.

No contexto do desenvolvimento desigual das relações que caracterizam o sistema capitalista, a compreensão do campesinato em sua dinâmica histórico-político-social, é a de uma classe que se diluiu com a modernização da agricultura em meados do século XX. Some-se isso ao fato de haver políticas que orientam ideologicamente outras nomenclaturas para esta classe, como: agricultores, pequenos proprietários, sitiantes, lavradores etc.

É pela própria lógica da desigualdade das relações sociais, todavia, que o camponês não pode desaparecer. Assim, entende-se que o conceito de

agricultor camponês continua a existir, mesmo com algumas alterações da Modernidade, e que este permite vislumbrar uma unidade de classe que se manifesta na ordenação das parcelas do território sob seu controle. Como classe *sui generis*, sua singularidade se manifesta na habilidade que tem de reproduzir o espaço ao seu redor, pois ainda há o efetivo controle sobre o trabalho e os meios de produção. Isto “é o que lhes permite conservar a capacidade de produzirem seus próprios meios de vida, ainda que as condições concretas de reprodução de cada família nem sempre assim o determine”. (PAULINO, 2003, p. 09).

O espaço geográfico possui uma gênese, uma estrutura, características, processos e funções. Dizia Milton Santos (1997) que, é um “acumulado de tempos desiguais”, constituído historicamente com significado e realização para a consciência humana. Daí a apropriação do conceito de território, pois ele é determinante para explicar a apropriação desigual do espaço (além de que este é parte integrante da política que se estuda); e do desenvolvimento sustentável, visto por muitos como a redenção de todos os problemas da humanidade.

Nestas circunstâncias, compreende-se que o território deve ser apreendido como um espaço no qual se projetou um trabalho, e que, por consequência, revela uma complexa teia de relações sociais marcadas por conflituosas relações de poder. Dessa forma, ele só pode ser compreendido com amparo em todas as dimensões que o constituem (política, social, econômica e cultural). Já em se tratando do discurso do desenvolvimento sustentável, pode-se dizer que este é cada vez mais difundido e ampliado, e o interesse em produzir o máximo possível chegou a afirmar o propósito e a possibilidade de conseguir um crescimento econômico sustentável por vias dos mecanismos de mercado.

É assim que se vê a abordagem territorial da SDT/MDA. Com um discurso aparentemente novo em suas políticas traz, a falsa ilusão de que uma nova perspectiva é direcionada àquele que durante muitos anos foi considerado o “primo pobre” do meio urbano: o rural. O padrão de desenvolvimento utilizado por tais políticas, no entanto, continua a ser um arquétipo amplamente marcado pela áurea aptidão do consumo e de acumulação de riqueza.

Não há a pretensão de aprofundar esta discussão, porém, é preciso deixar claro que ambos os discursos, que associam o rural como *locus do atraso*, aparentemente oposto àquela do rural *locus das oportunidades*, caminham paralelamente no interior do mesmo processo de posição, práticas e condutas. As melhores argumentações que qualificam o meio rural brasileiro de atrasado é o próprio meio urbano do País, e, por algumas vezes, o meio rural de um país desenvolvido. Essa comparação se estabelece na finalidade última de garantir a reprodução de um desenvolvimento marcado principalmente pela capacidade de consumir, pelo acesso a um conjunto de bens e serviços e pela habilidade de acumulação de riqueza.

Por esta e outras razões, afirma-se que no fundo a persistência das desigualdades no meio rural está na concentração da riqueza social historicamente produzida, que tem origem nas dificuldades criadas (pelo sistema capitalista) ao acesso e distribuição de bens e serviços de qualidade, à satisfação das necessidades e capacidades humanas.

O Estado moderno é capitalista, logo, suas ações também o são. Dessa forma, políticas de desenvolvimento oriundas das ações do Estado não podem (nem poderão) acabar com as contradições de classe inerentes ao sistema. Também não se nega, todavia, que avanços podem ser dados em direção à melhorias sociais. Para isso, entretanto, é preciso aceitar que transformações importantes deverão ocorrer no seio da própria sociedade (que dá vida ao capital), com o estabelecimento de padrões de desenvolvimento mais coerentes e sustentáveis em todos os setores, continuamente aprimorados por meio de ordenamentos dinâmicos democraticamente conduzidos. Há uma apropriação da riqueza e socialização dos prejuízos que deve ser combatida.

O desenvolvimento, assim compreendido, não pode ser representado como simples melhorias na esfera econômica, mas sim de todo um conjunto de processos transformadores das relações sociopolíticas em todas as suas escalas e variações.

Para os formuladores das políticas territoriais da SDT/MDA, algumas mudanças deveriam ser assumidas pelos operadores das políticas públicas e, entre elas, entende-se que há necessidade de reconhecimento da importância

da agricultura familiar e do acesso à terra como elementos essenciais para enfrentar a raiz da pobreza e da exclusão social no campo.

As oportunidades criadas, porém, persistem em trilhar o caminho de uma produção mercadológica. Insistem na noção de que a miséria e os conflitos no campo serão resolvidos via mercado, havendo mais dinheiro, mais empréstimos etc.

O próprio MDA refere-se à dificuldade de conceder empréstimos à agricultura familiar (às linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF), pois a maioria dos agricultores não dispõe de documentação fundiária hábil para tal concessão, ou possui tão pouca terra que não é suficiente para dar garantia aos empréstimos bancários.

É preciso perceber que a terra para o agricultor camponês é sua vida, e tal consideração implica que esta não é apenas uma materialidade (um bem), uma vez que a habilidade produtiva – agricultura – o ato de plantar é o que faz o camponês. E como o fazem sem a terra! Assim, há uma relação *agricultor-terra* que esta além dos ditames do capital.

Considerando as proposições, pelo MDA, da criação de territórios (rurais), como ferramenta de apoio à agricultura familiar, no item a seguir serão vistos alguns traços que marcam e fundamentam a aplicação de tais medidas no meio rural brasileiro.

2.1 TERRITÓRIO: CATEGORIA ANALÍTICA DA GEOGRAFIA

Ao se pensar numa análise conceitual da categoria *território*, faz-se necessária a compreensão, segundo Raffestin (1993), de que o espaço é anterior ao território. O território se forma do espaço e resulta de uma ação conduzida por um agente sintagmático, que se apropria de um espaço, concreto ou abstratamente, tornando-o um território.

O território, nessa perspectiva, é o espaço no qual se projetou um trabalho, e que, por consequência, revela uma complexa teia de relações sociais marcadas por conflituosas vinculações de poder. Dessa forma, o espaço é a “prisão original, o território é a prisão que os homens constroem

para si (...). Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço”. (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

O espaço, assim, preexiste a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, “encarado” como matéria-prima, um local de possibilidades materiais pré-existentes a qualquer conhecimento e a qualquer prática relacional; espaço este que se reconfigura desde o momento em que um agente qualquer manifeste a intenção de dele se apoderar. Este espaço representa muito bem aquilo que Milton Santos chama de Primeira Natureza, ou “Natureza Natural”, cuja existência só se pode admitir num momento imediatamente anterior àquele no qual o homem se transformou em homem social pelo ato da produção social (SANTOS; 1992).

Para Bernardo Mançano Fernandes (2005, p. 26), “o território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder”. O autor ainda complementa:

Os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O território é uma porção do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais. Entretanto é importante lembrar que o território é um espaço geográfico, [...] e possui as qualidades *composicionais* e *completivas* dos espaços. A partir desse princípio, é essencial enfatizar que o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes. (P. 26).

O território, como *composicionalidade*, compreende e só pode ser compreendido com base em todas as dimensões que o constituem; já a *completitude* é a característica, mediante a qual possui a qualidade de ser um todo, mesmo sendo uma parte. Sendo assim, o território faz parte de um todo maior: o espaço.

Assim, percebe-se que não é possível estudar o território sem compreender o espaço e seu processo de fragmentação, que criam os territórios. Desse modo, pode-se dizer que as dimensões espaciais nos situam ante a articulação *sociedade – espaço*, na medida em que a produção da vida social, no cotidiano do indivíduo, não representa apenas a produção de bens para a satisfação das necessidades materiais, mas também a produção da humanidade do homem, colocando-nos diante da produção social do mundo (CARLOS, 1997, p. 306).

Os mecanismos de apropriação desigual fragmentam os espaços e os tornam, desde determinações específicas, mercadorias, que, como propriedades privadas, podem ser compradas e vendidas aos pedaços.

A compra e a venda do espaço, quer seja no espaço urbano ou no agrário, determina que haja uma apropriação diferenciada da dimensão espacial. A apropriação diferenciada envolve relações de poder, essenciais para manutenção e criação dos territórios. Para Castro (1992);

[...] o território é uma unidade geográfica, mas é também uma unidade social e uma unidade política. Podemos falar então em espaço-territorial, que constitui um sistema de estruturas tanto sociais como espaciais, estabelecido através da ação humana sobre a natureza. (P. 29).

Como já expressei, o debate central sobre o território envolve seu caráter absoluto ou relacional. O território estabelecido a partir da perspectiva relacional do espaço é visto completamente inserido em relações sócio-históricas, ou, para muitos autores (FERNANDES, 1999; RAFFESTIN, 1993; SOUZA, 1995), em relações de *poder*.

Existem várias outras posturas de se estudar o território. Haesbaert (2004) ressalta que as variações conceituais de análise do território podem ser agrupadas em três grandes vertentes básicas:

- *Política* (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política, (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.
- *Cultural* (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
- *Econômico* (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produção da divisão 'territorial' do trabalho, por exemplo. (HAESBAERT, 2004, p. 40).

Para cada vertente, há um conjunto de elementos norteadores do conceito. A vertente política, a mais difundida entre todas, como visto em

algumas referências retorcitadas, possui como elemento central de sua análise o *poder*. Ao falar sobre o poder, Raffestin (1993) assegura que

Se há uma palavra rebelde a qualquer definição, essa palavra é poder [...] uma vez que podemos investi-la ou privá-la de uma carga expressiva, específica, conforme as circunstâncias. Marcado por uma maiúscula resume a história de nossa equiparação a um 'conjunto de instituições' e de aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos a um Estado determinado. O Poder com uma letra maiúscula postula, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou da unidade global de uma dominação; essas não mais que formas terminais. Essa expressão (formas terminais) dá conta da concepção unidimensional do poder que quase obscureceu por completo uma que é incomparavelmente mais rica. Ligar a figura do Poder ao Estado significa mascarar o real significado da palavra, pois o Estado nasceu muito recentemente, junto com a história que contribuiu para fazer. (P. 50).

E complementa:

O poder nome comum se esconde atrás do Poder, nome próprio. Segundo Foucault, 'o poder está em todo lugar, não que englobe tudo, mas vem de todos os lugares'. [...] [Assim] seria inútil procurar o poder na existência original de um ponto central, num centro único de soberania de onde se irradiariam formas derivadas e descendentes, pois é o alicerce móvel das relações de força que, por sua desigualdade, induzem sem cessar a estados de poder, porém sempre locais e instáveis. (RAFFESTIN, 1993, p. 51-52).

É perceptível o fato de que o *poder* tem um significado muito forte para o conceito de território, todavia, deve-se ter a clareza de que tal elemento possui único objetivo: o da legitimação. A (re)formulação do pensamento ideológico faz com que parte da população passe a legitimar os poderes de determinados indivíduos. Os fundamentos ideológicos, por sua vez, são representados por aqueles elementos diretamente ligados aos aspectos político-culturais de cada população; no entanto, é preciso lembrar que estes elementos podem ser manipulados por diversas influências políticas dos vários agentes produtores do espaço (CORRÊA, 1986).

O território pode assim ser descrito como interação conjunta de um espaço (socialmente produzido) com a ação humana (raramente isolada), expressos nas formas e nas alterações que a ação dos indivíduos produz sobre a base física e natural em que se encontram. Como bem lembra Raffestin (1993),

Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a linguagem desejada de um território, de um local de relações. [...] A imagem ou modelo, ou seja, toda construção da realidade, é um instrumento de poder e isso desde as origens do homem. (P. 145).

2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O TERRITÓRIO NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MDA

As políticas territoriais que o Governo brasileiro articulou na última década, destacadamente no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, com o desenvolvimento do PRONAT (Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais), são políticas centradas nos princípios de heterogeneidade que cada território (composto de vários municípios) acumula, nas diferentes atividades produtivas que comporta, nas várias potencialidades que possui, nas características que a população apresenta etc. Assim, os territórios rurais representam uma entrelaçada rede de municípios de aspecto rural.

Na abordagem das políticas territoriais, o foco é direcionado para o território. Para a SDT/MDA, as políticas territoriais se comportam como importantes políticas de ordenamento territorial, de autonomia, autogestão, assim como servem de complemento das políticas (neoliberais) de descentralização.

O desenvolvimento rural, circunscrito a um quadro territorial, descarta a análise setorial (e regional), no desafio de integrar o agricultor à indústria e de criar condições para que a população valorize um certo território num conjunto muito variado de atividades e de mercados (SDT/MDA, 2003, p. 4). “Na perspectiva territorial, as dicotomias e os antagonismos são substituídos pelo escrutínio da diversidade de ações, estratégias e trajetórias que os atores (indivíduos, empresas ou instituições) adotam visando sua reprodução social e econômica. (SCHNEIDER, 2004, p.105)”.

Os territórios rurais, criados pela SDT/MDA, trabalham com uma metodologia diferente da que é oficialmente adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) quanto à definição daquilo que é rural ou urbano. O IBGE considera como urbana toda e qualquer sede municipal,

independentemente do número de habitantes e das funções que a aglomeração exerça efetivamente. As políticas territoriais, contudo, trabalham com outros critérios de classificação. A metodologia utilizada é inspirada nos trabalhos realizados pela Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), que leva em conta além do critério populacional, a densidade demográfica. Assim, os resultados entre o que é rural e o que é urbano são bastante distintos.

Sérgio Schneider (2004, p. 94) enfatiza a noção de que, fora do Brasil, as discussões sobre o desenvolvimento rural conferem espaço e que a efetivação desses debates aparece moldada em quatro elementos-chave: “a erradicação da pobreza rural, a questão do protagonismo dos atores sociais e sua participação política, o território como unidade de referência e a preocupação central com a sustentabilidade”.

Para Schejtman e Berdegúé (2004), investigador principal e presidente, respectivamente, da Rede Internacional de Metodologia de Investigação de Sistemas de Produção/Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural (RIMISP) o desenvolvimento rural aparece definido como,

[...] um processo de transformação produtiva e institucional em um espaço rural determinado, cuja finalidade é reduzir a pobreza rural. A transformação produtiva tem o propósito de articular competitiva e sustentavelmente a economia do território a mercados dinâmicos. O desenvolvimento institucional tem os propósitos de estimular e facilitar a interação e a formação dos atores locais entre si e entre eles com os agentes externos relevantes, assim como de incrementar as oportunidades para que a população pobre participe do processo e de seus benefícios. (SCHEJTMAN; BERDEGUÉ, 2004, p. 13, traduziu-se).

No Brasil dois intelectuais são os responsáveis pela definição de como aparece o desenvolvimento rural brasileiro: José Eli da Veiga (O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento, de 2001) e Zander Navarro (Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro, de 2001). Para o primeiro, o desenvolvimento nos territórios rurais aparece ligado às ideias de valorização e fortalecimento da agricultura familiar, à diversificação das economias dos territórios, ao estímulo do empreendedorismo local e auxílio do Estado na formação de arranjos institucionais locais. Já para Navarro, “[a] noção de desenvolvimento rural

estaria relacionada com as inquietações sociais, típicas da época atual, em que mais do que haver clareza sobre seu significado e características, o que existe é uma incógnita em relação à sua própria possibilidade”. (SCHNEIDER, 2004, p. 97).

Na compreensão de Navarro (2001), é necessário assinalar algumas diferenças conceituais entre o *desenvolvimento agrícola*, *agrário* e *rural*.

- ✦ O *desenvolvimento agrícola* – associado às condições de produção mercantil (agropecuária) possui um sentido estritamente produtivo. Refere-se, portanto, à base propriamente material da produção agropecuária, suas facetas e evolução; por exemplo, tamanho da área plantada, níveis de produtividade, padrões e formatos tecnológicos, “economicidade” etc.;
- ✦ o *desenvolvimento agrário* – refere-se a interpretações acerca do chamado “mundo rural” em suas relações com a sociedade maior, em todas as suas dimensões, e não apenas à estrutura agrícola, ao longo de um dado período. Aqui, as condições próprias da produção (de desenvolvimento agrícola) constituem apenas numa faceta, uma vez que a análise centra-se também nas instituições, nas políticas do período, nas disputas entre classes, nas condições de acesso e uso da terra, nas relações de trabalho e suas mudanças, nos conflitos sociais, nos mercados, para citar alguns aspectos. São estudos que envolvem aspectos macrossociais, com forte ênfase nos processos históricos e, por este motivo, é comparada à vertente teórica marxista;
- ✦ o *desenvolvimento rural* – sua característica específica trata de uma ação articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças no ambiente rural. Tendo um sentido meramente operacional, tais ações são articuladas e dirigidas pelo Estado, uma vez que esta é a única esfera da sociedade com legitimidade política assegurada para propor (e impor) mecanismos amplos e deliberados no sentido da mudança social.

Assim, para Navarro, “a noção de desenvolvimento rural restringe-se ao seu uso prático e normativo, com a finalidade de caracterizar estratégias e ações do Estado que visam alterar e/ou *melhorar as condições de vida no meio rural*”. (SCHNEIDER, 2004, p. 97, grifou-se).

Não se compreende bem ao certo a que o autor se refere, ao falar em “*melhorar as condições de vida no meio rural*”, mas acredita-se que suas proposições caminham no sentido de propor que a agricultura brasileira precisa se modernizar. Para isso, no entanto, é preciso construir nova estrutura técnica e agrária na finalidade de tornar os agricultores em clientes do mercado, inserindo-os na dinâmica produtiva capitalista - todo mercado ao camponês.

Para Schneider (2004), o tema do desenvolvimento rural nas políticas públicas parece atribuir relevância ao enfoque territorial, servindo como uma importante unidade de análise conceitual e de referência normativa para o tema. O autor assevera, então, que,

A emergência da abordagem territorial do desenvolvimento rural pressupõe que o nível adequado de tratamento analítico e conceitual dos problemas concretos deva ser o espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais. Esse espaço é construído a partir da ação entre os indivíduos e o ambiente ou contexto objetivo em que estão inseridos. Portanto, o conteúdo desse espaço é entendido como o território. Mas não se trata apenas do entendimento teórico e abstrato, pois esta perspectiva também propõe que as soluções e respostas normativas aos problemas existentes nesses espaços encontram-se nele mesmo. (P. 99).

Schneider (2005) assegura que a variável espacial passou a obter grande destaque nos últimos tempos e passou a ser apontada como elemento de fundamental relevância para se compreender o dinamismo (social e econômico) de determinadas regiões. Lembra que o modelo do enfoque territorial está presente nos exemplos:

[do] programa LEADER na União Européia, o programa de empoderamento comunitário nos Estados Unidos, as mesas de concertação e os sistemas locais de produção agrícola no Peru, a produção agroecológica de frutas no Chile e, no Brasil, o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). (P. 2).

No que concerne aos fatores que proporcionaram a emergência da abordagem territorial como tentativa de sistematizar as discussões sobre o desenvolvimento rural, Schneider (2004) apontar dois processos distintos.

O primeiro, diz respeito ao suposto esgotamento teórico e prático da abordagem regional, tornando evidentes os limites desta noção de referência para se pensar as ações e políticas públicas de desenvolvimento rural. Segundo o autor,

O desgaste da noção de região e, mais precisamente, de desenvolvimento ou planejamento regional, inicia-se com a [suposta] crise da capacidade de intervenção macroeconômica e macrossocial do Estado, que ocorre a partir de meados da década de 1970 e se agudiza na década seguinte, especialmente com a influência crescente do ideário neoliberal sobre as perspectivas keynesianas que vigoravam desde o final da Segunda Guerra Mundial. (SCHNEIDER, 2004, p. 100).

Assim, a abordagem regional perde seu poder explicativo, como referência teórica e conceitual, tornando-se insuficiente para cumprir o papel de instrumento eficaz de planejamento, práticas e ações do Estado.

O segundo elemento, que torna importante a emergência da abordagem territorial nas políticas públicas, “está baseado no questionamento crescente da dinâmica setorial de ramos da atividade econômica que passaram a se desenvolver muito mais a partir de uma lógica de escopo do que de escala”. (SCHNEIDER, 2004, p. 103).

Schejtman e Berdegué (2004, p. 13) também apontam duas causas básicas que explicam o interesse crescente pelo enfoque territorial no desenvolvimento rural, que são,

- a) O reconhecimento de novos traços e tendências das atuais sociedades (chamadas de nova ruralidade), diante das quais o velho instrumento teórico e metodológico se mostra crescentemente impotente (traduziu-se).
- b) A constatação de que os enfoques ou estratégias convencionais de desenvolvimento rural e eliminação da pobreza que foram adotados nas regiões desde o final dos anos de 1960 não renderam os frutos esperados. (traduziu-se).

Levando em conta o fato de que (segundo essas argumentações) era preciso acionar uma nova unidade de referência para tornar efetivas as ações do Estado, conseqüentemente, passou-se a adotar o território como elemento articulador das intervenções decorrentes de planejamento que passou a ser denominado de desenvolvimento territorial. E, sob esta áurea,

[...] o território emerge como nova unidade de referência para a atuação do Estado e a regulação das políticas públicas. Trata-se, na verdade, de uma tentativa de resposta do Estado, entendido como instituição jurídico-social, às fortes críticas a que vinha sendo submetido, sobretudo tendo em vista a ineficácia e a ineficiência de suas ações, seu alto custo para a sociedade e a permanência das mazelas sociais mais graves como a pobreza, o desemprego, a violência etc. (SCHNEIDER, 2004, p. 102).

Assim, Ricardo Abramovay (1999) assegura que,

Quanto maior for o dinamismo e a diversificação das cidades, impulsionados pela interiorização do processo de crescimento econômico, mais significativas serão também as chances para que a população rural preencha um conjunto variado de funções para a sociedade e por aí deixe de ser encarada como um "reservatório de mão-de-obra sobrando". O desenvolvimento brasileiro, pela diversificação de seu sistema urbano, vai exigir uma nova dinâmica territorial, onde o papel das unidades familiares pode ser decisivo. (P. 02).

Dessa forma, o território passa a ser tomado e compreendido como nova unidade de referência e mediação das ações estatais. Abramovay (1999) argumenta, no entanto, que o desenvolvimento rural não pode ser concebido como simples expansão das atividades agropecuárias no espaço, uma vez que há, segundo ele, tendência ao crescimento das atividades não agrícolas no campo (GRAZIANO DA SILVA, 1997). Para Abramovay (1999), a precariedade existente no meio rural,

[...] será resolvida não pelo abandono prematuro das atividades agrícolas, que hoje ocupam a maior parte da população rural, mas por uma mudança decisiva em suas formas de organização: é na construção de novos mercados - tanto para os produtos até aqui predominantes, como, sobretudo, para as atividades que apenas começam a se desenvolver - que se concentra o mais importante desafio do desenvolvimento rural. (P. 13).

Para Montenegro Gómez (2006), a questão não é tão simples, pois as políticas territoriais do Governo brasileiro insistem,

[...] em confiar a regulação socioeconômica a mecanismos de mercado, enfim, em consolidar o paradigma neoliberal que domina o discurso e a prática tanto dos organismos internacionais de regulação e controle como dos governos locais, neste caso, adotando algumas correções e exibindo algumas preocupações que, sob o pretexto de impor limites à lógica do capital, na realidade legitimam uma prática que se insiste em ser a única “possível”. (P. 88).

Para o MDA, os países que possuem proporções iguais às do Brasil “necessitam de políticas públicas ao menos regionalizadas, para que possam melhor implementar os instrumentos adequados à natureza dos problemas e as possíveis soluções”. (MDA/SDT, 2003, p. 28). E ratifica ao dizer que,

As políticas públicas devem ser regionalizadas, as ações públicas devem ser territorializadas, segundo os diversos contextos onde devem atuar. Para tanto, nada melhor do que o ordenamento das políticas nacionais estabelecerem diretrizes que permitam a sua aplicação nos diversos contextos regionais e instrumentos que se ajustem às demandas sociais provenientes dos territórios. (P. 29).

É possível perceber que o MDA não consegue ferramentas para embasar uma justificativa plausível para o uso do conceito de território. Se “as políticas públicas devem ser regionalizadas” e se há “diversos contextos regionais”, por que trabalhar com o conceito de território?

Na sua abordagem, para o MDA,

Nada mais inovador do que estimular o desenvolvimento endógeno dos territórios rurais, partindo da ampliação da capacidade de mobilização, organização, diagnóstico, planejamento e autogestão das populações locais. Nada mais avançado do que orientar políticas públicas segundo as demandas expressadas pelas comunidades e organizações da sociedade, reconhecendo as especificidades de cada território e ofertando instrumentos de desenvolvimento que atendam a essas características. (MDA/SDT, 2003, p. 13).

Assim, o território é definido como:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e

externamente por meios de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (MDA/SDT, 2003, p. 34).

Segundo as argumentações da SDT/MDA, o território não se restringe aos seus aspectos físicos e materiais, pois

Eles [os territórios] têm vida própria, possuem um tecido social, uma teia complexa de laços e de relações com raízes históricas, políticas e de identidade diversas, que vão muito além de seus atributos naturais, dos custos de transporte e de comunicações, e que desempenham função ainda pouco conhecida no próprio desenvolvimento econômico. (2003, p.03).

Sobre o território nas políticas territoriais, Alexander Schejtman e Julio Berdegué (2004) acentuam:

O território não é um espaço físico “objetivamente existente”, mas sim uma construção social, quer dizer, como um conjunto de relações sociais que dão origem e por sua vez expressam uma identidade e um sentido de propósito compartilhados por múltiplos agentes públicos e privados. (SCHEJTMAN ; BERDEGUÉ, 2004, p. 10, traduziu-se).

Sem dúvidas, pode-se assinalar que, para a Geografia, o território é bem mais do que isso. É preciso considerar que cada território é uma totalidade. Essas totalidades fornecem ao território outros atributos tais como: a multidimensionalidade (política, social, ambiental, cultural, econômica etc.), a multiescalaridade e a soberania (FERNANDES, 2008). “Portanto, é impossível compreender o conceito de território sem conceber as relações de poder que determinam a soberania”. (FERNANDES, 2008, p. 279).

Para Montenegro Gómez, as intenções de propor a inclusão das perspectivas de um território (identidade) podem ser compreendidas como

[...] tentativas de “humanizar” o capitalismo e reconstruí-lo com um caráter integrador, no entanto, desconhece-se seu caráter destrutivo, amplificador de desigualdades e gerador de exclusão, sob a promessa, nunca cumprida, de que, estabelecendo certos mecanismos, a redistribuição da riqueza e a melhora geral da qualidade de vida é possível via mercado. “Esquece-se” de que tanto a teoria como a experiência acumulada caminham em sentido oposto: a integração no mercado não melhora a situação da maioria da população, em função da concorrência excludente que se origina; ao contrário, no processo, boa parte sofre uma marginalização crescente. (2006, p. 88 – 89).

Schneider (2004; 2005) garante que as políticas territoriais planejadas para o caso italiano (da Terceira Itália), na formação dos sistemas produtivos das empresas e dos agentes econômicos com os territórios em que atuavam, justificam, em parte, a utilização e implantação das políticas de desenvolvimento territoriais no Brasil e o porquê dos territórios passarem “a ser agentes de transformação social e não um mero suporte de recursos físicos para objetos, atividades e processos econômicos”. (SCHNEIDER, 2004, p. 104). O próprio Abramovay (2000, p. 28) diz que “vem da Itália o programa de pesquisa mais influente com relação à dimensão territorial do desenvolvimento”.

Assim, as políticas territoriais implantadas nos Sertões de Canindé têm origem em políticas territoriais planejadas para o interior da Itália, com uma realidade completamente diferente da existente aqui no Brasil.

Para Montenegro Gómez (2006), as características que compartilham as políticas territórios do MDA e o modelo de desenvolvimento forjado na Itália vão muito além de meras coincidências. O modelo da Terceira Itália, como uma das regiões mais industrializadas da Europa, articulou um caminho para o desenvolvimento baseado em questões de cunho cultural e territorial, centrado nas ações de instituições privadas dedicadas a investir em cada território, formando rica cultura empresarial e forte relação de mercado. Para esse autor,

[...] o modelo da Terceira Itália, em função de não precisar de grandes capitais e por sua capacidade de geração de emprego, coloca-se como objeto de desejo de muitos propositores de políticas públicas, também no meio rural, onde tanto a escassez de capitais como a necessidade de criar novos postos de trabalho para reduzir a pobreza são patentes. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 94).

No caminho trilhado por este modelo de desenvolvimento, o território é uma estratégia de venda dos espaços para investimentos mercantis. A incorporação da categoria território para a elaboração e implementação de políticas de desenvolvimento não passa de uma normatização do território, apenas na sua face mercadológica.

Schneider (2004) descreve o território como possuidor de um estatuto conceitual de finalidades “heurísticas e analíticas”. Assim, há um

território enfatizador das relações de apropriação e dominação do espaço, próprio da Geografia. Nestas condições, porém, por ser muito amplo, não possui nenhuma utilidade para “fins normativos e operacionais”. Logo, faz-se necessário conferir uma utilidade normativa e prática ao território, “passando-se a entendê-lo como a unidade de referência para a implementação e gestão das ações intervencionistas”. (SCHNEIDER, 2004, p. 110).

Não se pode desconsiderar que o uso conceitual do território é reivindicado por uma disciplina, a Geografia, e que sua utilização atende, antes de tudo, a finalidades heurísticas e analíticas. Todavia, o intercâmbio de conceitos e noções entre os campos acadêmico e normativo é prática corriqueira e, por si só, não representaria obstáculo à utilização do território para fins políticos e práticos. (SCHNEIDER, 2004, p. 107).

Schneider (2005) argumenta:

A diferença fundamental entre o uso e o significado conceitual e instrumental do território é que o sentido analítico requer que se estabeleçam referências teóricas e mesmo epistemológicas que possam ser submetidas ao crivo da experimentação empírica e, depois, reconstruídos de forma abstrata e analítica. O uso instrumental e prático não requer estas prerrogativas e, por isso, pode-se falar em abordagem, enfoque ou perspectiva territorial quando se pretende referir a um modo de tratar fenômenos, processos, situações e contextos que ocorrem em um determinado espaço (que pode ser demarcado ou delimitado por atributos físicos, naturais, políticos ou outros) sobre o qual se produzem e se transformam. Neste sentido, é comum que o território perca seu sentido heurístico e conceitual e passe a ser utilizado como sinônimo de espaço ou região, conforme o caso. (P. 14-15).

Em suas argumentações, o autor ressalta:

[...] o pragmatismo prudente parece recomendar aos usuários não-acadêmicos que deixem de lado as questões teóricas e heurísticas e passem a utilizar o território ou a abordagem territorial na perspectiva do desenvolvimento rural. Nessa perspectiva, [...] a abordagem territorial assume a função de uma ferramenta para se pensar o planejamento e a intervenção no tecido social a partir de alguma escala, quer seja local, regional, microrregional, etc. Neste caso, o território passaria a ser uma unidade de referência, um nível de operação e agregação adequado para operar o planejamento de ações governamentais e políticas públicas que promovam mudanças e transformações múltiplas no espaço social. (SCHNEIDER, 2004, p. 110).

Torna-se claro que nas políticas de desenvolvimento territorial proposta para o campo, o território (como abordagem territorial), não é capaz de comportar toda a carga teórica requerida no valor heurístico/conceitual do território utilizado pela Geografia, já que o propósito da abordagem territorial é a funcionalidade das políticas de planejamento. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 100).

Para Fajardo (2005, p. 131), as “visões economicistas de desenvolvimento propostas ao tratar o território como “base” de planos e políticas, tornam-se enfraquecidas ao confundir o conceito, que perfeitamente poderia ser substituído por espaço ou área”.

Desse modo, aludem-se argumentações na finalidade de diferenciar o conteúdo que o território geográfico assume: uma espacialização do poder cuja finalidade e dominação é o controle dos espaços, tornando-os territórios. Enquanto isso, na “abordagem territorial” do desenvolvimento, pressupõe apenas um conjunto de ações interventoras sobre o espaço e nas relações sociais nele existentes. Portanto, seu objetivo é, prioritariamente, criar (ou incrementar) os instrumentos úteis para a promoção do desenvolvimento e, por este motivo, não é possível reclamar das abordagens territoriais seu caráter a-teórico, haja vista que estas são suas finalidades quando elaboradas (SCHNEIDER, 2004; SCHNEIDER; TARTARUGA, 2005).

Assim, o autor complementa, afirmando que

[...] não há por que imaginar que a discussão sobre o uso normativo e prático da abordagem territorial deva ser revestida de incógnitas teóricas e conceituais em torno das quais nem mesmo os acadêmicos estabeleceram consenso ao longo de anos de discussão e pesquisa. (SCHNEIDER, 2004, p. 111).

O território do desenvolvimento territorial rural seria, nessa visão, um território que se entende como instrumento base para a elaboração e implementação de políticas públicas. O planejamento territorial demandaria categorias ágeis e funcionais, para promover o desenvolvimento rural. Categorias afinadas com a dinâmica sócio-econômica vigente. Isso é o que transparece, na tentativa de “desarraigá-la” a abordagem territorial do território como categoria. Numa sociedade em que o desenvolvimento não representa nenhuma mudança expressiva, somente a reprodução do sistema, as categorias que lhe dão consistência são buriladas para esse fim, eliminando as faces que não se ajustam a esse objetivo. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 101-102).

Schneider (2004) e Schneider e Tartaruga (2005), no intuito de tentar diferenciar o território heurístico da Geografia e o enfoque territorial (das políticas territoriais), criam uma salada de conceitos (ou termos) que em muitas das vezes não têm significado algum, caminhando no sentido inverso de sua simplificação.

Schneider e Tartaruga (2005) dizem que

Da revisão [teórica sobre território] até aqui empreendida pode-se extrair como ensinamento que o território não se confunde e não se restringe ao conceito de espaço da mesma forma que não pode ser usado como mero sinônimo de região ou de lugar – ou local. (P. 14).

De forma contraditória, porém, no mesmo artigo, uma página antes, os autores acentuam que para explicar o território das políticas territoriais, “o mais correto seria usar de forma híbrida os conceitos de território e lugar; mais precisamente, o território teria como substrato referencial o lugar”. (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2005, p. 13).

Para eles, esta forma híbrida permite ao território assumir “as mais diversas escalas, formas e manifestações, desde pequenos territórios – um bairro em uma cidade ou uma vila rural – até um território de uma grande multinacional [...]”. (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2005, p. 14).

Schneider e Tartaruga (2005) contradizem-se, uma vez mais, ao declararem que, no uso instrumental, “é comum que o território perca seu valor heurístico e conceitual e passe a ser utilizado como sinônimo de espaço ou região, conforme o caso”. (P. 15).

Resta claro que, na tentativa de diferenciar o enfoque territorial do território geográfico, Schneider (2004) e Schneider e Tartaruga (2005) misturam quase que todas as categorias geográficas, chegando quase a dizer que qualquer referência espacial/escalar pode ser utilizada pelas políticas em questão. Acredita-se, porém, que tal fato representa um esvaziamento dos conceitos, inclusive a do próprio território.

Nisso veem-se dois problemas: o primeiro consiste em aceitar que o uso instrumental dos conceitos (a exemplo do território) não têm relação com o seu valor heurístico, revogando a Geografia como ciência. O segundo não se dissocia do anterior, pois, está na recomendação da instrumentalização dos

conceitos para fins práticos; diante disso, qual é então o papel da Ciência, da Universidade e da própria Geografia? Filsofa-se sobre um mundo que não existe? Os trabalhos científicos não têm fins práticos? Hão de ser mais pragmáticos e positivistas?

2.3 “PROBLEMAS” NO TERRITÓRIO DA POLÍTICA TERRITORIAL DA SDT/MDA

A definição de território utilizada pelo programa de modo algum menciona as relações de *poder* no interior dos territórios. A visão de território que por eles apresentada é atrelada ao conceito de identidade, fato este que a direciona para uma análise do território como o espaço vivido.

Entre os critérios metodológicos utilizados para definir os recortes territoriais, está a diferenciação das microrregiões rurais das urbanas. Para a divisão dos municípios em territórios, foi utilizado o parâmetro da densidade demográfica de menos de 80 hab/km², combinada com uma população total média por município de até 50.000 habitantes (SDT/MDA, 2003).

A utilização desse indicador de densidade demográfica revela a apreensão de um conceito de território pouco complexo que forma territórios homogêneos, uma vez que as relações de poder e os conflitos internos próprios desses espaços são desconsiderados.

Raffestin (1993) já alertava para a ideia de que, na conformação de um território, há elementos de fundamental importância, tais como os recursos e a população. Essa tríade raffestianiana (população, território e recursos) é fundamental para o entendimento da conformação dos territórios e dos processos de territorialidades, pois de nada serve um espaço sem população, e também não há território onde se tem população e espaço, porém não existe a legitimação do poder, uma vez que a aceitação do território é essencial para sua manutenção. Logo, a população também é um valioso recurso (RAFFESTIN, 1993).

Para Montenegro Gómez (2006), o reducionismo da categoria território nas proposições das políticas territoriais

[...] induz à elaboração de políticas públicas para o meio rural que tomam o território como simples depositário da intervenção, como receptor de uma ação mais bem direcionada, já que agora se conheceria melhor onde se localiza, graças aos indicadores utilizados, o “verdadeiro” meio rural. Mero receptor, porque o território definido a partir da densidade demográfica não é um território carregado de interações homem-meio, porque perde a miríade de relações entre a sociedade e a natureza, não considera que o território está no cerne da dinâmica social. (P. 104).

Além disso, existe outra dimensão que se desconsidera quando se incorpora o molde normativo do território: o conflito. Os territórios são efetivamente marcados pelas mais diversas relações de poder que apontam para uma permanente disputa pela apropriação do espaço. Ao desconsiderar o *poder* (um componente fundamental e inerente à conformação de territórios), desprezam-se na realidade os interesses de resolver (ou mesmo de demonstrar) os conflitos no interior dos espaços.

É preciso ter a clareza que a normatização dos conceitos para fins práticos **não** necessariamente evoca uma delimitação conceitual, principalmente quando tal limitação chega ao ponto de romper com os próprios limites teóricos que definem e sustentam o conceito.

São inúmeras as variações do conceito de território. Se há a necessidade de um território para fins mercantis, certamente, existem definições que servem muito bem a esta finalidade. O que aparenta, no entanto, é haver uma confusão acerca da constituição teórica das políticas territoriais. Isto conduz à pergunta: é preciso fazer do território uma política para uma política do território? Muitas vezes, parece que o próprio MDA não sabe qual é a resposta.

Observa-se, assim, uma tentativa de mascarar as relações de poder e o conteúdo economicista, que possui lugar de destaque nas políticas de desenvolvimento. Há uma clara circunscrição dos conceitos de território e desenvolvimento (na finalidade de torná-los práticos) que rompe com seus limites, acarretando numa definição completamente nova, adequada a um viés político-ideológico também novo. Logo, há uma (re)constituição teórica em ambos os pontos, mantendo-os funcionais na sustentação de um processo que de novo não tem nada.

Essa simplificação conceitual do território não é algo que surge despretensiosamente, pois, para garantir a eficiência de sua reprodução, o

planejamento requer certa consolidação da ordem social e certa estabilidade. “Para traçar uma política de desenvolvimento, é preciso (ou como mínimo desejável) esterilizar os conflitos que possam questionar a legitimidade e a absurdidade da lógica capitalista”. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 102). Desse modo, o território como instrumento da abordagem territorial é recortado e moldado para suprir as necessidades de controle social e reprodução capitalista.

Sobre o desenvolvimento, Montenegro Gómez (2006) assegura que:

[Este] não é um instrumento revolucionário, é um instrumento de controle social e reprodução do capital, de sorte que qualquer participação proposta mergulha no horizonte achatado do “possível”, que tentaria resolver conflitos superficiais (onde fazer uma estrada, propor um projeto para iluminação de um bairro rural ou para instalar resfriadores de leite etc.), em nenhum caso conflitos estruturais relacionados com as estruturas de dominação existentes na sociedade. (P. 106).

As ideias de conflito que aparecem nas políticas territoriais são interpretadas como um fator da (pouca) participação popular nos processos decisórios das políticas públicas. Entre as propostas para solucionar essa visão de conflitos no campo (muito limitada), as políticas da SDT/MDA assumem um direcionamento territorial focado na integração dos agentes sociais, mercados e políticas públicas de intervenção, afirmando que “não devem restar excluídos nem perdedores (...)”. (SDT/MDA, 2003, p. 27). Existem também propostas para a realização de fóruns (como o Fórum Territorial) para a discussão e exposição desses “conflitos” na finalidade de resolvê-los.

Os rumos tomados pelos fóruns de debate no Território de Canindé, a título de exemplificação, mostram que, uma vez que apenas parte dos agentes sociais de Canindé (aqueles que representam as instituições públicas e privadas, os sindicatos e as ONGs) participa dos encontros, grande parte dos trabalhadores rurais e os movimentos sociais não frequentam as reuniões. Por muitas vezes não são trazidas à pauta os grandes entraves do campo: o conflito fundiário. Não são discutidos e apresentados os rumos que este desenvolvimento pode levar para o território. Este pode ser apenas reflexo de um aspecto contingente. Parece, no entanto, um indicativo forte de como se tem manipulado as discussões “participativas” nos fóruns do desenvolvimento.

Para Montenegro Gómez (2006),

O território do desenvolvimento territorial rural aplaina os conflitos entre grupos, entre classes, substituindo-os por uma suposta comunhão de interesses, que tem no desafio do desenvolvimento seu principal elemento aglutinador. O desenvolvimento do território (seja um município, uma região, um estado ou até a nação) vira divisa para todos, superando a dissensão entre interesses divergentes, em geral. Essa é a utopia reificada do desenvolvimento territorial: uma sociedade afinada com seu território, sem conflitos essenciais entre os grupos que a formam, que se proponha dotar esse território de qualidades insuperáveis, para concorrer no mercado (local, nacional ou internacional) com outros territórios. (P. 107).

Por mais que haja um esforço para abordar o território além de sua dimensão física, com afirmações do tipo – o território é uma “construção social”, são “relações sociais”, aglutinam uma “identidade” etc – acredita-se que esse é um empenho (re)afirmador de um caminho já apresentado: a reprodução e acumulação de capital. O território apresentado pelas políticas territoriais, juntamente com os elementos que aglutina, são componentes fundamentais de modelo de desenvolvimento capitalista, que reduzem o significado conceitual do território e a questão agrária a termos meramente mercantis.

Os traços do território da estratégia do desenvolvimento territorial são de um produto que deve ser bem arquitetado com a finalidade de ser vendido, e, para isso, é necessário:

[a] construção de uma imagem de marca de identificação do território, da mesma forma que uma empresa elabora cuidadosamente um símbolo que a ajude a fidelizar uma clientela, ou conquistar um novo segmento de mercado. Por isso, a valorização do patrimônio natural e históricocultural é muito mais um processo de construção do que uma herança. É fundamental que o maior número de atores se engaje nessa valorização. Não somente as pessoas, mas, sobretudo, as empresas, que devem ser incentivadas a investir no plano simbólico como forma de ancorá-las ao território. (VEIGA, 2004 *apud* MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 111).

São essas diretrizes, no olhar das políticas territoriais, as fornecedoras do princípio da autogestão destes espaços, ainda que por muitas vezes se negue seu caráter economicista.

Quanto mais identidade, institucionalidade, cultura ou capital humano, mais possibilidades de desenvolvimento. Porém, que tipo de

desenvolvimento? Aquele baseado na concorrência, no consumo, no lucro. Aquele que não enfrenta as assimetrias existentes (de poder, de recursos, de dinheiro) e que vem fracassando há 50 anos. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 110).

Nesse discurso, as estratégias territoriais implementadas no Brasil (e fora dele), longe de solucionar os problemas do/no campo, não passam de medidas de controle social que, articuladas com os discursos de desenvolvimento, fazem (ou pelo menos pretendem) um sentido de progresso.

Esses questionamentos concernentes ao uso do conceito de território em seu valor heurístico e normativo, suas possibilidades de ação, seus origens, etc. vão muito além das argumentações (e autores) aqui apresentadas, pois muitos são os intelectuais que se dedicam aos estudos referentes ao rural, à agricultura familiar, ao desenvolvimento territorial etc.

Haja vista que não há o interesse (neste trabalho) de aprofundar os usos e implicações do conceito de território nas políticas territoriais, enceram-se esse assunto, trazendo, todavia, a ressalva de que a discussão do modelo e das características desta abordagem é longa. Alguns elementos já foram até aqui apresentados, no entanto, outros são merecedores de atenção e necessitam de um pouco mais de profundidade.

3 BREVE DISCUSSÃO SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

3.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA AGRÁRIA DO PAÍS

A inegável transformação das técnicas, em meados do século XX, abriu espaço para a implantação de ampla modernidade social, política e econômica no Brasil, que permitiram novos padrões de acumulação e exploração.

Na melhor das hipóteses, o capitalismo globalizado trouxe enormes benefícios às elites, à classe média e à elite da classe trabalhadora. Mas, abandonou na beira da estrada do progresso multidões de deserdados e sem destino, mergulhados em formas perversas de sobrevivência. São os indevidamente chamados de excluídos, porque incluídos foram nas funções residuais e subalternas da cloaca de um sistema econômico que não parece ter como funcionar e sobreviver sem iniquidade e injustiças. (MARTINS, 2004, p. 16).

A estrutura fundiária, fruto de mais 500 anos de exploração e conflitos no Brasil, escreveu uma triste história, marcada por muita violência contra o agricultor. Assim, como resposta a estas contingências e injustiças, ao longo dessa história, vão surgindo exemplos de movimentos sociais na luta contra toda essa opressão, reivindicando direitos legais sobre a terra e melhorias nas suas condições de trabalho.

No Brasil, até meados do século XVII, as terras eram domínios e patrimônios da Coroa Portuguesa. As formas predominantes de acesso às terras faziam-se mediante o *Sistema de Sesmarias*. Neste sistema, as terras eram transferidas de maneira condicional aos donatários, desde que fossem cultivadas. Tais concessões eram feitas em função de *status* social, qualidades pessoais, serviços prestados etc. O sistema de sesmarias foi predominante até a independência do Brasil, em 1822, e, portanto, pode-se dizer que até esta data o mercado (de compra e venda) de terras era inexpressivo.

Entre os anos de 1822, depois da independência, até 1850, o sistema de sesmarias foi suspenso, surgindo a necessidade de regularização das terras e das posses.

Em 1850, então, foi promulgada a Lei de Terras, cujo objetivo, dentre outros fatores, foi o de proibir a aquisição de terras devolutas (pertencentes ao Estado) que não estivessem sendo utilizadas ou que estivessem temporária e/ou ocasionalmente em mãos de particulares. Assim, pretendia-se não só regularizar as posses, mas também legalizar sua transmissão, num mecanismo formal de compra e venda.

Portanto, a Lei de Terras de 1850 torna-se um marco nas possibilidades jurídicas e institucionais de negociação com terras e, conseqüentemente, torna-se um marco na constituição do mercado brasileiro de terras. A partir da vigência da Lei de Terras, constituiu-se legalmente a propriedade privada da terra no Brasil e restringiram-se (para muitos) as possibilidades de acesso à terra.

Em 1889, o Brasil tornou-se uma República que herdou e manteve o sistema fundiário do Império, consolidado deste o “descobrimento”, uma vez que o Partido Republicano era ligado ao grupo dos grandes fazendeiros do café e senhores de engenho, não motivando as lutas abolicionistas (ANDRADE, 2004).

Ao se iniciar o período republicano, a grande propriedade ocupava as maiores extensões, sobretudo nas áreas de mais fácil acesso aos transportes; os grandes proprietários, fazendeiros de gado ou produtores de artigos de exportação, controlavam tanto a vida econômica como política dos novos estados. Os pequenos proprietários eram muitos numerosos, mas se localizavam em áreas menos acessíveis, dedicando predominantemente à produção para o mercado interno em expansão e detinham a propriedade em conseqüência do direito de posse ou da sucessão hereditária. (ANDRANDE, 2004, p. 57).

Para Reydon e Plata (200?), em seu trabalho: *Intervenção Estatal no Mercado de Terras: a experiência recente no Brasil*, numa série de pesquisa publicada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Estado brasileiro contribuiu sobremaneira na consolidação e dinamização do mercado de terras com apoio em determinadas ações, tais como: 1) o estabelecimento da escritura pública como prova da legitimidade da

propriedade: o título ou sua escritura. Tal documento transforma a terra em um bem factível de ser negociado para qualquer utilização, tanto produtiva quanto especulativa; 2) investimentos governamentais em infraestrutura que valorizaram a terra rural; e 3) implementação de projetos de colonização; entre outros (REYDON *et al*, 19?, p. 12).

Sobre isso não restam dúvidas, pois é preciso lembrar que a Constituição de 1891, no artigo 64, determinou que todas as terras públicas daquela data em diante passariam a ser propriedade dos estados nas quais estivessem situadas. Algumas outras leis posteriores à Constituição de 1891 fortaleceram o sistema de compra e venda de terras pelo chamado *registro de propriedade*, aprovado pelo Código Civil, em janeiro de 1916, que em seu art. 530 “admite a aquisição da propriedade pela transcrição da transferência de contrato de compra e venda no Registro de Imóveis, por acessão, por usucapião e por herança”. (ANDRADE, 2004, p. 57).

Assim, em vez de trazer uma contribuição à solução do problema agrário, a fim de atenuar a pressão das classes menos favorecidas que necessitavam de terras para cultivar, a Constituição [de 1891] dificultava-lhes o acesso à propriedade da terra. (ANDRADE, 2004, p. 57).

Não se pode desconsiderar o fato de que, por ser país com grandes proporções de terras, o Território Brasileiro sempre esteve partilhado em grandes domínios rurais, cujos proprietários concentram em sua pessoa a plenitude do poder. São os latifundiários, de um lado, como a classe concentradora de riquezas, e os camponeses, do outro, contrapondo-se a essa acumulação.

Assim, os vocábulos *camponês* e *latifundiário* aparecem como palavras políticas, que expressam as unidades e os antagonismos das respectivas situações em foco. É possível dizer que ambas estão enraizadas numa concepção histórica de lutas políticas e confrontos entre classes.

Muitas vezes, a palavra camponês foi usada para fazer referência àquele que vive longe da cidade, no campo. É também empregada para descrever o rústico, o atrasado; ou então o ingênuo, o tolo; ou ainda um “preguiçoso”. Para José de Souza Martins (1981), este conjunto de verbetes

ofensivos talvez explique, pelo menos em parte, o desaparecimento desse vocabulário no cotidiano.

Como já expressei, no entanto, o termo camponês faz necessariamente referência aos antagonismos da acumulação capitalista. O entendimento da dicção permite compreender e analisar a sua realidade, as contradições em que o camponês vive e a sua consequente “exclusão” dos processos políticos.

Segundo Martins (1981):

A exclusão do camponês do pacto político é o fato que cercará o entendimento da sua ação política. Mas essa exclusão não é, como às vezes tem sido entendida, mera exclusão política. [...] Essa exclusão define justamente o lugar do camponês no processo histórico. A ausência de um conceito, de uma categoria, que o localize socialmente e o defina de modo completo e uniforme constitui exatamente a clara expressão da forma como se tem se dado a sua participação nesse processo – alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando. (P. 25).

O desgaste conceitual é a forma encontrada pelo capital para definir o modo como o camponês (ou o agricultor) toma parte da consolidação histórica do Brasil – um excluído, um inferior, um ausente – porém, o modelo de desenvolvimento capitalista é em si desigual. Assim, não se pode eliminar as desigualdades sociais sem alterar profundamente os mecanismos de funcionamento do sistema.

Ademais, é na desigualdade social que o sistema encontra a capacidade de obter lucros e acumular. É na exploração do sobretrabalho (o trabalho não pago) que uma classe de empresários capitalistas maximiza suas oportunidades. Logo, cada indivíduo, mesmo o mais simples, faz parte do sistema. Como diz Martins (1991), é necessária a compreensão de que não existe exclusão social na sociedade capitalista. O que há são formas “precárias” e “marginais” de inclusão (não só econômicas, mas também espaciais, sociais, políticas etc.).

A acumulação de capital se destina a ser geograficamente expansível na finalidade de reduzir custos e encontrar formas mais baratas e rápidas de produção. Essa expansão do capital se faz sob a promessa de amplo desenvolvimento, que apresenta não só largo crescimento econômico, mas que propicia a toda a população melhorias sociais. A ampliação da

penetração capitalista no Brasil, todavia, intensificou as desigualdades regionais e agravou os problemas sociais.

O Brasil possui um dos mais altos índices do mundo em concentração de terras. A imediata consequência de tal centralização é uma intensa desigualdade no acesso ao trabalho e à renda. É possível assegurar, segundo os dados do último Censo Demográfico (2000), que o meio rural possui os mais elevados percentuais de mortalidade infantil, incidência de endemias, insalubridade e analfabetismo. Certamente tais resultados têm estreita relação com a concentração de terras. Eis os dados

TABELA 1 – Estrutura Fundiária brasileira em 2003.

Estratos de área (ha)	nº de imóveis	%	área total (ha)	%
Menos de 10	1.409.752	32,90	6.638.598,60	1,60
10 a menos de 25	1.109.841	25,90	18.034.512,20	4,3
25 a menos de 100	1.179.173	27,5	57.747.897,80	13,8
100 a menos de 1.000	523.335	12,20	140.362.235,80	33,50
1.000 a mais	68.381	1,60	195.673.396,40	46,80
Totais	4.290.482	100,00	418.456.640,80	100,00

Fonte: Reforma Agrária Quando, 2006.

A análise desta tabela indica uma série de dados assustadores e paradoxais quanto à justiça social no campo brasileiro. Para mensurar o que se quer dizer, duas partes foram analisadas: a primeira diz respeito aos imóveis rurais com dimensão inferior a 10 ha (portanto, a menor parcela); a segunda refere-se aos imóveis com área superior a 1.000 ha (a maior unidade).

É preciso que se perceba a intensa desproporção destas duas parcelas, entre o número de imóveis e sua área de ocupação. Os imóveis de menos de 10 ha refletem a maior parte dos estabelecimentos rurais (logo, atendem uma população também maior) e representam um total de 32,90% do total de imóveis, mas ocupam apenas uma área estimada de pouco mais de seis milhões de hectares. Já as propriedades com área superior a 1.000 ha, por sua vez, representam a menor quantidade de imóveis (apenas 1,60%), porém ocupam uma área que chega a quase 200 milhões de hectares, ou seja, perto de 400% a mais do que os imóveis anteriores.

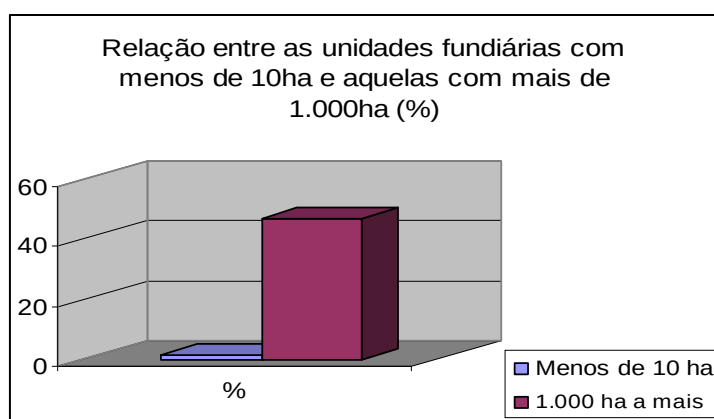


GRÁFICO 1- Relação entre as unidades fundiárias com menos de 10ha e aquelas com mais de 1.000ha (%)
Fonte: Dados do quadro 01.

Os números se invertem quando o referencial é a porcentagem de terras do Território Nacional. O resultado é que os imóveis com área inferior a 10 ha ocupam 1,60% das terras, enquanto os imóveis com área superior a 1.000 ha ocupam 46,80% das terras nacionais. Muitos têm pouco e poucos têm muito – é o que diz o velho ditado popular e que corrobora a asserção retrocitada de Martins (2004).

A análise e a constatação dessas argumentações são reforçadas pela tabela seguinte.

TABELA 2 – Distribuição dos imóveis rurais por categoria em 2003.

Categoria de imóvel ¹	nº de imóveis	%	área total (ha)	%
Minifúndio	2.736.056	63,8	38.973.371,3	9,3
Pequena propriedade	1.142.937	26,6	74.195.134,2	17,7
Média propriedade	297.220	6,9	88.100.413,9	21,1
Grande propriedade	112.463	2,6	214.843.865,4	51,3
Não classificada	1.810	0,0	2.343.856	0,6
Total	4.290.482	100,00	418.456.640,80	100,00

Fonte: Reforma Agrária Quando, 2006.

Repetindo os mesmos passos da análise anterior para verificação dessa Tabela (isolando a menor unidade e a maior – o minifúndio e a grande propriedade), é possível observar que os dados da tabela 01 são confirmados. Os minifúndios representam 63,8% (com 2.736.056 estabelecimentos) do total

¹ Considera-se *minifúndio* o imóvel rural cuja área total seja insuficiente para a subsistência de uma família. De acordo com o art. 4º da Lei nº 8.629, de fevereiro de 1993, *pequena propriedade* é o imóvel rural de área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais; *média propriedade* é o imóvel rural de área superior a 4 módulos e inferior a 15 módulos fiscais; *grande propriedade* é o imóvel rural de área superior a 15 módulos fiscais.

de imóveis, mas ocupam apenas uma área de 9,3% do total. A grande propriedade, por sua vez, representa somente 2,6% (com 112.463 estabelecimentos) do total de imóveis, porém ocupam uma área que compreende 51,3 % do Território Nacional.

Dentre outros aspectos, é dessa desigualdade que surgem os conflitos. Sendo assim, dessa concentração do meio social de produção é que brota a revolta. As tensões tornam-se ainda mais graves quando se percebe que grande parte desses latifúndios são improdutivos (dados do INCRA informam que 51,4% dos imóveis classificados como grandes propriedades são improdutivos), ou seja, estão com suas terras ociosas e não cumprem sua função social. É preciso ainda pensar como Martins (1991) e levar em conta que, provavelmente, muitos dos grandes proprietários têm o domínio de mais de uma propriedade, e, em face disso, vê-se diante de uma concentração muito maior.

Para Grzybowski (1987, p. 17), faz-se necessário o entendimento de que “a diversidade de movimentos sociais no campo é determinada pela diversidade de contradições existentes e modos de viver e enfrentá-las”.

Diante de tais condições, uma política de desenvolvimento que realmente pretenda diminuir as contradições dentro do sistema social e, ao mesmo tempo, manter os níveis de crescimento, deverá pelo menos provocar alterações nas estruturas e sistemas de todos os espaços, e em especial dos “lugares mais atrasados”, de maneira que eles alcancem aqueles que estão “mais evoluídos e aptos” para que sejam atendidas as questões do momento histórico em comento.

Neste contexto, as políticas de desenvolvimento passam pelo crescimento econômico, porém esta dimensão faz parte de um todo maior, que é o social. Assim, a política só tem sentido quando situada em uma aplicabilidade de proposta social geral, da qual devem fazer parte a política econômica e a social, que naturalmente devem considerar todos os custos ambientais.

Foi assim que a luta pela reforma agrária se tornou uma reivindicação dos movimentos sociais, pois o agricultor de fato só é agricultor mediante o atributo da terra. A terra é parte dos elementos concretos e simbólicos que circundam tal sujeito.

A luta pela reforma agrária tomou corpo nas últimas décadas, de forma que os movimentos sociais passaram a incorporar novos elementos à sua perspectiva, já que hoje não se luta apenas contra uma estrutura fundiária desigual, mas, sobretudo, por mudanças no próprio modelo sociopolítico do País.

Dessa forma, o campo hoje é notícia no Brasil. E, sem dúvidas, o Movimento dos Sem-Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) foram os principais responsáveis por essa inclusão da questão agrária na agenda política do Estado brasileiro.

O que é percebido, porém, é o fato de que a questão agrária, como uma leitura dos entraves do meio rural, em termos de conflito, é marginalizada e substituída desde o Estado, por uma *questão de desenvolvimento*, no qual se propõe um consenso dos movimentos sociais rurais, a fim de promover um desenvolvimento baseado no aprofundamento das relações mercantis (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006).

É preciso levar em conta, como nos alerta Martins (2004)

[...] que a reforma agrária tanto pode nascer da demanda, da pressão e das necessidades, quanto pode nascer das necessidades econômicas e políticas das elites [...]. Quando, ainda, pode nascer das necessidades do sistema capitalista em seu conjunto [...]. É uma simplificação imaginar que só pode haver reforma agrária com base nas lutas populares. No limite e em condições anômalas, pode até mesmo haver reforma agrária contra a vontade popular [...]. Quem desconhece essa circunstância, de fato não faz da sua peleja uma peleja pela reforma agrária. (P. 25).

Segundo Castro (1992), no Brasil, as diferenciações físicas do meio ambiente, naturalmente explicáveis pela extensão territorial, são utilizadas para confundir-se com outras diferenças.

Assim, concorda-se com a autora, quando ela explica que

As clivagens sócio-econômicas do território brasileiro devem, então ser interpretadas também como um produto político e como um fator da política, pois, em sendo o espaço nacional organizado e construído historicamente e politicamente, as condições particulares do espaço pressupõem um sistema político regionalizado, com relações internas e externas específicas. [...] Em outras palavras, os desníveis regionais são conseqüências de ações políticas e ao mesmo tempo impõem decisões políticas [...]. (CASTRO, 1992, p. 16).

A demanda pela reforma agrária é bem mais ampla do que a pendência por terras. Isso porque se deve enxergar na reforma agrária uma política pública complexa, que envolve enorme parcela da população do meio rural (desde as novas famílias a serem assentadas até os pequenos proprietários) que não possuem acesso ao crédito e à assistência técnica, entre outros serviços. A reforma não é mera distribuição de terras. É uma tarefa altamente complexa que deve ser feita com muita responsabilidade ambiental.

3.2 O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NA AGRICULTURA

As intervenções capitalistas no campo brasileiro em muito se mesclam com o próprio desenvolvimento da indústria no Brasil. Não se pode esquecer de que as grandes fazendas de produção de açúcar para exportação (ainda nas primeiras décadas), eram na verdade grandes indústrias, que trabalhavam com as técnicas mais avançadas da época.

É possível também mencionar as grandes fazendas paulistas de café, as quais durante um longo período (não só no primeiro e segundo reinados, mas também com um alcance que se prolongou até o segundo Governo Vargas na década de 1940), tiveram influência sobre a economia nacional, principalmente na década de 1930, com a passagem do capital cafeeiro para o capital industrial (GONÇALVES, 2007).

Assim, no Brasil, se desenvolveu um capitalismo marcado pela “transição da economia colonial para a mercantil nacional com trabalho escravo presente na estrutura arcaica do latifúndio explorador, numa economia capitalista agroexportadora [...]”. (GONÇALVES, 2007, p. 21).

Dessa maneira, Gonçalves (2007, p. 23) garante que a “constituição do capitalismo induzido na sociedade brasileira foi alicerçada numa economia de capital mercantil agro-exportado”; uma elite que, diga-se de passagem, nunca se afastou do poder, como argumenta Faoro (2001).

Os conflitos fundiários são constantes no País. Eles fazem parte de lutas históricas, que se intensificaram, principalmente, nas últimas décadas, em virtude das transformações no campo brasileiro.

Como já argumentado, compreende-se o desenvolvimento do capitalismo como desigual e contraditório, desenvolvendo-se de forma não linear. E o desenvolvimento do capitalismo no campo deve ser apreendido como a apropriação de outros setores de produção, expropriando o trabalhador agrícola de seus instrumentos e recursos. O capital cria um trabalhador *livre* para utilizá-lo em sua reprodução. Para Bernardo Mançano Fernandes,

Desenvolve-se uma relação social, em que, de um lado, o capitalismo compra a força de trabalho, pois esta é fundamental para a reprodução ampliada do capital, e, do outro, o trabalhador vende a força de trabalho, pois isto é fundamental para sua sobrevivência. Cria-se assim a propriedade capitalista e o trabalhador assalariado. (1999, p. 30).

Na perspectiva de Sampaio (2002, p.117), a incorporação de tais aspectos de produção ao território político do País representa uma ampliação na exploração dos recursos naturais para atender aos interesses de empresas internacionais. “São os trabalhadores rurais nordestinos entrando na lógica do Estado capitalista, do capital internacional”.

O capital é uma relação social dialeticamente contraditória, que, antes de mais nada, liberta e aprisiona. É uma relação de expropriação e exploração. Como diz Fernandes (1999, p. 31), “cria, de um lado, os exploradores e de outro os explorados, produz a fartura e a fome”. Diante disso, vale a pena perguntar: qual a verdadeira importância da terra? O que ela representa de fato para o capital? As respostas não são simples e nos conduzem pela dialética contraditória que compõe o sistema capitalista.

A terra como bem natural não pode ser (re)produzida nem criada pelo trabalho humano, pois, quando se trabalha a terra, não é para produzir mais terra, e sim o fruto da terra que é produto do trabalho humano (RODRIGUES, 1991).

“A terra é, assim uma mercadoria ‘*sui generis*’, não é produto do trabalho, não pode ser reproduzida, não se consome [quantitativamente constante] e tem seu preço constantemente elevado, e por mais ‘velha’ que fique, nunca se ‘deteriora’. (RODRIGUES, 1991, p. 16-17). Efetivamente, com toda crise ambiental que ora se apresenta, quanto mais “natural”, mais “pura”,

mais “verde” for a terra, maior será seu preço, e esta só poderá ser adquirida por quem tem capacidade de pagar.

Segundo Marx, só o trabalho cria valor, porém, a terra como mercadoria não (re)produzível tem valor e preço, que independem de sua produção. Logo, concorda-se uma vez mais com Rodrigues (1991), quando ela diz que a terra é uma mercadoria *sem valor*, no sentido de que seu preço não é definido pelo *quantum de trabalho* na sua produção, mas pelo estatuto jurídico da propriedade da terra e pela capacidade de pagar de seus possíveis compradores; pelo menos sob a óptica da questão agrária.

A terra é, assim, uma espécie de capital que se valoriza gradual e constantemente. “É na verdade, um falso capital, porque é um valor que se valoriza, mas a origem de sua valorização não é a atividade produtiva”. (RODRIGUES, 1991, p. 17). É um valor que se torna mais elevado pela monopolização do acesso, tornado a terra “escassa” e cara, ou, como diz Raffestin (1993), um trunfo para dadas oportunidades.

Os preços da terra rural, em determinado contexto geográfico, são reflexos diretos de suas condicionantes socioeconômicas e políticas e de sua situação estrutural no mercado. Os preços de mercado conduzem os agentes econômicos particulares que atuam na comercialização de terras e servem também de referência para os governos em seus programas “democráticos” de tributação da terra rural. Em alguns casos, podem ser utilizados pelas instituições de crédito como um parâmetro para determinação e concessão de créditos.

Porto-Gonçalves (2006, p. 289) é preciso ao acentuar que “privar [no sentido de legitimar a propriedade privada] é tornar um bem escasso, e assim, numa sociedade que tudo mercantiliza, um bem só tem valor econômico se é escasso”.

Para Reydon *et al* (19?, p. 23) a sistematização teórica do mercado de terras a tornam um ativo (qualquer bem adquirido na finalidade de produzir rendas ou mesmo expectativas de elevação de seu preço é um ativo) com três características importantes: a) escassez – pois só existe em quantidades fixas e não pode ser facilmente criada; b) imobilidade e; c) durabilidade – já que não pode ser destruída facilmente.

Estas são as características que fazem da terra um grande atrativo para os capitalistas (sejam eles do setor produtivo ou não): uma garantia de créditos e uma reserva de valor. Assim, os autores descrevem que:

A terra rural, além de possuir características gerais de um ativo, ainda conta com as seguintes condições específicas: a) tem um mercado secundário constituído; b) é economicamente escassa. A terra, como qualquer outro bem, pode ser um ativo porque é escassa. Escassez econômica e não somente física. A terra é escassa não apenas por si mesma, mas também na medida em que os produtos por ela gerados são escassos. Entretanto, o fato da terra ser um fator imóvel e ser praticamente irreprodutível, com elasticidade de produção e de substituição baixas, e de ser apropriada privadamente por alguns, favorece as condições para o estabelecimento de sua escassez econômica. (REYDON *et al*, 197, p. 23).

Ademais, seria preciso ainda considerar que o mercado de terras se sustenta na aceitação generalizada da propriedade privada da terra, independentemente de sua configuração, assim como das garantias da manutenção destas formas. Portanto, se ocorrem mudanças que afetem na forma legal ou nas garantias dadas à propriedade da terra, a sua condição mercadológica se relativiza, ampliando consideravelmente os riscos associados à sua aquisição, conseqüentemente diminuindo suas taxas de capitalização e reduzindo seu preço.

A sustentação de um estatuto jurídico, no entanto, concede à terra a condição de um bem de capital (um ativo), fazendo com que não tenha um mercado de preços fixo (como a maior parte dos bens), pois, como já expresse, não pode ser (re)produzida.

Desse modo, ocorrem especulações dos proprietários sobre os preços futuros da terra, vendendo-as num momento julgado o melhor. Isto significa que os grandes proprietários da terra só as ofertarão no mercado na condição de que haja determinantes econômicos que ofereçam um preço elevado o bastante para superar as expectativas de ganhos com a propriedade da terra (esteja ela ociosa ou não).

É importante frisar que, neste jogo de mercado das terras, os proprietários têm um grande poder, podendo manter os estoques de terras e vendê-las quando julgarem ser o momento adequado para maximizar seus ganhos.

Sem dúvidas, a sujeição da renda da terra é fundamental para a reprodução do capital, “pois a partir daí, ele tem as condições necessárias para sujeitar também o trabalho que se dá na terra. Primeiramente, o capital sujeita a renda da terra e em seguida subjuga o trabalho nela praticado”. (OLIVEIRA, 1991, p. 49).

Infelizmente as ações do Estado não se apresentam eficientes em solucionar ou mesmo controlar as especulações sobre o preço da terra (até porque não são políticas que tenham esta finalidade). Pelo contrário, por muitas vezes e sob formas diferenciadas, as políticas governamentais atuam no sentido da consolidação e dinamização dos mercados de terras rurais. A reestruturação do meio rural é exatamente a possibilidade de negócio encontrada para provocar mudanças do/no papel social da terra, que gradualmente se tornou um atrativo das aplicações capitalistas.

Evidentemente, as questões que envolvem a renda da terra estão no cerne das problemáticas da Reforma Agrária, porém, são muitos os que enxergam a lógica do desenvolvimento como um somatório monetário das produções dos vários setores da economia. Não se pode, no entanto, deixar de notar que esta visão setorializada e reducionista de desenvolvimento nas políticas públicas se mostra como uma prática “excludente” que atende apenas parte da população.

Diante dessa realidade, os agricultores instituem diversas formas de resistência nas lutas sociais no enfrentamento com o Estado, grandes proprietários de terra e capitalistas. A amplitude do movimento mostra que não é somente uma luta por terra, mas é uma luta contra um modelo (vigente) de desenvolvimento imediatista que privilegia uma parte em detrimento do todo; que explora sem medir consequências; que destrói e desgasta o ambiente sem pensar no futuro.

3.2.1 O Campo brasileiro após 1950

O crescimento industrial e urbano, desde meados da década de 1950, permitiu à agricultura passar por intensa transformação em sua estrutura produtiva. Com o intuito de acelerar o desenvolvimento do capitalismo no campo, foram criadas, pós-64, as condições necessárias para o desenvolvimento de uma política de teor agrário nacional, privilegiando as grandes empresas agropecuárias. As quantidades crescentes de créditos agrícolas, nesse período, financiaram a modernização tecnológica de alguns setores da agricultura “(...) de forma que esta passou a depender menos dos recursos naturais e cada vez mais da indústria produtora de insumos”. (FERNANDES, 1999, p. 43). Tal processo consolidou a industrialização da agricultura, promovendo modificações nas relações de trabalho no campo, principalmente no trabalho assalariado, que praticamente não existia.

Porto-Gonçalves (2006, p. 228), utilizando de dados da FAO, afirma que, entre os 1950 e 2000, a produção de grãos em todo o mundo aumentou (embora de modo desigual), saltando de 631 milhões de toneladas em 1950, para 1.835 milhões de toneladas em 2000. Esse aumento representa, portanto, 2,9 vezes mais do que era produzido. Dentro desse mesmo recorte temporal, o consumo de fertilizantes (também geograficamente desigual) passou de 14 milhões de toneladas para 141 milhões de toneladas, um aumento de 10,1 vezes. Esses dados podem servir de indicativo para demonstrar duas coisas: 1 – como foi rápido e intenso o processo de tecnificação da agricultura; e 2 – o grau de fragilidades e as limitações naturais dos novos espaços incorporados ao processo produtivo, dado que dependem dos “complementos agrícolas” para se manterem em equilíbrio (pelo menos durante o momento em que são parte dos interesses dessa lógica).

Para Elias (2005), essa é uma das características desse novo sistema temporal da modernização da agricultura, que, ao associar as possibilidades de incorporação dos procedimentos e métodos científicos à realização da produção, faz com que a velocidade de renovação das forças produtivas seja muito mais acelerada do que foram em qualquer outro momento da história.

As possibilidades técnicas de correção de determinados tipos de solos permitiram a alguns grupos de proprietários a utilização de terras antes consideradas impróprias. Somando-se isso às novas condições técnicas de se produzir mais em menos tempo, aos créditos subsidiados e à facilidade de aquisição de terras, pode-se dizer que a agricultura se tornou um “grande negócio”. Os resultados imediatos foram: uma queda no número de minifúndios – que representa uma desarticulação da pequena agricultura de base familiar – pois, pressionados pelos grandes produtores, pequenos e médios proprietários, sem condição de competir, passaram a vender suas propriedades (a baixo custo). Alguns poucos que resistem em vender são “obrigados” a se submeterem à dinâmica dada pela cultura predominante, tornando-se fornecedores, ou mesmo cedendo suas terras (arredamento/parceria); sem esquecer de citar que houve aumento na prática de grilagem de terras, pois muitos agricultores não possuem o registro de suas terras, e uma diminuição no número de posseiros – pois as terras públicas estavam destinadas a “modernização” – que só voltou a crescer com o avanço das lutas pela terra nas últimas décadas.

Outro problema também fruto de tal modernização é o do trabalhador volante. Mesmos expulsos do campo, morando nas cidades, eles continuam trabalhando no campo, cortando cana, colhendo frutas etc. Fazem um movimento pendular sazonal entre campo e cidade. Durante o plantio e a colheita, vendem suas forças de trabalho nas fazendas. Nos outros meses (na entressafra) ficam pela cidade trabalhando no setor informal (o fenômeno da seca provoca algo parecido em alguns estados).

Conforme assegura Ariovaldo de Oliveira,

Campo e cidade, cidade e campo, formam uma unidade contraditória. Uma unidade onde a diferença entre os setores da atividade econômica (a agricultura, a pecuária e outros, por um lado, e a indústria, o comércio etc., por outro), vai ser soldada pela presença na cidade do bóia-fria do campo. As greves dos trabalhadores do campo são feitas na cidade. Ao mesmo tempo, podemos verificar que a industrialização dos produtos agrícolas pode ser feita no campo com trabalhadores da cidade. A cidade, hoje, revela essas contradições. Ela é, pois, palco dessas lutas rurais/urbanas e/ou urbanas/rurais. Isso significa que a compreensão dos processos que atuam na construção/extensão das cidades passa pela compreensão dos processos que atuam no campo. (1991, p. 26-27).

Dessa forma, pode-se dizer que a política modernizadora não representou uma política de mudanças (positivas), mas, ao contrário, pois em muito agravou não somente a “exclusão” social no campo mas também nas cidades, em consequência da intensa migração de trabalhadores rurais sem terra em direção às áreas metropolitanas, ampliando e muito o já numeroso contingente de miseráveis urbanos.

Contundentemente, Arturo Escobar indica:

[...] em vez do reino da abundância prometido por teóricos e políticos dos anos cinqüenta, o discurso e a estratégia do desenvolvimento produziram o contrário: miséria e subdesenvolvimento massivos, exploração e opressão inenarráveis. (ESCOBAR, 1998 [1996], p. 21, traduziu-se).

Mesmo assim, a industrialização da agricultura, nas áreas chamadas de complexos agroindustriais, consolidou-se como o padrão “moderno” de desenvolvimento e produtividade para o campo, contrapondo-se à agricultura camponesa de base familiar (MARTINE; 1991).

Logo, a cristalização do desenvolvimento agrícola no campo brasileiro caracterizou-se como um processo gerador de desigualdades e altamente excludente. O latifundiário, antes visto como velho coronel dono de vastas extensões de terra, torna-se agora membro do *agribusiness*. Parte das propriedades passou a ser controlada por grupos econômicos internacionais, que produzem grãos e frutas para exportação. Alguns latifúndios, aos poucos, se tornaram empresas rurais. Suas propriedades continuaram grandes, porém agora produtivas, e o proprietário, antes visto como um *latifundiário*, torna-se um grande *produtor do meio rural*.

Esse parágrafo merece dois pequenos comentários: 1) quando se argumenta que partes das propriedades fundiárias brasileiras se tornaram áreas produtoras ligadas ao agronegócio, faz-se referência a uma parcela de proprietários que investiram em processos de mecanização das terras. É verdade que elas representam a minoria das propriedades, mas, mesmo assim, elas são numericamente expressivas. Não é aqui intenção afirmar que houve modernização dos latifúndios ou que não existam mais terras improdutivas, ou ainda que não haja mais concentração. Os dados expostos nas *Tabelas 01 e 02* (páginas 58-59) são claros quando há concentração de terra existente no

País. 2) Os processos de mecanização de agricultura e as consequentes alterações nas relações de trabalho e de consumo no meio rural não são motivos suficientes para decretar o fim do campesinato (ou do agricultor familiar). Muito pelo contrário, tais processos tornam-se marcos da exploração do trabalho no meio rural, onde o agricultor é a contraposição da acumulação.

Ademais, é possível observar que as propostas de modernização para o meio rural são acentuadamente influenciadas pelos princípios mercadológicos que impulsionaram a produção em larga escala pós-1950. E no intuito de melhor se explorar alguns dos traços marcantes da modernização agrícola brasileira pós-1950, com base em Martine (1991) e Gonçalves (2007), fez-se um breve resumo desta temática assentando três “fases modernizantes” – a primeira vai de 1965-1979; a segunda de 1980-1984 e a terceira é compreendida entre os anos de 1985-1995. Essa pequena revisão reflexiva do processo de modernização no campo é fundamental para dar linearidade às ponderações deste estudo (no recorte de 2004-2008), percebendo que na realidade há muito mais continuidades do que mudanças.

- O Período de 1965-1979: a modernização tecnológica (conservadora) da agricultura brasileira

Foram muitas as modificações na estrutura e no perfil da produção agrícola brasileira a partir de 1965. Entre tais modificações é possível apontar: a consolidação de parques industriais, o investimento tecnológico, a presença do ciclo econômico chamado de “milagre econômico”, a ampla e facilitada concessão de créditos rurais e subsídios à produção agrícola, além da importação do pacote tecnológico da “revolução verde”.

Todas estas modificações fizeram a agricultura brasileira passar por ampla transformação de suas estruturas, principalmente no que diz respeito à dinâmica produtiva com a instalação dos complexos agroindústrias, alterando sua base técnica e desenvolvendo uma indústria agrícola processadora de alimentos e matérias-primas.

Para Gonçalves (2007), nesse período,

[...] estava em andamento a modernização tecnológica da agricultura brasileira, que privilegiou fundamentalmente as monoculturas de

exportação. Por sua vez, essas culturas tiveram proveito dos subsídios disponíveis concedidos aos insumos químicos e ao processo de mecanização mais acentuado. O crédito rural concentrou-se especialmente em torno desses produtos (café, algodão, cana-de-açúcar, laranja, batata e trigo) e dos grandes proprietários. (P. 30).

Tais transformações na organização técnica da agricultura, cujo referencial eram os complexos agroindustriais, buscavam mostrar números e mais números sobre as taxas de crescimento e incentivo, criando uma falsa ideologia, como se tal processo fosse parte de transformação inevitável (como um darwinismo econômico).

O predomínio das forças neoliberais, nacionais e internacionais, cujo objetivo é propalar a crença de que a “salvação econômica” se encontra na produção em larga escala (voltada para o mercado), como assegura Martine (1991):

No sistema capitalista há vantagens inerentes à produção em maior escala. Neste novo cenário, não basta terra para poder produzir: é preciso dispor de capital. Além disso, para viabilizar a adoção de novas técnicas, é preciso ser mais informado, ter atitudes empresariais e capacidade de endividamento. (P. 19).

Essa é a proposta do Banco Mundial para a agricultura familiar. A ideia de que *Big is Beautiful*. Na verdade, essa lógica da vantagem escalar (da super-safra) na agricultura brasileira é fortemente atrelada à experiência do cultivo de soja (protótipo da aplicação do pacote tecnológico da revolução verde) e da cana-de-açúcar (pelo programa do Proálcool).

Ocorre na realidade é que a expansão da soja sobre algumas das melhores terras planas do País (e numa conjuntura interna até certo ponto favorável), associada a intensivas políticas de concessão de créditos, são utilizadas para criar uma ideia generalizada da realidade agrícola brasileira, que distorce os problemas do conjunto da agricultura no Brasil.

Além do mais, o Governo federal por muitas vezes, deixa transparecer os ideais de uma associação entre escala (da produção), modernização (das técnicas) e a eficiência (da produtiva) que nem sempre é verdadeira. Tais evidências favorecem a inferência, segundo Martine (1991, p. 20), de que: 1) maior é melhor em todos os setores e ocasiões; 2) a grande propriedade rural brasileira insere-se, necessariamente, na lógica de produção

capitalista; 3) o pequeno, o não integrado e o informal devem necessariamente desaparecer no curto ou médio prazo.

Estes pressupostos buscam sustentar o argumento do desaparecimento da pequena produção familiar em virtude do avanço inabalável do capitalismo integrado e das grandes escalas de produção – teoria do fim do campesinato. Por esse motivo, usa-se a imagem da agricultura moderna produtora de super-safras, autossuficiente, de implicações sociais inevitavelmente benéficas, em detrimento da pequena produção.

São criados e fortalecidos os referenciais (estatístico-econômicos) de um posicionamento político-ideológico que enfatiza uma agricultura empresarial (patronal) em detrimento da agricultura atrasada do pequeno (familiar). Assim, a agricultura passa a focalizar suas questões em princípios como os de produção, produtividade e modernização, em detrimento das implicações sociais (a médio e longo prazo) que tais mudanças podem provocar.

Para Martine (1991, p. 34), “supervaloriza-se a imagem do novo, do técnico, do moderno, do empresarial; tudo que representa um obstáculo ao ‘moderno’ deve ser rejeitado, desprezado ou atacado”.

Buscava-se com essa ideologia tornar diminutas e anacrônicas as possibilidades de realização de uma reforma agrária justa, como aquela defendida por alguns poucos grupos políticos.

Pode-se apontar, todavia, como consequência imediata dessa modernização o desencadeamento de uma tendência especulativa da terra que serviu para exacerbar a concentração da propriedade da terra, afetando diretamente as relações de produção no campo.

Como muito bem salientou Martine (1991),

O modelo de modernização conservadora conseguiu transformar o aparato produtivo e alcançar expressivos níveis de crescimento do produto, mas manteve elevados níveis de pobreza absoluta, fazendo com que grande parte da população continuasse a se reproduzir em condições miseráveis, acentuando uma das distribuições de renda mais concentradas do mundo. (P. 33).

- O período de 1980-1984: a recessão econômica mundial

Apesar de ter sido um período de crise e retração econômica, entre os anos de 1980 e 1984, praticou-se uma política agressiva de produção, mesmo com limitada concessão de créditos.

As principais economias mundiais foram afetadas, em meados da década de 1970, por um forte impacto recessivo desde a crise do petróleo, impondo uma retração das políticas econômicas internacionais em curso. Assim, as políticas macroenômicas pensadas para o início da década de 1980 eram ações refletidas com esteio nesse caráter recessivo global.

Em razão desses fatores econômicos externos, a década de 1980 passou por mudanças significativas em sua trajetória quando comparada ao período anterior. Os efeitos da recessão provocaram no mercado interno nacional uma forte queda do Produto Interno Bruto (PIB) e das massas salariais.

Sobre as repercussões dessa crise nas atividades agropecuárias desse período, Martine (1991) assegura que

[...] registra-se uma diminuição no ritmo de crescimento da área cultivada, particularmente de lavouras permanente. No que diz respeito à evolução tecnológica, verifica-se uma redução drástica no ritmo de incorporação de tratores em todas as regiões. Com a relação à pecuária, observa-se, no período de 1980-85, uma redução no ritmo de crescimento do rebanho, assim como uma mudança no epicentro da criação de gado do Sudeste para o Centro-Oeste e, em menor escala, para o Norte. O ritmo de incorporação de fronteiras foi muito mais lento que nos períodos anteriores, sendo notável apenas a expansão (ou o reaproveitamento) da fronteira no Centro-Oeste. (P. 14).

Para Gonçalves (2007, p. 32), o impacto desse movimento recessivo “piorou a situação das finanças públicas, com déficits endógenos provocados pela queda da arrecadação e pela elevação da dívida pública”.

Ademais, a diminuição nas taxas de concessão de crédito, associada à elevação dos preços de exportação sobre a retração do mercado, impossibilitou o cultivo de alguns produtores nas várias regiões do País, compelindo um outro tanto a vender partes de suas terras (passando a cultivar em pedaços de terras bem menores). Segundo Martine (1991), nesse período,

os estabelecimentos de menos de 10 ha passaram de 2,6 para 3,1 milhões, representando um crescimento de 18,8% a.a.

Assim, por consequência da crise econômica mundial, as áreas cultiváveis no Brasil, no período de 1980-1984, experimentaram um processo de “minifundização” que, obviamente, não influi definitivamente no padrão centralizador da estrutura fundiária nacional (MARTINE, 1991).

É importante mencionar também que tal processo de desconcentração foi basicamente um reflexo da situação presente naquela conjuntura, pois, quando retornaram as fortes condições de créditos e de mercado, houve uma reintensificação das atividades especulativas em torno da terra – e foi retomada a concentração.

- O período de 1985-1995: a recuperação e a força agressiva da produção

Nesse período, a economia nacional já apresentava sinais de melhorias quanto aos impactos causados pela recessão econômica internacional e a crise do petróleo. Tais melhorias passam a dar suporte à dinamização de vários setores, como o urbano, o industrial, o comércio e o de serviços.

Uma medida econômica importante desse período que resultou de fundamental importância para dar suporte à dinamização econômica foi o Plano Cruzado. No interesse de aumentar a demanda interna brasileira, o Plano Cruzado foi pensado como meio de elevar “o poder aquisitivo da população trabalhadora e, conseqüentemente, expandir o consumo [...]”. (MARTINE, 1991, p. 16).

Na perspectiva de ensejar divisas por meio do setor agrícola, as metas do Plano buscaram estimular a produção voltada para o abastecimento interno, garantindo uma política de manutenção dos preços, aumento na quantidade de créditos agrícolas, mantendo as taxas de juros mais baixas e um seguro para possíveis perdas das safras (seguro-safra).

Na utilização de tais medidas, buscava-se justificar um mecanismo para assegurar o estágio (dito) avançado do desenvolvimento tecnológico brasileiro para a manutenção das atividades agropecuárias. Criava-se, então, a ideologia de que o Brasil (com a implantação dos complexos agroindustriais)

dispunha de “formas modernas e auto-sustentadas de produção penetrando homogeneamente em (sic) todas as regiões e setores, com capacidade para competir de igual para igual no mercado internacional e gerar prosperidade para a sociedade brasileira”. (MARTINE, 1991, p. 18).

Assim, pode-se assegurar que a segunda metade da década de 1980 foi marcada pela pródiga vitória daqueles que defenderam a intensificação da modernização do campo “via valorização da agricultura empresarial, via consolidação do direito inalienável da propriedade privada e via integração crescente dos capitais financeiro, comercial, industrial e agrícola”. (MARTINE, 1991, p. 07).

Na década de 1990, fruto do desenvolvimento tecnológico, um grande passo foi dado na produção agrícola mundial. É averiguado o fato de que o acúmulo de tecnologias dispensa grandes quantidades de terras para tornarem-se economicamente viáveis.

Assim, o Banco Mundial percebeu que, mesmo individualizada, a pequena produção familiar pode apresentar vantagens comparativas com algumas outras áreas e setores (MARTINE, 1991). Tal prerrogativa, entretanto, não deve dar margem a quaisquer ações especulativas de que ela venha a se constituir como o modelo agrícola do futuro.

Percebe-se, com efeito, que transformações ocorridas na agricultura brasileira, entre as décadas de 1960 e 1980, não somente mantiveram, mas também ampliaram a concentração de terras no País, porém, com a chegada da Nova República, em 1985, os debates sobre reforma agrária retornavam às pautas nacionais.

A implantação do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), iniciado em 1986, acentuou o “clima” da disputa política no campo. Logo depois, os debates da Assembléia Nacional Constituinte, instalada em 1987, provocaram um confronto entre a esquerda agrária e os produtores rurais.

As metas do I PNRA era assentar 1,4 milhão de famílias em 4 anos, dentro de um contingente de beneficiários estimado em 6 a 7 milhões de famílias, incluídos posseiros, arrendatários, parceiros, assalariados rurais e minifundistas. Criou-se um Ministério Extraordinário para executar a reforma agrária. Findo o governo Sarney, apenas 82.690 famílias haviam recebido terras, menos de 6% da meta traçada. As

desapropriações alcançaram 4,2 milhões de hectares, apenas 2,3% do estoque fundiários atribuído no PNRA aos latifundiários. (GRAZIANO NETO, 2004, p. 19).

O Ceará foi destaque na implementação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) ainda em 1985; contudo, pode-se dizer que isso não eliminou os graves problemas fundiários e agrários no Estado. A reforma não foi finalizada e continuam ocorrendo conflitos pela posse da terra. Os processos de mecanização, o pesado investimento empresarial e as políticas (neoliberais, mercantis e desfavoráveis) do Governo serviram em grande parte para solapar as condições de vida no campo. Pode-se dizer que a rarefação do Poder Público no interior do País contribuiu sensivelmente para preservar tais situações.

A estabilidade econômica, o respaldo da biotecnologia, a abertura de mercados, no entanto, imbricavam-se para assegurar a elevação da produtividade nacional, a expansão das fronteiras agropecuárias e serviam de argumentos para respaldar o domínio da agricultura de mercado.

A consequência disso foi que, em 1989, a Constituição alterou as normas básicas da reforma agrária, assegurando que as propriedades produtivas estão isentas da desapropriação por interesse social.

Entre a Constituição de 1988 e a Lei Agrária de 1993 (nº 8.629), pode-se dizer que as políticas de reforma agrária caminharam num sentido inverso. No Governo Collor-Itamar, apenas 2,3 milhões de hectares foram desapropriados.

O programa de governo do então eleito presidente da República Fernando Henrique Cardoso prometia distribuir terras para 280 mil famílias. Passados oito anos, no fim de 2002, utilizando em sua maioria uma reforma agrária dita “de mercado” (porque o imóvel é adquirido por compra e venda de terras e não por desapropriação social) assentou 635 mil famílias, sendo 579 em áreas desapropriadas ou adquiridas pelo INCRA e as demais mediante financiamentos do Banco da Terra ou de outros programas específicos para assentamentos (GRAZIANO NETO, 2004).

O efeito disso foi enorme, principalmente nos custos. Ao longo dos oito anos de Governo FHC, os gastos orçamentários do INCRA atingiram valores de quase R\$ 20 bilhões. Isso significou um dispêndio público médio de

R\$ 40 mil para cada assentamento. Esses gastos se referem aos custos para desapropriação e aquisição de terras, somados aos custos de créditos e subsídios.

É preciso frisar que o processo de compra e venda de terras, como política reformadora da estrutura agrária, é amplamente criticado. Este é um dos argumentos do professor doutor Amaro Alencar (2005). Segundo ele, a política de compra e venda de terras não pode ser encarada como uma política de teor agrário coerente, considerando a desapropriação por interesse social como mais abrangente, já que não pode haver custos econômicos para o agricultor.

No fim de 2003, o Governo Federal divulgou o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA). Entre as metas do programa, ficou estabelecido que 400 mil famílias fossem assentadas, além dos demais programas de regularização e titulação da propriedade da terra. De acordo com o II PNRA

[...] os pobres do campo são pobres porque não têm acesso à terra suficiente e políticas agrícolas adequadas para gerar uma produção apta a satisfazer as necessidades próprias e de sua família. Falta título de propriedade ou posse de terras, ou estas são muito pequenas, pouco férteis, mal situadas em relação aos mercados e insuficientemente dotadas de infra-estrutura produtiva. (SECRETARIA CPMI DA TERRA, 2003, p. 12).

Dessa maneira, o público-alvo da Reforma Agrária abrange os sem-terra, com pouca terra ou com posse precária de terra, mas também os sem-créditos, sem assistência técnica ou com dificuldades na comercialização. Além dessa população rural, há um contingente cada vez maior de pessoas que vivem na periferia de centros urbanos, mas trabalham no meio rural como assalariados, diaristas, boias-frias e tarefistas, entre outros. No perímetro urbano de Fortaleza, por exemplo, é comum se encontrar migrantes recém-chegados do sertão em busca de renda.

Para Marta Marques (2004), a abrangência da base social da categoria sem-terra na luta pela terra

[...] envolve uma multiplicidade de sujeitos sociais, inclusive trabalhadores residentes nas cidades, e o significado aí contido de negação do processo de proletarização em curso, demonstrando que a possibilidade de recriação camponesa não se esgota com o

processo de expropriação nem com a passagem desses sujeitos pela cidade. (P. 151).

A qualidade da reforma agrária brasileira, medida pela relação custo-benefício dos assentados é profundamente decepcionante. O Governo gasta absurdos de dinheiro para desapropriar as terras e repassá-las para os assentados; contudo, (quase) nada é investido na infraestrutura dessas propriedades ou de seus arredores. A consequência é que algumas famílias assentadas, segundo Graziano Neto (2004), cerca de 30%, deixam os lotes até o segundo ano do assentamento, valor este que chega a 40% na região Centro-Oeste do País. A localização e a baixa qualidade das terras fornecidas é, fora de dúvida, um dos principais motivos que explicam esse abandono. Tais desistências permitem a concentração dos lotes dentro dos próprios assentamentos, num processo de “venda” (judicialmente criminoso) da concessão a um preço irrisório.

Ainda assim, a produção oriunda da produtividade de base familiar demonstra considerável participação no PIB das cadeias produtivas. A Pesquisa FIPE revela que, em 2003, as cadeias produtivas da agricultura familiar foram responsáveis por 10,1% do Produto Interno Bruto brasileiro, correspondendo a um valor adicional de R\$156,6 bilhões. Isso significa que a agricultura familiar representa 33% do PIB das cadeias produtivas da agropecuária brasileira, conforme demonstra o gráfico a seguir:

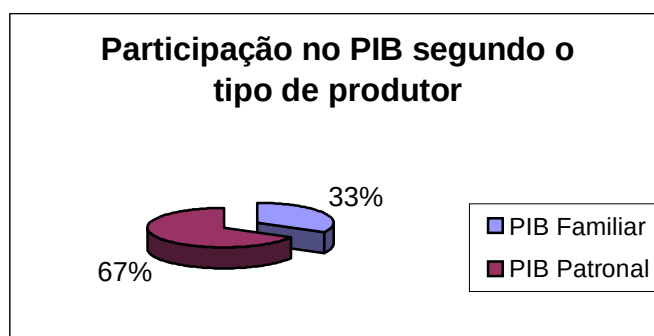


GRÁFICO 2 – PIB por produtor.
Fonte: FIPE - USP

De acordo com o mesmo estudo, o Produto Interno Bruto (PIB) da produção agropecuária brasileira correspondeu a 9,3% da economia em 2003. A produção familiar representou 3,6% desse total e a agricultura patronal 5,7%.

O estudo revelou que, entre os anos de 2002 e 2003, a agricultura familiar apresentou maior dinamismo do que a agricultura patronal.

O primeiro ano do governo Lula aumentou em 41% o número de contratos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o que significou a aplicação de R\$ 3,8 bilhões em 2003 - montante 91% maior do que o investido em 1999, alcançando os R\$ 4 bilhões entre 2003/2004. Os recursos, contudo, ainda não são suficientes. Segundo os diretores do Movimento Nacional dos Pequenos Agricultores – MPA, o número de agricultores beneficiados ainda é muito pequeno, pois no Brasil há cerca de 4 milhões de agricultores e o número de contratos do PRONAF atende a apenas 27% desse total. Além do mais, uma grande parte dos recursos fica concentrada no sul do País (em 2003 a região Sul ficou com 53% das verbas do PRONAF e o Nordeste com apenas 18% delas) (www.mpabrasil.org.br).

Dados expostos pelo MDA/SDT (2005) expressão que, até o fim de 2003, o PRONAF beneficiou aproximadamente 1,2 milhão de produtores de todo o País, contemplados com a obtenção de créditos "a baixo custo e sem burocracia". Segundo o Programa, os recursos foram repassados aos agricultores familiares pelo Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia. Seus dados registram que, entre julho de 2003 e fevereiro de 2004, houve um aumento de 103% na liberação de crédito para 320 mil agricultores familiares nordestinos, o que representa R\$ 523 milhões. No Ceará, esse aumento chegou a 141% em relação ao ano anterior, o que representou R\$ 53 milhões para financiar as atividades de 36 mil agricultores. Isso nada mais representa do que a financeirização da terra e do trabalho camponês.

A agricultura familiar brasileira é responsável por uma produção econômica em torno de R\$ 57 bilhões e representa 84% da mão-de-obra dos trabalhadores rurais. Aproximadamente 70% do feijão consumido no país têm origem da agricultura familiar, do mesmo modo que 84% da mandioca, 58% de suínos, 54% do leite bovino, 49% do milho e 40% das aves e ovos (dados publicados no sítio do Movimento Nacional dos Pequenos Agricultores referentes ao período de 2004-2005).

Como assegura Martins (2004, p. 14), todavia, “o desentendimento transforma os pobres da terra em desnecessários e inúteis heróis sacrificais”.

Faz deles vítimas inocentes dos interesses alheios, não enxergando o drama cotidiano da luta pela sobrevivência digna.

3.2.2 Algumas considerações sobre as implicações do desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira

Não restam dúvidas de que o progresso técnico das últimas décadas, com as melhorias na qualidade de armazenamento, comunicação e transporte, possibilitou, além das condições de aumento da produtividade, que novas áreas fossem integradas ao processo produtivo e, portanto, ao mercado.

Tais melhorias, associadas aos financiamentos do Banco Mundial e sua “ajuda ao desenvolvimento”, contribuíram diretamente para um aumento do volume da produção mundial, fato este que levou a uma acentuada queda dos preços dos grãos e, segundo Porto-Gonçalves (2006, p. 229), “para uma concentração de capital e diminuição do trabalho”. É, como anota Porto-Gonçalves (2006), a produção de uma *agricultura sem agricultores*.

É preciso considerar ainda, porém, como lembra Porto-Gonçalves (2006), que a diminuição dos preços dos produtos agrícolas decorre não apenas do aumento da produtividade, mas, também, de alterações que ocorreram na renda diferencial por localização, uma vez que a instalação de uma vasta rede de transportes, armazenamento e logística serviu para dar suporte na conservação e deslocamento das mercadorias. O capital não é apenas produção, mas, também, circulação. Assim, a revolução verde cria não apenas as novas condições de produção, como também as novas condições para a circulação (*just in time*). É preciso atentar para o fato de que o modo de produção não se separa do modo da distribuição. Assim, se o modo de produção é capitalista o da distribuição também o é.

A diminuição dos custos e da mão-de-obra nessa agricultura moderna, laboratorial, concretizou-se de maneira mais sólida, com base na criação das sementes transgeneticamente modificadas, que fornecem aos produtores maior segurança contra as pragas que possam prejudicar as colheitas.

É preciso pensar, todavia, para além da falácia *verdista* (da revolução verde), ao assinalar que todo o conhecimento desenvolvido garantiu o abastecimento de uma crescente população urbana mundial, e verificar que os efeitos dessas transformações no cenário rural foram muito mais complexos e contraditórios do que se admite.

Para citar um caso, pode-se utilizar o próprio exemplo dos preços dos produtos agrícolas que, como já comentado, caíram consideravelmente. A queda nos custos desses produtos fez diminuir o preço da cesta básica do trabalhador (mesmo considerando que tal diferença não tenha sido transferida na íntegra ao consumidor final), liberando parte dos salários para o consumo de bens industrializados, o que, até certo ponto, pode-se dizer, foi positivo, uma vez que, ao possuir determinados eletrodomésticos ou consumir outros gêneros alimentícios, as camadas mais pobres puderam melhorar um pouco suas vidas.

É preciso considerar, entretanto, que, à medida da queda do preço dos produtos agrícolas, os agricultores que não podem investir nem obter ganhos com sua produtividade tiveram sua renda drasticamente reduzida, e sua condição monetária resulta insuficiente para compra dos insumos necessários à produção.

Para Mazoyer (2003 *apud* PORTO-GONÇALVES, 2006),

[...] à medida que avança a queda de preços, os agricultores que não têm podido investir nem obter ganhos de produtividade considerável caem abaixo de umbral de renovação econômica de sua exploração: seus ingressos monetários resultam insuficientes para comprar os bens de consumo indispensáveis que não podem produzir [...].(P. 231).

É como diz Porto-Gonçalves (2006, p. 280): “Se a diminuição dos preços dos produtos agrícolas pode ser vista como positiva, por outro lado limita a possibilidade de agricultores que produzem com custos mais elevados acederem aos mercados”.

Dessa forma, pode-se seguramente garantir que nem todos os produtores agrícolas se beneficiaram da revolução verde. Nem mesmo aqueles que o fizeram puderam obter a certeza de ganhos ou vantagens competitivas que os segurassem no mercado. Nessas condições, entende-se que

[...] os preços internacionais dos produtos agrícolas só resultaram vantajosos para uma maioria de agricultores que podem, deste modo, continuar investindo, avançando e ganhando porções do mercado; são insuficientes e desfavoráveis para a maioria dos agricultores do mundo; insuficientes em geral para que possam investir e progredir; freqüentemente insuficientes para que possam viver dignamente de seu trabalho, renovar seus meios de produção e conservar suas porções de mercado; e, inclusive, insuficiente para que a metade menos equipada, menos dimensionada e pior situada dos camponeses do mundo possa se alimentar corretamente. (MAZOYER, 2003 *apud* PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 236).

Porto-Gonçalves (2006) é enfático ao asseverar que

[...] esse modelo agrário-agrícola, que se apresenta como o que há de mais moderno, sobretudo por sua capacidade produtiva, na verdade, atualiza o que há de mais antigo e colonial em termos de padrão de poder ao estabelecer uma forte aliança oligárquica entre (1) as grandes corporações financeiras internacionais, (2) as grandes indústrias-laboratórios de adubos e de fertilizantes, de herbicidas e de semente, (3) as grandes cadeias de comercialização ligadas aos supermercados e (4) os grandes latifúndios exportadores de grãos. (P. 243-244).

Esse modelo agrário/agrícola, operante sob a égide do processo de expansão capitalista, segundo Porto-Gonçalves (2006, p. 245), está ancorado em dois pilares: “(a) no uso de um modo de produção de conhecimento próprio do capital que se traduz na supervalorização da ciência e das técnicas ocidentais (que se querem universais) e (b) na expansão das terras cultivadas”.

Tais pressupostos serviram de marco para a modernização capitalista da agricultura, impondo uma ideologia que passou a requerer maior eficiência técnica dos cultivares, e isso representou maior consumo e maior dependência de insumos agrícolas.

Insumos agrícolas, implementos agrícolas, adubo químico, agrotóxicos são algumas das denominações dos fertilizantes produzidos em laboratório. Para seus produtores, esses implementos são chamados de *defensivos agrícolas*, procurando, dessa forma, repassar os ideais de um grupo defensor do meio ambiente.

Nesse embate linguístico-ideológico, acredita-se que

[...] o uso da expressão *defensivo agrícola* revela a lógica de guerra que subjaz a essa prática e, por isso, precisa...defender-se. A pergunta que se poderia colocar é: defender-se quem? Na verdade, a lógica de guerra de *combate* às pragas, *combate* aos insetos,

combate às ervas daninhas, *combate* às pestes implica que há que se matar o inimigo e, por isso, *inseticidas*, *herbicidas*, *pesticidas*, *praguicidas* entre outros produtos que matam e, sabemos, não só insetos, pragas, ervas daninhas mas, também, pessoas, plantas, peixes e outros animais. *Combater* e *matar* são, assim, parte de uma lógica técnico-produtiva que se funda na idéia de *dominar* e mais numa relação *contra* a natureza do que numa relação *com* a natureza [...]. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 266, grifos do autor).

Porto-Gonçalves (2006) faz questão de mencionar, deixando bem claro que o uso desses insumos faz-se de modo geograficamente desigual, dado que as estatísticas apontam para uma redução no uso desses fertilizantes nos países ditos desenvolvidos – como EUA, Canadá e parte da Europa. Já nos países mais pobres, a utilização de agrotóxicos se realiza com toda sua força – apoiada pelo grupo de países desenvolvidos.

Assim, é preciso perceber que

[...] essa geografia desigual do uso desses insumos no mundo revela o modo desigual como se valorizam os lugares, as regiões, os países e seus povos e suas culturas. E, insistimos, é preciso ver aqui a mesma lógica moderno-colonial que vem comandando o processo de globalização desde 1492. Há, com se vê, uma injustiça ambiental de fundo comandando a geopolítica mundial. Até mesmo as maiores fábricas de agroquímicos vêm se transferindo para os países pobres tendo, inclusive, o acidente mais sério com milhares de vítimas fatais ocorrido em Bhopal, na Índia, na fábrica da Union Carbide. Há, até mesmo, um cálculo de que a indenização de uma provável vítima de contaminação na Ásia, na África, no Caribe ou na América Latina é um custo menor de que uma vítima na Europa, nos EUA ou no Japão. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 267).

Dessa forma, haveria *povos e lugares primeiros* que vivem em função de *povos e lugares segundo*, “posto que (sic) estes não vivem a não ser pelo des-envolvimento dos primeiros, na medida que têm que garantir que a matéria-energia necessária venha desses outros lugares”. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 279).

Sabe-se que as técnicas mais modernas de biotecnologia podem ofertar novos tipos e padrões de sementes que requerem quantidades menores de fertilizantes, todavia essa é uma situação mediante a qual, de um lado, se melhora a eficiência ecológica da semente (fornecendo certo controle no mercado – maior segurança da safra), porém, do outro lado, diminui-se a autonomia do agricultor, que dependerá ano após ano da compra de sementes

modificadas. Assim, o que se perde em termos capitalistas na venda de herbicidas se ganha com a venda das sementes.

Com efeito, existem duas realidades antagônicas e complementares: os lugares que detêm a tecnologia e aqueles que retêm a diversidade, atualizando o histórico moderno-colonial, para usar a expressão de Porto-Gonçalves (2006), nas atuais tensões territoriais do período neoliberal globalizado.

A questão não é, portanto, a de que não se possa obter menor impacto ecológico do uso de um ou de outro insumo, mas o de como fazê-lo nos marcos de uma racionalidade econômico-mercantil que teima em se manter e, com isso, impede que outras soluções baseadas em outras racionalidades mais complexas possam ser encontradas ou, simplesmente, que outras matrizes de racionalidade possam se reproduzir. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 268).

Percebe-se, assim, que a expansão do modelo baseado no capitalismo agrário ignora completamente outras formas de uso da terra e por lógica não democratiza seus benefícios, dado que é preciso um volume intenso de capital para ter acesso ao pacote tecnológico e acender ao mercado, ou, ainda, considerável extensão de terras.

Assim, nesses tempos de globalização, com o modelo agrário implementado, é cada vez mais comum falar-se de *commodities*. A explicação está, como já se indicou, no atual modelo agrário-capitalista que, como bem aponta Porto-Gonçalves (2006), realiza a substituição da agricultura para o agronégocio.

Nessas condições, acredita-se que, dentro da lógica da agricultura familiar, cuja produção é destinada ao abastecimento da familiar, não faz sentido algum produzir além da capacidade de consumo e da venda do excedente para o abastecimento local. Logo,

A própria idéia de que o aumento da produção seja um objetivo a ser perseguido implica, necessariamente, que a produção não objetiva contemplar diretamente aqueles que produzem, pelo menos não na materialidade que está sendo produzida. Se a produção se destina à renda, o objetivo já não é o produto na sua materialidade mas o dinheiro e, assim, cria-se uma tensão entre o material e o simbólico (o dinheiro). (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 291).

Dessa forma, com a expansão do capitalismo no campo e, consequentemente, a sujeição da renda da terra ao capital, a luta pela terra é, antes de tudo, uma luta contra o capital. A luta da reforma agrária caminha na direção de novas formas de organização social que possibilitem a (re)conquista da terra como meio de trabalho para o agricultor - a propriedade familiar.

A terra é um direito do agricultor camponês. “Sertanejo não mente sobre seu passado, tem boa memória. E são mais honestos do que governantes e burocratas ao narrarem fatos e feitos do seu modesto *curriculum*, além do que, os calos de suas mãos garantem a veracidade de suas informações pessoais”. (AB’SÁBER, 1999, p. 37).

Assim, os novos tempos exigem mudanças de rumo nas políticas fundiárias para atender aos “pobres do campo”. Foi nesse sentido que se buscou analisar a atuação do MDA nos Sertões de Canindé, com sua política dos territórios rurais. Para seguir uma linha de raciocínio que se julgou mais prudente, foram considerados, principalmente, duas dimensões: a política e a ambiental.

Na perspectiva política, acredita-se, segundo Castro (1992, p. 20), que “a permanência das estruturas da Região Nordeste é possível pela conservação histórica de sua elite no poder, utilizando como recursos de preservação uma relação de troca de concessões com o poder central”, na qual o Estado, paternalista e autoritário, muitas das vezes se apresenta de maneira omissa aos caprichos do poder local.

Francisco de Oliveira (1981) declarou que o planejado da SUDENE pelo Estado, em seu relacionamento com a sociedade, já é um indicador do grau de tensão de conflitos que envolvia diversas forças e muitos agentes econômicos, sociais e políticos, nas mais variadas escalas no Nordeste brasileiro.

Ademais, é possível perceber que o *desenvolvimento territorial rural*, utilizado nas propostas de políticas públicas de acesso à terra do Governo, apesar de sua suposta originalidade, representa a continuidade de um tipo de política de desenvolvimento que toma conta do meio rural brasileiro, desde meados da década de 1990, caracterizado basicamente por uma integração dos pequenos proprietários e sem-terra no mercado, por meio das políticas para a agricultura familiar, promovendo uma substituição da questão agrária

por uma questão do desenvolvimento, que representa o novo paradigma a resolver os entraves socioestruturais do campo (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006). Simplifica-se a problemática da questão agrária como um simples problema de desenvolvimento. Como se a construção de mais escolas, hospitais, creches, créditos e serviços resolvesse o problema. Infelizmente não é tão fácil. Se assim fosse, alguém já teria feito.

É preciso ressaltar, no entanto, que o planejamento não pode realizar a superação total das contradições básicas do sistema de produção capitalista, que se instalam no coração da própria *mercadoria*: a antítese dialética entre valor e mais-valia, entre trabalho morto e trabalho vivo, trabalho pago e trabalho não-pago.

Para Oliveira (1981), o capitalismo “limita-se a recolocar no início do ciclo produtivo os elementos finais que estão no produto, isto é, limita-se a repor os pressupostos da produção capitalista”. (P. 24). Dessa forma, a possibilidade de ação do planejamento torna-se plausível. Logo, “o planejamento num sistema capitalista não é mais que a forma da racionalização da produção ampliada do capital”. (P.24).

De forma geral, pode-se dizer, o que ocorre é uma mudança de sentido da forma da mais-valia, que deve ser repostada para a continuidade e manutenção do ciclo do capital. Isso foi o que se fez nas políticas de planejamento regional do Nordeste. O Estado é capaz de transformar uma parte da mais-valia (os impostos) e fazê-los retornar sob o controle da burguesia como capital, operando assim uma mudança de forma do excedente que retorna ao processo produtivo. “Isso, e somente isto, é o que planejamento pode fazer num sistema capitalista”. (OLIVEIRA, 1981, p. 24).

Numa visão ambiental, concorda-se com Leff (2001, p. 09), quando diz que “a degradação ambiental, o risco de colapso ecológico e o avanço da desigualdade e da pobreza são sinais eloqüentes da [suposta] crise do mundo globalizado”. Sendo assim, o princípio da racionalidade ambiental sustentável surge num contexto mundial como uma política que reorienta o modo de utilização dos espaços pela atividade social.

A degradação ambiental pode ser vista como um sinal de crise, de um modelo modernista, regido pelo predomínio da razão técnica sobre a capacidade de suporte do ambiente. Tal fato problematiza as próprias bases da

produção alimentar e fundamentam a mercantilização das terras e da produção explicadas anteriormente.

Percebe-se nesse mundo comandado pela lógica da economia mercantil que

[...] vivemos entre o *desde que* e o *como se*, isto é, o ambiente deve ser preservado *desde que* seja compatibilizado com a lógica da economia mercantil, ou melhor, com a acumulação de capital, e seus efeitos são *como se* fossem outras substâncias cujo conhecimento já estivesse razoavelmente estabelecido. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 275).

Os discursos que se espalham, ressaltando os problemas de degradação ambiental, são preleções que buscam simplesmente relatar a péssima atuação do Estado, como provedor da distribuição dos recursos e nas determinações dos padrões de consumo e investimento. Argumenta-se que o Estado não é mais capaz de administrar e regular com firmeza suas obrigações. Assim, é preciso retirar desse Estado inerte algumas de suas obrigações.

Cria-se uma visão canalizada e reducionista de desenvolvimento sustentável, muito mais numa perspectiva neoliberal, ressaltando apenas a perda do poder regulador dos conflitos sociais e a perda de credibilidade (resultante dos inúmeros casos de corrupção e passividade) que supostamente tornaria o Estado fraco e incapaz de manter todas as suas atividades. Tal prática torna-se perceptível pelas práticas de desregulamentação e privatização dos empreendimentos estatais, na perspectiva de fazer uma demonstração de uma óptica deteriorada do Estado e da Administração Pública. Essa é uma perspectiva que também deve ser expressa sobre os discursos do desenvolvimento sustentável: um instrumento que serve muito bem ao capital na desregulamentação do Estado.

Com apoio nas duas dimensões retrocitadas, buscou-se centrar o estudo nos conflitos vividos pelos agricultores dos Sertões de Canindé, que, como muitos agricultores, procuram na terra muito mais do que simples fonte de renda. Buscam nela a materialização de um modo de vida pautado na autonomia do trabalho e na reprodução social delimitada pelos profundos vínculos familiares e comunitários, o que o situa no mundo de forma completamente distinta daqueles que vivem a alienação do trabalho (PAULINO,

2003, p. 10-11). Antes de descrever os Sertões de Canindé, porém, ver-se-á mais claramente quais são as proposições das políticas territoriais, como estratégia de desenvolvimento, do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

3.3 AS POLÍTICAS TERRITORIAIS COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

No início da década de 1990, já havia relatórios publicados pelo Banco Mundial, cujo objetivo era avaliar alguns dos convênios brasileiros. Determinados documentos desse organismo propunham que, diante das distorções criadas pelas políticas (agrárias) em funcionamento até então, eram necessárias mudanças no enfoque, evidenciando a ideia da agricultura familiar.

Segundo a SDT/MDA, os desafios enfrentados pelos formuladores das políticas públicas para a promoção do meio rural, segundo a abordagem territorial proposta, tem por pretensão:

[...] reconhecer a importância da agricultura familiar e do acesso à terra como dois elementos capazes de enfrentar a raiz da pobreza e da exclusão social no campo, mas também compreender que uma nova ruralidade está se formando a partir das múltiplas articulações intersetoriais que ocorrem no meio rural, garantindo a produção de alimentos, a integridade territorial, a preservação da biodiversidade, a conservação dos recursos naturais, a valorização da cultura e a multiplicação de oportunidades de inclusão. (MDA, 2003, p. 11).

Na mesma página, entretanto, o referido documento assegura que

[...] para ser valorizado, o rural precisa cumprir com os requisitos da produção, da otimização de seus recursos e da geração de riquezas, o que somente será visível [...], se forem articuladas as interações com os demais setores econômicos. (MDA, 2003, p. 11).

As relações ideológicas criadas para aliar à figura do agricultor familiar a noção de um (pequeno) produtor agrícola foi apenas o primeiro passo do Banco Mundial. Na finalidade de garantir a reprodução das relações capitalistas, o discurso do Banco é traçado num viés integrador da agricultura de mercado e ampliação das relações de compra e venda de terra.

Diante de todas as desigualdades e conflitos que assolam o meio rural brasileiro, a estratégia planejada de combate aos problemas sociais no meio rural define-se, segundo essas propostas do Banco Mundial, em melhorias nas condições de reprodução dos agricultores familiares. O desenvolvimento pensado e proposto para a área rural é o de uma agricultura familiar integrada ao mercado.

Ao descrever suas expectativas sobre a agricultura, o Banco Mundial acentua que:

[...] vê uma agricultura emergindo no futuro como dirigida pela empresa privada, que oferece oportunidades para novos concorrentes e está regulada por um conjunto mínimo e neutro de intervenções governamentais. (BANCO MUNDIAL, 1994 *apud* MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 61).

Assim, o rural, como *locus* das potencialidades, vê surgir outra visão sobre seus atributos “naturais”.

O isolamento tradicional do meio rural se tornaria um atrativo, quando pensado como alternativa ao estresse vivido nas grandes aglomerações urbanas. A menor remuneração da força de trabalho viraria vantagem comparativa, na hora de instalar novos empreendimentos produtivos. O tradicionalismo que impregna as relações sociais ofereceria o contraponto de relações sociais e pessoais mais estreitas, maior conhecimento e laços de confiança e solidariedade entre as pessoas. Enfim, todos eles importantes fatores de atração, tanto para fixar residência como para a localização de empreendimentos empresariais, no meio rural, dentro das novas formas de produção mais flexíveis e descentralizadas. O meio rural é “reabilitado” como lugar dinâmico, susceptível de promover um desenvolvimento de características particulares, porém com possibilidades de integrar-se plenamente, na dinâmica produtiva da sociedade. [...] O rural ideal do novo desenvolvimento é aquele da mesa farta de produtos tradicionais, dos tempos demorados, do contato próximo com e o respeito à natureza, do desfrute de relações pessoais mais próximas, das oportunidades para aqueles que consigam resgatar o melhor das tradições e servi-las com esmero ao mercado, tudo, certamente, em troca de uma boa remuneração. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 30-31).

Segundo as recomendações do Banco Mundial, nessa transformação da ruralidade, as funções do Estado devem ater-se a ações construtoras de um espaço físico mais organizado, investindo em fatores como: melhoria na infraestrutura, melhorar os níveis de saúde, educação etc. A finalidade deste objetivo é oferecer à iniciativa privada as possibilidades de

maiores retornos, nos seus investimentos, na perspectiva de que isso reduza as distorções e falhas criadas pelo próprio funcionamento do mercado. Tal discurso, em muito, lembra as ideias de Navarro (2001), quando propõe a análise do que ele chamou de *desenvolvimento rural* (como simples ações interventoras do Estado); e de Schneider (2004), ao dizer que os conceitos trabalhados pelas políticas públicas devem priorizar sua dimensão normativa.

O interessante é que o próprio MDA garante que, na região Nordeste do Brasil, o acesso ao crédito rural, mesmo às linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), é restrito a menos de 15% dos proprietários, porquanto que a maioria dos agricultores familiares não dispõe de uma documentação fundiária hábil, ou possuem tão pouca terra que não são suficientes para sua subsistência ou, ainda, não podem servir como garantia em empréstimos bancários (MDA/SDT, 2003). Assim, como integrar esse grupo de agricultores ao mercado, fazendo-os produzir cada vez mais? Aumentando às concessões de empréstimos?

Não se apresentam somente estes como problemas. É preciso considerar, como já se definiu, que o agricultor familiar deve ser compreendido essencialmente por uma agricultura de subsistência, pois, como já lembrava Chayanov (1974): no interior das relações *trabalho* e o *consumo*, em primeiro lugar, o agricultor busca satisfazer as necessidades familiares a partir do trabalho na terra. Neste espectro, não há dúvidas de que a sua essência está numa produção voltada para o consumo próprio e familiar. O excedente – quando há – é vendido, e o agricultor o faz como único meio de adquirir outros produtos. Assim, torna-se muito contraditório propor um ideário de desenvolvimento no qual o agricultor familiar é influenciado a vender sua produção para o mercado.

Saquet (2006) descreve o trabalho do agricultor familiar como possuidor de uma lógica *interna* centrada na reprodução familiar, cujo objetivo, portanto, não é o lucro, mas o suprimento das necessidades familiares, embora que não esteja completamente desvinculada do mercado.

Do mesmo modo, Felício (2006) assegura que

A unidade doméstica camponesa consiste na família e na sua exploração agrícola. A família fornece o trabalho necessário principalmente à produção de subsistência para satisfazer suas

necessidades básicas e os tributos impostos pelos poderes econômicos e políticos. [...] A unidade doméstica camponesa era uma unidade básica de produção, consumo, posse, socialização, sociabilidade, apoio moral e ajuda econômica mútua. (P. 24-25).

O Estado moderno é capitalista e suas ações também o são. Dominado pelos agentes do capital, o próprio Estado encarrega-se de regular e promover a reprodução desta forma de produção com a elaboração e implementação de políticas públicas específicas.

Sabe-se que, no funcionamento “perfeito” do sistema capitalista, não é possível oferecer a toda sociedade meios adequados de sobrevivência e uma qualidade de vida digna, como frutos de seu desenvolvimento. Há um reconhecimento explícito de que não é possível integrar a todos satisfatoriamente na economia capitalista, sob a lógica do mercado.

Com as recomendações do Banco Mundial, entretanto, os governos brasileiros devem investir em mudanças no foco do desenvolvimento rural. Em 1999, no segundo mandato, Fernando Henrique Cardoso, por meio do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), implementou o programa “Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural”, na pretensão de melhorar a vida no campo e integrá-lo à política e economia nacionais. As ideias que perpassam as políticas territoriais do MDA, a partir de 2003, compartilham muitas das diretrizes dessa política do “novo mundo rural”.

Apesar das mudanças linguístico-ideológicas, que pressupunham uma nova fase da agricultura nacional, pode-se dizer que grande parte dos pressupostos embasadores da política governamental agrária manteve-se intocada.

Alentejano (2001) entende que tal documento incorpora uma diversidade de matrizes teóricas (por vezes sem um mínimo de coerência), como uma colcha de retalhos. Essa sobreposição de referências teóricas antagônicas torna o documento um exemplo de contradição.

Dessa forma, “certas noções são citadas no documento sem maior aprofundamento do entendimento destas, como se fossem consensuais, quando são objeto de profundas controvérsias, como é o caso da noção de desenvolvimento sustentável”. (ALENTEJANO, 2001, p. 2).

Sobre essas falhas teóricas e falta de argumentações conceituais, pode-se dizer que os documentos das políticas territoriais publicados a partir de 2003 não conseguiram resolver. Como já expressei, por diversas vezes, os documentos do MDA (2006; 2005; 2005b; 2003; 2003b) utilizam determinados conceitos sem fazer um mínimo de referência (como no senso comum). Noutros momentos, na tentativa de criar artifícios legitimadores de seus pressupostos, exprimem argumentações por vezes contraditórias. E no tentame de esquivar-se das críticas, dizem que nem sempre os conceitos possuem finalidade prático-normativa, e que, por esse motivo, se faz necessária a elaboração de novas orientações, como argumenta Schneider (2004).

Em 1999 os documentos elaborados pelo MDA já ressaltavam a busca de novas orientações para o meio rural no sentido de

[...] promover o desenvolvimento sócio-econômico sustentável, em nível local e regional, por meio da desconcentração da base produtiva e da dinamização da vida econômica, social, política e cultural dos espaços rurais - que compreendem pequenos e médios centros urbanos -, usando como vetores estratégicos o investimento em expansão e fortalecimento da agricultura familiar, na redistribuição dos ativos terra e educação e no estímulo a múltiplas atividades geradoras de renda no campo, não necessariamente agrícolas. (BRASIL, 1999, *apud* ALENTEJANO, 2001, p. 2).

É possível perceber que a proposição central do programa *Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural* – publicado em 1999 - não é muito diferente, em seu conteúdo, das proposições das políticas territoriais elaboradas pelo MDA publicadas a partir de 2003, que, apesar de muito enfatizarem os problemas sociais, se dirigem por um viés econômico, mostrando os “benefícios da eficiência econômica”.

Dessa forma, pode-se acentuar que ambos os documentos (tanto esse publicado em 1999 quando o elaborado em 2003), trabalham os aspectos referentes à importância da agricultura familiar e a necessidade de uma sustentabilidade no desenvolvimento; no entanto, tais proposições aparecem norteadas por viés de eficiência amplamente mercadológico.

Sobre isso, Alentejano (2001) assegura que

[...] a capacidade de competição no mercado é colocada como centro das preocupações, o que se reflete nas proposições de modernização técnica e desenvolvimento da capacidade de gestão como aspectos mais enfatizados. Isto se reflete numa visão mercadocêntrica do desenvolvimento, baseada numa ótica produtivista. (P. 3).

Assim, os ideais de progresso e desenvolvimento criados para o campo se baseiam num critério, cuja referência é o perfil técnico-ideológico do agricultor familiar. Dessa forma, o que importa é a capacidade produtiva do agricultor e as possibilidades de seu desempenho no mercado, o que, do ponto de vista social e ambiental, representa graves custos.

Logo, não restam dúvidas acerca das desigualdades criadas por esse modelo, haja vista a manutenção e a ampliação das condicionantes de reprodução do modelo capitalista vigente, corroborando a

[...] tendência à concentração da propriedade, aumento crescente de custos, redução da produtividade a longo prazo, redução do volume de mão-de-obra empregado, favorecendo o êxodo rural, a contaminação de solos, lençóis freáticos, alimentos e agricultores, ou seja, tudo, menos “desenvolvimento sustentável”. (ALENTEJANO, 2003, p.3).

A noção de equidade pregada nesses documentos é muito limitada e pode perfeitamente ser definida pela igualdade nas condições de acesso a mercadorias. Assim, quando o modelo agrário capitalista fala em “criar condições de investimento no capital humano” do meio rural, fortalecendo a educação, fala-se na verdade de melhorias na capacitação produtiva e econômica desses agricultores, ampliando seu potencial de venda e consumo.

Ademais, é possível destacar outro problema desse projeto agrário-agrícola já apontado por Alentejano (2001), ao ressaltar que,

[...] ao colocarem a capacitação [do agricultor] no centro das proposições para a modernização dos agricultores dão a entender que são os agricultores, por sua incompetência ou ignorância, que não são capazes de aproveitar as oportunidades oferecidas pela sociedade e pelo mercado para a elevação de seu patamar de vida, como se o mercado não fosse por si só seletivo e as políticas públicas adotadas historicamente não tivessem acentuado o caráter excludente da sociedade capitalista. (P. 3).

Além dos já comentados problemas com o conceito de desenvolvimento sustentável e agricultura familiar, pode-se também apontar

incoerências com as concepções de mercado presentes nos documentos do MDA.

Para Alentejano (2001),

A idéia de mercado que norteia o documento [*Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural – publicado em 1999*] possui três problemas centrais: ignora a desigualdade entre grandes e pequenos produtores; desconsidera os processos de intermediação e a formação de preços pela agroindústria; toma o mercado com um dado, algo neutro e não afetado pelas relações sociais. (P. 4).

Logo, desenvolve-se um raciocínio baseado na ilusão da igualdade dos mercados, que ignora completamente as diferenças entre grandes e pequenos proprietários. Não se questiona o caráter concentrador da terra e também não há referência alguma sobre o caráter concorrencial dos mercados agrícolas e dos *commodities*, desconsiderando-se completamente os variados efeitos que o tamanho da propriedade e a quantidade de recursos (entre pequenos e grandes produtores) podem ensejar na competição por mercados.

“Omite-se, propositalmente, qualquer referência ao conflito de interesses entre distintos grupos de produtores”. (MARTINE, 1991, p. 33). Cria-se uma lógica de mercado completamente falsa, incompatível com a realidade econômica e, dessa forma,

[...] o mercado aparece como o espaço da ação racional, da atonicidade, da homogeneidade das mercadorias, da fluidez (sem constrangimento para os atores entrarem e saírem) e da transparência dos preços. Tal concepção não incorpora as críticas à noção tradicional/liberal de mercado que destacam o caráter parcial da autonomia econômica, a capacidade diferenciada dos atores e as diferenças de qualidade e valor das mercadorias. (ALENTEJANO, 2001, p. 4).

É possível enfatizar que em momento algum os documentos fazem referência ao papel dos atravessadores que – também como parte desse mercado – têm uma atuação forte e marcante na produção dos agricultores familiares camponeses, e que, geralmente, auferem mais do que o próprio agricultor.

Dessa forma, percebe-se o alastramento de uma concepção liberal que desconsidera e ignora por completo a institucionalização dos mercados e

seus antagonismos, uma vez que trabalha com uma compreensão de mercado como algo dado – sem prejuízos ou consequências para aqueles que dele participam.

Sobre a concepção utilizada de agricultura familiar nos documentos, pode-se concordar com Alentejano (2001) e afirmar a existência de uma tendência geral que almeja tornar a agricultura familiar camponesa em uma empresa; tendência está que, como comentado, é contraditória, uma vez que desconsidera as estratégias de subsistência dos agricultores familiares – a base da agricultura familiar.

Junto com o novo modelo agrário, instala-se uma concepção de agricultura familiar fundamentada nos critérios de competitividade e de mercado, orientadora da profissionalização dos agricultores, instigando a mercantilização de seus produtos. Isso leva a se repensar sobre as proposições políticas traçadas para o campo: *agro-negócio* ou *cultura* (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Assim, volta-se às discussões que deram início a este debate: o enfretamento entre o paradigma do capitalismo agrário (com a Rede Internacional de Metodologia de Investigação de Sistemas de Produção/Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural – RIMISP – vinculada ao Banco Mundial) e o paradigma da Questão Agrária, apoiada pelo Centro Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), vinculado à Via Campesina. Tomando, como referência tudo que já foi até aqui exposto, resta claro qual é o caminho adotado pelas políticas governamentais para o campo.

Para Alentejano (2001), o documento *Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural*, já trabalhava com uma perspectiva mercantil da produção, ao afirmar que “[...] na realidade atual do campo o conceito mais adequado é o do *negócio rural*. E, se estamos tratando da agricultura familiar, o conceito mais específico é o do *negócio familiar rural*”. (BRASIL, 1999, *apud* ALENTEJANO, 2001, p. 4).

Isso representa uma completa omissão das circunstâncias em que sobrevive a agricultura familiar brasileira, uma vez que é mascarada a realidade de uma enorme quantidade de produtores em situação de miséria, penúria e conflito.

Não existe aqui a pretensão de negar as ações de direito, nem pôr dúvidas de que a formulação destas políticas dirigidas para a agricultura familiar é também fruto de uma confluência de pressões por parte dos movimentos sociais (a exemplo do MST), na tentativa de reverter um quadro politicamente desfavorável do campo, estabelecido em 500 anos de exploração.

É também inegável, todavia, que esta valorização da agricultura familiar surge como tentativa de solucionar a crise instaurada em parcelas do setor agropecuário nacional modernizado, servindo como tentativa de resposta ao esgotamento do modelo patronal industrializado da agricultura.

Dessa forma, o debate apresentado nas políticas territoriais pospostas pela SDT/MDA para promoção da agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento rural, articula-se mutuamente com outras políticas para o campo, funcionando como elementos de uma proposta mais ampla e geral que simplifica os conflitos no campo e a ação governamental em diretrizes políticas, resolvíveis dentro de uma política de desenvolvimento rural conjunta (público e privado).

Nessa visão de desenvolvimento, o rural, como o *locus* das potencialidades, mostra um *Brasil redescoberto* (GUANZIROLI, 2000). E, assim, os aspectos referentes a atividade produtiva e inclusão no mercado passaram a ser indicadores presentes nos estudos das políticas para o campo; contudo, é traçado um conteúdo completamente economicista da agricultura familiar, fundamentada apenas em questões econômicas e estatísticas.

“A agricultura, a partir da abertura econômica “neoliberal”, estaria expondo-se aos ditames do mercado internacional e passa a ser orientada por lógicas externas, ou seja, do mercado global”. (FAJARDO, 2005, p. 136).

Ao descrever a abordagem da agricultura familiar nas políticas territoriais do MDA, de 2003, Montenegro Gómez (2006) assegura que

A agricultura familiar, nova via para o desenvolvimento rural, “nasce” para reforçar um desenvolvimento rural capitalista. A agricultura familiar que o Banco Mundial incentiva, através de suas políticas de desenvolvimento [...] é uma agricultura familiar apropriada aos fins de desenvolvimento capitalista [...]. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2003, p. 68).

Sem dúvidas, vê-se é que, diante das novas propostas do Governo, o agricultor (familiar) tornou-se o cerne do desenvolvimento. Como grande protagonista do meio rural, suas formas de luta e resistência parecem ficar sem sentido. O discurso utilizado pelo Governo “atende” aos reclames dos movimentos. Como dizia a propaganda oficial do Governo no início do programa: “para que forçar a entrada se a porteira está aberta?”.

Provavelmente essa seja uma das orientações implícitas do desenvolvimento territorial, implantado pela SDT/MDA: uma ação de combate aos movimentos sociais rurais e, de modo mais amplo, manter e criar formas de controle social, pois suas ações inibem a organização das bases (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006).

Ademais, as complexas relações que marcam o desenvolvimento desigual do capitalismo no meio rural “não se circunscreve apenas às atividades capitalistas clássicas, mas produz e envolve, simultaneamente, relações e produções não especificamente capitalistas, com lógica e trabalho basicamente familiar” (SAQUET, 2006, p. 68), que permitem uma ampliação mais forte, contudo, realizada disfarçadamente.

Assim, as políticas territoriais que o Governo implementa são na realidade medidas centradas na promoção das relações capitalistas no meio rural, que em momento algum consideram a pobreza ou os riscos que podem ser provocados com a presença de mais mercado e mais concorrência (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006).

É sensível a noção de que as políticas territoriais (e mesmo algumas das políticas anteriores como o PRONAF e o Banco da Terra) centram seus objetivos em converter o agricultor em um produtor (um pequeno empresário). Segundo suas propostas, tal ação é suficiente para resolver as desigualdades e injustiças no meio rural, tais como: estrutura fundiária, uma injusta distribuição da renda, organização do trabalho etc (MARTINE, 1991).

Para Montenegro Gómez (2006)

[...] um leque amplo de aspectos (cultura, recursos naturais, biodiversidade, território, inclusão social) entram como promotores privilegiados de um desenvolvimento econômico que se deve conseguir via “geração de riquezas”, isto é, via crescimento econômico. As idéias de mercado e pobreza aparecem de novo inter-relacionadas, no enfoque do desenvolvimento territorial rural, como já apareciam nas propostas do Banco Mundial de 1994 ou na orientação

(não na implementação) das políticas públicas do governo de Fernando Henrique Cardoso. (P. 77).

Desse modo, observa-se o desenrolar de um processo de (re)construção da agricultura familiar (como categoria) que minimiza o agricultor a um mero produtor rural. É uma perspectiva de controle e manipulação desses produtores na finalidade de promover um aprofundamento das relações capitalistas no campo brasileiro.

É possível observar olhando o Gráfico 3, e assegurar que a partir da década de 1990, há um rápido e crescente incentivo à produção agrícola familiar. Tais incentivos são frutos das indicações do Banco Mundial para “a promoção do desenvolvimento da agricultura familiar”, na qual o campo brasileiro passou a ser alvo de uma série de políticas desenvolvimentistas, cuja finalidade básica é a integração do agricultor camponês à lógica de mercado.

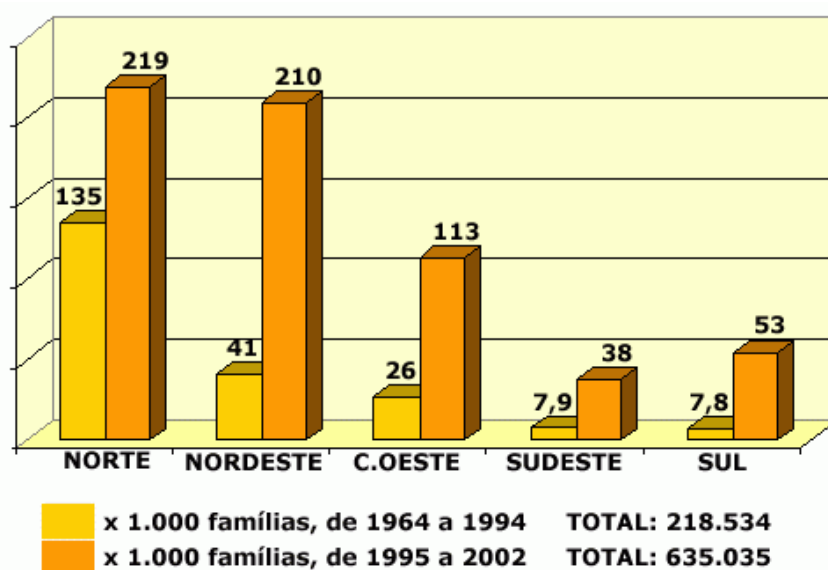


GRÁFICO 3 – Número de assentamentos entre os anos de 1964 a 2002.
Fonte: REFORMA..., 2008.

É possível observar que, no período de 1964 a 1994, a região Norte era o principal foco das políticas de assentamentos. Tal fato relaciona-se diretamente com o processo de ocupação das terras ociosas daquilo que era considerado um “vazio” do Território Nacional.

Outra observação interessante a ser feita é que, num período de 30 anos (1964 – 1994), foram assentadas 218.534 famílias em todo o Brasil. Não se desconsidere o fato de que esse recorte marca em parte o grande movimento de industrialização brasileiro, o crescimento das cidades e o processo de mecanização da agricultura. Já no período de 1995 a 2002 (sete anos) o Brasil realizou o assentamento de 635.035 famílias, um índice que representa 2,9 vezes o índice dos 30 anos anteriores. Nesse contexto, a região que obteve maior destaque foi o Nordeste, seguido do Centro-Oeste, Norte, Sul e Sudeste.

Para alguns, talvez tais números poderiam passar a ideia de que, nas últimas décadas, com a redemocratização da política brasileira, representada pelo fim da ditadura militar no final da década de 1980, houve a possibilidade do aumento do número de manifestações e ocupações de terras, exigindo dos governos melhorias e investimento social. Pressionado, o Governo (de Fernando Henrique Cardoso) assentou mais de 630 mil famílias.

Esse não é um pensamento de todo errado, uma vez que os movimentos sociais atuaram de modo frequente e forte nesse período, com violentos conflitos (a exemplo do conflito de Eldorado dos Carajás em 1996).

Os dados do Gráfico (04), no entanto, mostram que os números de ocupações (com exceção do período 1996 - 1997) diminuem. E sobre isso dois comentários são válidos: 1) é preciso considerar que o Governo FHC, para impedir o avanço das ocupações, criou em 24 de maio de 2001a Medida Provisória 2109-52, que considera crime as ocupações de terra; 2) essa mesma Medida prevê que a ocupação de terras por conflito agrário suspenderá os processos de vistoria dos imóveis em negociação por um período de dois anos, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência.

A luta pela terra é o elemento necessário para romper com a estrutura secular dos latifúndios, todavia, o elevado número de prisões reflete o número de ocupações; porém, os movimentos sociais buscam outras formas de pressionar o Governo, como, por exemplo: ocupar a frente da propriedade em questão.

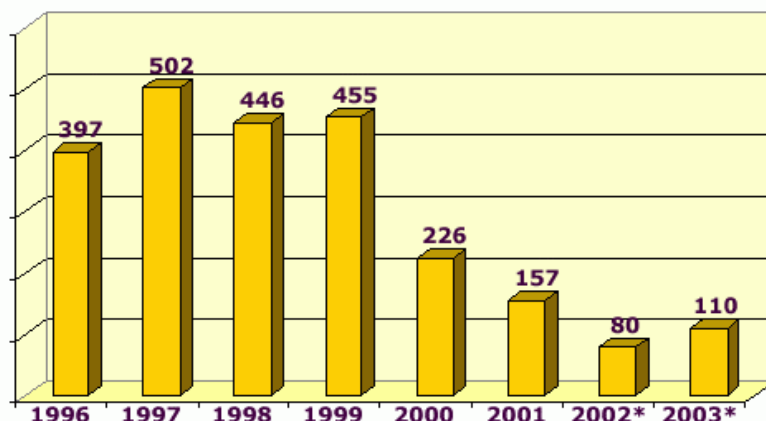


GRÁFICO 04 – Ocupação de terras de 1996 a 2003.
Fonte: REFORMA..., 2008.

No ano de 2001, a Comissão Pastoral da Terra registrou a prisão de 254 trabalhadores sem – terra, de todos os movimentos camponeses e em todo o País. No ano de 2002, registraram-se até o mês de julho 52 prisões de membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST em apenas sete estados e no Distrito Federal. No Pontal do Paranapanema, há quinze pedidos de prisão preventiva contra os sem-terra e nove presos.

Com a “judicialização” da luta pela terra, o número de ocupações diminuiu. Como as ocupações de terra eram a principal forma de pressão para a criação dos assentamentos, a diminuição do número de ocupações levou consequentemente à diminuição do número de novos assentamentos rurais, como pode ser observado no gráfico

Para Alentejano (2001),

[...] a política governamental para o setor agrário mistura uma formulação teórica que expressa as pressões por um novo modelo agrário, mas se concretiza em medidas que, além de desmobilizar os movimentos sociais, visam fazer as concessões exigidas pela política econômica em vigor. (P. 12).

Segundo Marcos Aurélio Saquet (2006, p. 67), “[a] agropecuária familiar tem suas formas e seus conteúdos modificados, integrando-se e sendo integrada cada vez mais ao processo geral de re-produção ampliada do capital, através da circulação simples de mercadorias”.

As políticas propostas para a promoção do desenvolvimento territorial rural do Governo articulam inúmeras e variadas questões, que vão do

combate à pobreza, participação no mercado, identidade, coesão territorial etc. A única e exclusiva finalidade desse desenvolvimento, todavia, é proporcionar mecanismo de reprodução do capital e servir como estratégia de controle social, oferecendo uma oportunidade ímpar para o capitalismo legitimar-se no campo (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006).

Nesse intuito, as políticas territoriais (assim como as políticas anteriormente implementadas no meio rural) são constituídas com base nos discursos nos quais o combate à fome, à miséria e aos conflitos fundiários são associados à participação no mercado, concessões de empréstimos, compra de terras etc.

Assim, a orientação para o desenvolvimento territorial rural, apesar de aparentemente nova, não passa da velha insistência do desenvolvimento mercantil, marcado pelas relações estatístico-econômicas de compra e venda, propondo-se o avanço econômico como o caminho mais curto para o desenvolvimento, cujo resultado imediato são melhorias nas questões sociais (que nunca chegam). O bolo cresce, mas nunca é dividido!

Há de fato um novo Brasil rural? Como ele é? Quem o representa? Não é possível discordar do entendimento de que o meio rural brasileiro passa (e passou) por importantes transformações técnicas, sociais, econômicas etc., que realmente influenciaram em suas bases; todavia, afirmar que tais mudanças lhe conferem uma nova estrutura parece um tanto exagerado.

Percebe-se, com efeito, que o Governo pensa alternativas de desenvolvimento para agricultura dentro de um modelo que, a rigor, não tem nada de inovador, uma vez que apresenta um padrão técnico-científico reificador de uma modernização da agricultura aos moldes da revolução verde como o único modelo capaz de viabilizar a agricultura.

Isto nos parece um brutal equívoco, uma vez que tem mostrado não apenas os perversos resultados sociais e ambientais - como ressalta a maioria dos autores -, mas também econômicos, dado que os índices de produtividade têm se mostrado decrescentes e os custos - pelo contrário - crescentes, assim como a dependência de financiamentos cada vez mais elevada, tornando assim o agricultor cada vez mais vulnerável, seja às grandes indústrias fornecedoras de insumos e sementes, seja aos bancos, seja às processadoras e intermediários. (ALENTEJANO, 2001, p. 9).

Dessa forma, como se pode falar em “modernização do campo brasileiro” ou “modernização da agricultura”, onde parte das pessoas sobrevive dos benefícios previdenciários, do FUNRURAL, do Programa Bolsa Família (ou qualquer outro benefício assistencialista) e de sua pequena produtividade (quando há terra e condições para o cultivo)?

Ademais, pode-se apontar que o quadro fundiário brasileiro, descrito neste capítulo, em muito desfavorece as políticas territoriais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), dados os níveis de concentração de, principalmente, terra e renda, e o elevado número de agricultores em situação de pobreza extrema. Sobre esse assunto o próximo capítulo traz detalhes.

4 OS SERTÕES DE CANINDÉ: CENÁRIO ATUAL

Aos animais cabe fazer longas caminhadas à procura de água e de pastagem nos meses de estio. [...] Se o estio se prolonga, se há falta d'água e o gado não tem, na caatinga, o que comer, os vaqueiros derrubam as "ramas" das árvores, queimam os "espinhos" de certas cartáceas como o mandacaru, o facheiro e o xique-xique, do mesmo modo queimam a macambira, e dão ao gado como alimento. Costumam, ainda, quando podem, fazer migrações do gado para as serras, [...], afim de que o mesmo aguarde a volta da chuva aos campos. (ANDRADE, 1986, p. 42).

[...] se não chover até o dia de São de José, 19 de março, o sertanejo perde totalmente as esperanças e, se é pobre, trata de migrar, se é rico, procura armazenar os alimentos necessários para atravessar a crise. (ANDRADE, 1986, p. 45).

Esse foi um dos modos encontrados por Manual Correia de Andrade, em seu livro *A terra e o homem no Nordeste*, para descrever o cotidiano vivido pelo trabalhador camponês no semiárido nordestino. A busca por alimento para os rebanhos e para o consumo próprio não representa tarefas simples. Os solos rasos, ou inexistentes, tornam difícil o plantio e os afloramentos rochosos fazem diminutas as possibilidades de mecanização. O clima seco, por sua vez, é responsável pela intermitência dos rios e não permite o desenvolvimento de uma vegetação perenifólia. Já os altos níveis de evaporação e evapotranspiração, provocados pela forte radiação solar direta, tornam-se consideravelmente elevados.

Para Nascimento (2006, p. 125-126), "o Nordeste representa uma região geoeconômica e ambiental complexa e diversificada no domínio dos trópicos". A semiaridez é responsável por "escassez de chuvas anuais, irregularidade pluviométrica ao longo dos anos; longos períodos de carência hídrica; solos com problemas físicos e químicos". Ademais, é preciso considerar o fato de que o Nordeste brasileiro é a zona semiárida mais povoada do mundo (AB'SABER, 2003).

Ao descrever os sertões nordestinos (mais propriamente os Sertões de Canindé), Sampaio (1991, p. 102-103) assegura que "o religioso vai servir de amortecedor do sofrimento por que passam os que moram neste sertão

semi-árido, não por causa dos fatores naturais, mas, principalmente, pelas relações [...] aí estabelecidas”.

Como já constatado, a concentração fundiária no Brasil atingiu níveis exorbitantes, fato este que reforçou o caráter excludente do modelo de desenvolvimento agrário nacional, que auxilia o grande empresário do latifúndio rural e, ao mesmo tempo, prejudica a produção de subsistência do camponês, que, sem ter muitas oportunidades, migra para a periferia dos centros urbanos, passando grande parte dos minifúndios (quando não incorporados às práticas capitalistas) a funcionar como *locus* de moradia das famílias e não mais como unidades de produção.

Assim, as discussões para a promoção da reforma agrária coerentes devem ocorrer, *a priori*, como medida estratégica (não só econômica) de expansão e fortalecimento da agricultura familiar (a base do agricultor), que, para tanto, depende de uma política de cunho agrário abrangente que permita a (re)distribuição da terra. É uma tarefa nada fácil, dentro de um sistema capitalista concentrador do poder e dos recursos, pois, como assevera Rodrigues (1991, p. 16), “a terra, como a água, o ar são indispensáveis à vida. São partes da natureza, que foram ‘transformados’ em mercadorias”, fato este endossado por Claude Raffestin (1993).

Muitas terras foram incorporadas às novas técnicas modernas de produção e consumo. Nesse contexto, o semiárido nordestino, de certa forma, também acompanhou tais aspectos da produção, tornando-se um atrativo para agronegócio.

Ao falar do Estado cearense, Alencar (2005) diz que

É um estado cuja estrutura fundiária é bastante concentrada. Possui baixo grau de utilização da terra, produção agropecuária pequena, relações sociais de produção atrasadas, conservadoras e de expropriação/espoliação do homem. Este conjunto de elementos somados à seca requerem, exigem um programa de reestruturação do campo. (P. 422).

A maior parte do Ceará se localiza no domínio do clima semiárido – caracterizado por um curto e, principalmente, irregular período de chuvas. Durante o período chuvoso, os rios apresentam considerável volume de águas, mas secam completamente nos meses de estiagem. Este caráter de

intermitências dos rios, associado à geologia pré-cambriana predominante do Estado (70% do embasamento), repercute diretamente na disponibilidade dos recursos hídricos em grande parte dos municípios, principalmente para aqueles localizados nas depressões sertanejas (SOUZA, 2005).

A semiaridez e a falta de políticas públicas adequadas para a utilização dos solos e da água comprometeram, sobremaneira, os recursos naturais do Estado, porquanto a “melhor” política encontrada foi a de açudagem (para o armazenamento e para irrigação). As elevadas taxas de evaporação, no entanto, contribuem para perdas expressivas do volume de águas dos açudes, fato este que faz aumentar a concentração de sais na água, tornando-a com o tempo imprópria para o consumo.

Os Sertões de Canindé estão localizados no domínio das depressões das caatingas sertanejas. São áreas pediplanadas com relevo suavemente ondulado. Mesmo sem estudos mais apurados, pode-se dizer que esta não é a única unidade geoambiental dos Sertões, sendo possível observar a presença de outras unidades e subunidades.

As planícies fluviolacustres e fluviais podem ser descritas como áreas planas resultantes da acumulação de água de origem freática, fluvial ou pluvial (SOUZA, 2005). São utilizadas fortemente para cultivo da agricultura de subsistência de milho e feijão. Pequena parte pode ser utilizada na produção de forragem para os animais e no plantio de fruteiras de sequeiro, plantas medicinais e hortaliças para consumo das famílias. No fim da colheita, a criação animal se integra a esse sistema no aproveitamento dos restos da produção e na oferta de forragem de corte.

As serras secas estão dispersas pela depressão sertaneja e apresentam vertentes muito íngremes e afloramentos de rocha (SOUZA, 2005). São áreas utilizadas para o extrativismo vegetal, criação e pastagem do gado (bovino e caprino). Apesar das muitas limitações (solos rasos, afloramentos de rocha, forte inclinação etc.), estas áreas são por vezes utilizadas para o cultivo de frutas, bem como para a agricultura de subsistência.

Já os interflúvios são áreas pediplanadas utilizadas em sua maioria para criação e pastagem. Por vezes, é comum o plantio de forragens para os animais. É importante dizer que esta é uma divisão simplória, sem muitos critérios e, todavia, incompleta, pois outras unidades poderiam ser

consideradas, tais como: os altos de serras e encostas serranas que a barlavento podem se constituir como áreas de exceção em meio a semiaridez etc.). O que se quer é apenas fornecer algumas informações acerca dos componentes geoambientais das áreas em estudo.

Durante os meses de estiagem, faz-se necessária a utilização de técnicas de irrigação, nem sempre corretas para nossa realidade (como a do pivô central), para manutenção das atividades agrícolas, por meio da água represada nos açudes.

É possível assinalar, todavia, que as condições do clima, dotadas de elevadas temperaturas e altas taxas de evaporação, a má drenagem dos solos, as técnicas de irrigação inadequadas, os minerais constituintes dos solos pedregosos, as adubações químicas mal conduzidas e a própria qualidade da água para irrigação causam problemas consideráveis à salinização dos solos nas áreas irrigadas.

Foi diante desses condicionantes políticos e ambientais (físicos e humanos), que se assentaram as discussões e análises. Buscou-se acompanhar a implantação, desenvolvimento e algumas consequências das políticas de territórios para os camponeses dos Sertões de Canindé, no interior cearense. Assim, baseado principalmente nos estudos de Sousa (2000) e Ab' Saber (1999), algumas características políticas e ambientais do Estado cearense serão apresentadas.

4.1 OS SERTÕES DO CEARÁ NO CONTEXTO SEMIÁRIDO NORDESTINO

O Estado do Ceará ocupa um território de 148.016km² entre as coordenadas de 3°46'30" e 7°52'15" Lat.S e entre 37°14'54" e 41°24'55" Long.W.Gr. Cerca de 92% desse território acham-se inseridos nos domínios do clima semiárido (FUNCEME, 1993 *apud* SOUZA 2000, p. 14).

Tendo a quase totalidade do seu território submetido às condições de semiaridez, o Estado do Ceará convive com a incerteza das chuvas que se configuram ainda como uma condicionante desfavorável ao aproveitamento de seus recursos.

Acredita-se, conforme indicam Ab'Saber (1999) e Souza (2000), que o conhecimento e a análise dos sistemas ambientais que compõem os diversos espaços do Nordeste semiárido são de fundamental importância para que inúmeras ações (sejam elas políticas, sociais, econômicas etc.) possam ser pensadas e projetadas sobre esse mesmo recorte.

Sem dúvidas, essas propostas de análise e avaliação das estabilidades e potencialidades das condicionantes de sustentabilidade dos espaços, durante as projeções de investimento, corroboram o pensamento que tenta aliar desenvolvimento e conservação. Para Ab' Saber (1999), o estudo das condições ambientais no semiárido nordestino deveria ser uma condição *sine qua non* para se pensar projetos e políticas de planejamento.

Com amparo nesse pensamento, buscou-se tratar de algumas características das condições ambientais do Nordeste brasileiro, sempre focalizando o sertão cearense – com ênfase nos Sertões de Canindé.

Como ponto de partida, pode-se enfatizar que a ocorrência do clima semiárido no Nordeste constitui na realidade uma exceção em relação aos climas zonais da faixa tropical-equatorial. Logo, é um clima de posição azonal e de expressão tipicamente regional.

Sua ocorrência, contudo, afeta um espaço da ordem de 982.563 km², que representa, aproximadamente, 52,32% da Região Nordeste (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2005). No Ceará, o semiárido abrange uma área de 136.335 km². Logo, é uma porção que não pode e nem deve ser desconsiderada (SOUZA, 2000).

Outra consideração importante é o fato de que uma parcela significativa do Território cearense é constituída de rochas do embasamento cristalino, que, em função de possuírem permeabilidade e porosidade desprezível, os níveis de infiltração são fortemente reduzidos. Logo, tais condições tornam quase que inexistentes as possibilidades de encontrar água em quantidade satisfatória.

Ademais, sendo a água (do ponto de vista natural) o principal problema do sertão, a análise das condições hidrográficas e geo-hidrológicas do território apresentam-se como um requisito indispensável para compreender melhor o ambiente, fornecendo um aproveitamento mais adequado para os recursos (SOUZA, 2000).

É observável o fato de que, nos anos secos, a drenagem apresenta um escoamento tipicamente esporádico, resultante da irregularidade nas precipitações. Desta forma, os rios se configuram como cursos intermitentes estacionais de padrão paralelo, em regra. Já em ano de chuva ocorre uma superalimentação dos cursos d'água principais, criando-se um fenômeno paradoxal: as inundações. A litologia cristalina pouco porosa faz com que grande parte da água precipitada escoe em superfície, não oferecendo maiores oportunidade para infiltração (na exceção das falhas e fraturas das rochas) o que torna possível tal fenômeno. A baixa infiltração das águas implica uma exposição direta aos raios solares, levando a uma rápida evaporação das águas de superfícies (SOUZA, 2000).

Para Souza (2000, p. 66), “o entendimento da ecodinâmica das paisagens constitui requisito indispensável para o aproveitamento adequado dos recursos naturais renováveis”. No caso nordestino, e do Ceará em particular (com 92% do território sob condição de um clima semiárido azonal), o estudo das condicionantes ambientais é inquestionável.

De forma complementar, Nascimento (2006) assegura que

[...] o planejamento da utilização dos recursos naturais apresenta-se como condição *sine qua non* para que se alcance a sustentabilidade do desenvolvimento, extrapolando uma discussão técnica e polarizada, discutindo ampla e coletivamente a categoria sustentabilidade de processos ecossistêmicos e geoambientais. (P. 9).

Nascimento (2006, p. 135) acentua que houve “cerca de 76 anos de secas ao longo de quase 5 séculos de ocupação do território do Nordeste seco”. Tal fato permite a reafirmação da impossibilidade de estudar o Nordeste brasileiro, desconsiderando esse fenômeno, de origens naturais, mas com forte alargamento fruto da pressão social.

Ab'Saber (1999) é preciso e minucioso em sua descrição do semi-árido nordestino. Para ele,

O clima semi-árido – sempre quente – dos sertões secos caracteriza-se por fortes irregularidades na chegada das chuvas de verão, tão esperadas para a economia agrária quanto para a amenização do calor e da secura. [...] O volume total das precipitações é extremamente irregular, atingindo médias de 400 a 600 mm, sob uma temperatura de 27 a 28°. Os anos mais chuvosos são considerados

anos bons ou regulares. Entre eles, porém, ocorrem anos adversos, com sensível demora na chegada das chuvas e restauração da correnteza dos rios e riachos sertanejos. Desse fato decorrem secas ora mais, ora menos demoradas, sazonárias e irregulares no conjunto dos sertões. (P. 34).

Assim, o Nordeste brasileiro pode ser descrito como espaços “marcados por uma relação telúrica com a rusticidade física e ecológica dos sertões, sob uma estrutura agrária particularmente perversa”. (AB’SÁBER, 1999, p. 7).

Nas áreas mais inóspitas, onde as condicionantes ambientais estão mais afetadas, por vezes são necessários de cinco a dez hectares para manter uma rês. Como faltam terras e condições para manter o rebanho, isto se reflete no tamanho dos rebanhos e no porte dos animais (ANDRADE, 1986).

As variadas condições geológicas do Território cearense (apesar da predominância dos terrenos pré-cambrianos do embasamento cristalino) fazem com que este espaço apresente certa diversidade em seus domínios naturais e paisagísticos (SOUZA, 2000).

É possível observar, contudo, que “há um recobrimento quase que generalizado das formações de caatingas, que ostentam também variados padrões fisionômicos e florísticos”. (SOUZA, 2000, p. 16). A caatinga pode por vezes assumir um padrão fisionômico arbóreo em locais onde as condições de semiaridez são moderadas e onde os solos têm mais fertilidade. À medida, porém, que tais condições se tornam mais restritivas, a vegetação assume um padrão fisionômico arbustivo.

Ao descrever o domínio das caatingas, Souza (2000) destaca:

O ambiente natural apresenta um conjunto de características em que preponderam grandes variações litológicas e edáficas, solos rasos e eventualmente pedregosos com grande frequência de afloramentos rochosos; superfícies aplainadas e fracamente entalhadas pela rede de drenagem ramificada e de rios intermitentes, áreas submetidas às irregularidades pluviométricas; coeficientes térmicos elevados e fortes taxas de evapotranspiração, tipificando o clima semi-árido. (P. 56).

O uso intensificado dos solos (com técnicas nem sempre apropriadas) e a pressão social sobre estes espaços ao longo dos anos condicionam o ambiental ao desequilíbrio, contribuindo para ampliar as manchas de caatinga e condicionar a desertificação.

Segundo Souza (2005; 2000), no Ceará, a cobertura vegetal, a exemplo dos solos no sertão, encontra-se fortemente degradada e, em grande parte, destituída de suas condições originais, tanto do ponto de vista fisionômico como florístico. Sobre este assunto o autor explica que:

[...] os desmatamentos indiscriminados por todos os geossistemas do Estado vêm comprometendo seriamente a capacidade produtiva dos solos e o seu estado de conservação. Em geral, os desmatamentos são seqüenciados por queimadas que conduzem ao empobrecimento do solo em função da eliminação da microfauna e da redução da matéria orgânica dos horizontes superficiais. [Além disso, é possível afirmar que os solos ficam mais expostos às ações erosivas do escoamento superficial]. (P. 43).

Assim, a falta de planejamento para conhecer a semiaridez no Nordeste fez com que o uso irregular do ambiente, ao longo das décadas, o tornasse degradado. “No Ceará, as evidências dos processos de desertificação já se exibem em inúmeras áreas, especialmente nos Sertões do Médio Jaguaribe e dos Inhamuns”. (SOUZA, 2000, p. 72).

Nesse contexto de semiaridez, os Sertões de Canindé apresentam-se com fortes alterações ambientais no seu quadro natural.

Para melhor visualização, pode-se observar os dados apontados pelo Índice Municipal de Alerta (IMA) calculado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). O IMA consiste num indicador de vulnerabilidade dos municípios e é calculado com suporte em 12 indicadores selecionados que dizem respeito aos aspectos agrícolas e climatológicos, meteorológicos, recursos hídricos e produção agrícola etc (IPECE, 2007).

De acordo com o IMA, os municípios podem apresentar quatro classes de vulnerabilidade: alta, média, Média-baixa e baixa vulnerabilidade (ver Tabela 03).

TABELA 3 – Classes de vulnerabilidade segundo o IMA

Classe	Intervalo	Nº de Municípios	Cor no mapa
1 – Alta vulnerabilidade	acima de 0,7260	25	Vermelho
2 – Média vulnerabilidade	de 0,6291 a 0,7261	82	Laranja
3 – Média-Baixa vulnerabilidade	de 0,5322 a 0,6291	45	Amarelo
4 – Baixa vulnerabilidade	abaixo de 0,5322	32	Amarelo claro

Fonte: IPECE, 2007

A análise dos Sertões de Canindé arrimada nesse indicador mostra (na Figura 02) que os municípios componentes desse território são classificados como áreas de alta vulnerabilidade. Para Souza (2000), as condições ambientais da caatinga tornam naturalmente esse domínio uma área com limitadas possibilidades de uso.

Ademais, os problemas de baixa fertilidade e salinização dos solos, associados à presença de uma cobertura vegetal de caatingas hiperxerófilas (bastante degradadas), tornam os efeitos da degradação evidentes. Logo, os altos índices de vulnerabilidades apontam para um baixo poder de sustentabilidade desses espaços, em razão dos níveis de degradação generalizados nesses municípios, podendo conduzir a condições de desertificação (SOUZA, 2000).

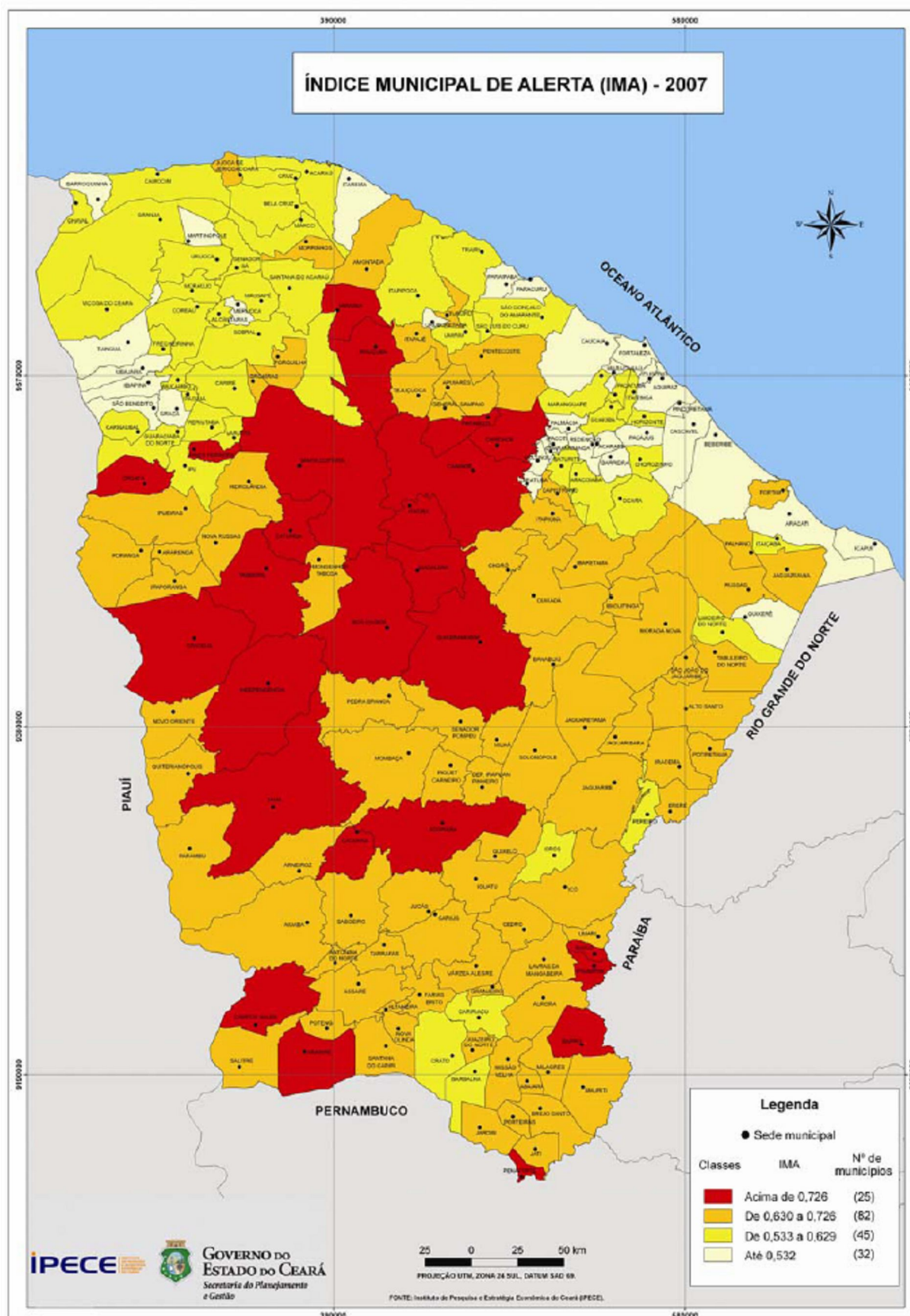


FIGURA 2 – Níveis de vulnerabilidade nos municípios do Ceará segundo dados do IMA.
Fonte: IPECE, 2007.

Sobre o planejamento e possíveis melhorias para o Nordeste semi-árido, Ab'Saber (1999) garante que

O começo das soluções mais substantivas para os problemas do homem e da sociedade no domínio dos sertões [depende e] dependerá do nível de conhecimento da realidade regional. Não adiantam idéias *salvadoras*, elaboradas por uma mentalidade burguesa e distante, destinada quase sempre a alimentar argumentos dos demagogos e triturar recursos que deveriam ter destino social mais generoso. A causa do sertão do Nordeste merece – nada menos, nada mais – uma verdadeira cruzada da inteligência brasileira. Sem embarcar em modismos elitistas e insinceros. (P. 23).

Ab'Saber (1999) quer, na realidade, demonstrar (e alertar) que ninguém conhece o sertão melhor do que seus habitantes. O agricultor camponês tem um incrível conhecimento sobre a realidade que o cerca, contudo, infelizmente, esse não é um conhecimento valorizado pela maioria. Muitos desses homens “[...] são mera força de trabalho para os donos das terras. (AB'SABER, 1999, p. 26).

O governo federal não tem propostas, porque desconhece o Nordeste. Os governos estaduais só pensam no seu pedaço; já que por razões históricas e administrativas, o espaço de suas preocupações fica circunscrito ao território estadual, que morre nas fronteiras. Os órgãos de planejamento carecem de recursos e não aprenderam a engendrar estratégias. [...] Nenhum projeto é submetido a um bom estudo de previsão de impactos, independente e honesto. Em muitos casos, como é costumeiro no país, os burocratas vinculados à pressão dos governantes somente sabem dizer, de modo lacônico e enfático, que foram feitos EIA-RIMAS por empresas categorizadas (?). Encomendam-se estudos regionais em grossos volumes, sob linguagem asséptica, entranhados de estatísticas desatualizadas: impotentes para qualquer aplicação estratégica. E aí de quem critique a impotência social e cultural de tais hábitos! (AB'SÁBER ,1999, p. 34).

Dessa forma, não restam dúvidas de que muito da ineficácia política projetada para o Nordeste sucede pela falta de propostas concretas para se conhecer a realidade das condicionantes ambientais desse espaço, como nos alertou Ab'Saber (1999). Isso, porém, não ocorre de maneira despropositada. É algo planejado: não há grandes interesses de investimento em áreas semi-áridas (pelo menos não até o momento em que se tenham técnicas rentáveis de se produzir nesse espaço). Ainda assim, no entanto, as populações desses espaços são há quase cinco séculos exploradas.

Para Ab'Saber (1999) e Souza (2000; 2005), as propostas que realmente pretendam amenizar as implicações catastróficas das secas e orientar melhor o aproveitamento dos vários ambientes devem ser pautadas nas ideias, projetos e análises compósitos ou integrados. "Projetos pontuais, isolados ou regionais valem muito pouco quando se tem uma idéia mais objetiva sobre a dimensão e os atributos do espaço total do domínio semi-árido nordestino (700 mil km²)". (AB'SÁBER, 1999, p. 39).

Por vezes, os territórios das políticas territoriais apresentam-se como elementos isolados, não articulando os espaços como pressupõe o documento *Referências...* (MDA/SDT, 2003). A constatação disso pode ser feita na análise dos argumentos em busca do desenvolvimento sustentável, mais racional e menos agressivo, buscada em cada um dos territórios, que, no entanto, ocorrem de forma completamente desarticulada em relação às propostas dos demais territórios que demarcam suas fronteiras. Pelo menos é isso que se divisa na relação dos Sertões de Canindé com os territórios vizinhos.

Para demonstrar esse fato, recorre-se a um caso bem simples (e sem aprofundar muito) de um rio e sua bacia hidrográfica, cujas águas são de fundamental importância no contexto de semiaridez: a bacia do rio Curu e a bacia do rio Acaraú. As nascentes do rio Curu estão na serra do Machado e seus afluentes nascem nas serras de Uruburetama e Baturité (ZANELLA, 2005). Suas águas saem dos Sertões de Canindé e caminham em direção aos Sertões de Itapipoca. Já o rio Acaraú nasce no Município de Monsenhor Tabosa (no território de Inhamuns-Crateús) e segue em direção aos Sertões de Sobral. Dessa forma, pode-se perguntar: que garantias os Sertões de Sobral (a jusante) têm dos 20 municípios que compõem os Sertões de Inhamuns-Crateús (a montante), na qualidade de suas águas? Como pensar o uso mais racional e equilibrado dos recursos hídricos nos Sertões de Sobral sem estar ciente dos projetos aprovados nos Sertões de Inhamuns-Crateús? O mesmo raciocínio pode ser aplicado à bacia do rio Curu. Quais as garantias que os Sertões de Itapipoca têm dos Sertões de Canindé, na utilização de seus recursos?

Percebe-se, então, que os limites naturais não respeitam os lindes político-administrativos, exigindo, portanto, a elaboração de outras propostas que melhor considerem as relações entre Sociedade e Natureza.

Ademais, esse não é um caso único. É possível apontar inúmeros elementos importantes que circulam entre um território e outro e que precisam ser analisados e considerados para um real desenvolvimento sustentável, tais como: a distribuição da vegetação, a circulação de animais, aves e insetos e, até mesmo, a circulação do ar, para citar alguns exemplos.

Além da análise dos elementos retrocitados, é possível lembrar também a ocorrência de outras estruturas, cujo objetivo é integrar os espaços: são as rodovias, as linhas férreas, as linhas telefônicas e elétricas – que também devem ser pensadas da maneira menos agressiva ao ambiente.

Não há aqui a pretensão de dizer que a divisão desses territórios seja complementemente irrelevante. Muito pelo contrário. Até certo ponto, ela é um elemento facilitador para realização dos estudos em seu aspecto micro, contudo, para que se tenha a ideia do todo e um processo considerável de sustentabilidade dos recursos existentes nesse recorte, é preciso considerar o macro dos sertões secos, como aponta a referência retrocitada de Ab' Saber (1999).

A intensa urbanização e o crescimento populacional das últimas décadas alteraram profundamente as relações de produções no campo e agravaram a fragilidade das condicionantes ambientais. E a região Nordeste não ficou de fora desse fenômeno.

Souza (2000) é enfático, ao dizer que

O impacto do antropismo através da presença do homem como povoador e como predador tendeu, ao longo do tempo, a provocar desequilíbrios ambientais cuja menor intensidade é distinta nas diversas unidades geossistêmicas. É fato reconhecido que o homem, ao povoar o espaço, busca retirar o máximo dos recursos naturais disponíveis. [Essa marca do antropismo] se evidencia através do acionamento de processo de transformação e degradação, rompendo o equilíbrio espontâneo da natureza. (P. 16).

Pode-se, assim, observar que, no entendimento de Ab'Saber (1999) e Souza (2000; 2005), o quadro natural das potencialidades e dos recursos nordestinos e cearenses vão servir como condicionantes fundamentais que permitem o uso mais equilibrado da terra.

É pensando nisso que Souza (2000; 2005) divide o Ceará em quatro grandes regiões naturais: (1) Litoral, Superfícies pré-litoraneas e Planíceis de

acumulação; (2) Planaltos sedimentares e Depressões periféricas úmidas e subúmidas; (3) Maciços residuais e (4) Depressões sertanejas semiáridas.

Seguindo essa divisão proposta por Souza (2000; 2005), é possível observar que todos os municípios que compõem o chamado território dos Sertões de Canindé são enquadrados nas duas últimas unidades. Na unidade que compreende os Maciços residuais (unidade geoambiental de serras úmidas e subúmidas) aparecem porções dos Municípios de Caridade, Canindé e Itatira. Já na unidade que compreende as Depressões sertanejas semiáridas (unidade geoambiental dos Sertões Centrais), aparecem porções de todos os seis municípios que compõem os Sertões de Canindé: Boa Viagem, Caridade, Madalena, Itatira, Paramoti e Canindé.

Assim, não restam dúvidas de que há muito a semiaridez e a carência hídrica influenciam na organização do espaço cearense. Sobre isso é possível recordar que em 1884 começou a ser construído o açude do Cedro, no Município de Quixadá, cuja inauguração ocorreu no ano de 1906 (NASCIMENTO, 2006). Dessa forma, é inegável a importância da análise das condicionantes naturais para o planejamento de políticas públicas para o sertão semiárido brasileiro.

Especialmente, é necessário considerar a ocupação histórica dos Sertões de Canindé, pelo menos nos fatos mais marcantes.

4.2 UM POUCO DA HISTÓRIA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O TERRITÓRIO DE CANINDÉ

A história do povoamento e/ou criação dos municípios que compõem o território dos Sertões de Canindé está ligada, no caso específico deste espaço, à cultura religiosa e aos índios Jenipapos/Canindés – nativos ocupantes de grandes extensões de terra.

Distante de Fortaleza 108 km, *Canindé* está localizada na Microrregião Geográfica do Sertão Central do Ceará. É uma cidade de médio porte, com um contingente populacional de 73.878 habitantes (IBGE, 2007).

Canindés era o nome do povo de uma tribo indígena que habitou a região (ESTUDO..., 2005).

A fundação do povoado data de 1775, quando o sargento-mor português Francisco Xavier de Medeiros, historicamente reconhecido como fundador do povoado, estabeleceu moradia às margens do rio Canindé, onde iniciou a construção de uma capela dedicada a São Francisco das Chagas. Em 1796, a capela franciscana foi inaugurada, tendo como primeiro responsável o padre João José Vieira (www.caninde.ce.gov.br).

No início do século XIX, grandes romarias e festejos em homenagem a São Francisco já faziam parte do calendário festivo do povoado de Canindé. Em virtude da importância e influência que o culto religioso possuía naquela época, em 1817, *El Rei* D. João VI elevou a pequena capela à categoria de igreja matriz, e em 1818, o povoado de Canindé foi elevado à categoria de Vila (Vila de São Francisco das Chagas de Canindé); contudo, só obteve politicamente sua emancipação após o presidente da Província do Ceará, Ignácio Correia de Vasconcelos, ter dividido o território provinciano, em 1846, e, em agosto de 1914, a Vila de Canindé passou a cidade.

Em 1925, a Santa Sé eleva o Santuário de São Francisco das Chagas à categoria de Basílica, fato este revelador do papel religioso do Município. A influência religiosa é revigorada em outubro de 2005 com a inauguração da estátua de São Francisco, a maior estatua sacra do mundo, com 30,25 m de altura.

O atrativo religioso (desde sua fundação) tornou a cidade um grande centro de peregrinação nacional e internacional (é a segunda maior peregrinação franciscana do mundo, superada apenas pela peregrinação em direção a Assis, na Itália, terra natal do Santo). Segundo dados da Prefeitura, na semana de 4 de outubro (dia de São Francisco), cerca de 2,5 milhões de pessoas visitam a cidade.

Por seus termos, *Caridade* é uma pequena cidade de pouco mais 840 km² e uma população de 17.948 hab (segundo estimativas de 2006). A origem do Município remonta ao segundo quartel do século XIX, tendo como precedente o fazendeiro Gaspar da Silveira, quando em 1860 estabeleceu nas cabeceiras do riacho Macaco a fazenda Kágado, cortada pela estrada Canindé – Maranguape – Fortaleza. Era uma via movimentada por tropeiros e

penitentes em romaria que em pouco tempo reuniu um povoado atraído pelo seu comércio e pela feira de gados transportados dos sertões criadores de Boa Viagem, Santa Quitéria e Inhamuns.

Em 1880, o Padre José Tomás mudou o nome da povoação de Kágado para Caridade, porém, só em 1911 Caridade é reconhecida como distrito subordinado ao Município de Canindé. Em 1958, é desmembrado de Canindé e elevado à categoria de Município com dois distritos: Caridade e Inhuporanga.

Em dezembro de 1963, o Distrito de Inhuporanga é elevado à categoria de Município, desmembra do Município de Caridade. Em divisão territorial estadual datada de dezembro de 1964, é criado o Distrito de São Domingos e anexados ao Município de Caridade; contudo, em 1965, Inhuporanga perde a condição de sede de município e volta a ser distrito de Caridade. Desde 1979, o município de Caridade é constituído por três distritos: Caridade, Inhuporanga e São Domingos.

Itatira, com uma população de 15.541 habitantes em 2000, segundo dados do IPECE (2007b), chamou-se primitivamente Serra da Samambaia, habitada por índios Tapuias e com vinculação jurídica ao Município de Canindé. Suas origens remontam à presença dos portugueses Antônio Ferreira Braga e Jerônimo Machado, razão do primeiro nome, Serra do Machado. Com o falecimento desses moradores, seguido do flagelo da seca de 1825, este reduto caiu no abandono. Em anos posteriores, ocupantes firmaram um novo povoado, criando outras situações na serra do Machado, notadamente com relação às culturas de subsistência, com a denominação de Belém do Machado (ESTUDO..., 2005).

A elevação do povoado à categoria de distrito provém de maio de 1931. Desmembrado do Município de origem (Canindé) e transferido para Quixeramobim, em dezembro de 1938, teve o seu nome simplificado para Belém. A denominação atual de Itatira provém de um Decreto-lei de 30 de dezembro de 1943. Sua elevação à categoria de Município ocorreu em novembro de 1951, tendo sido instalado a 25 de março de 1955.

As origens do Município de *Madalena* são recentes e têm como referência a Fazenda Teotônio, na qual se situa o açude de igual nome. Essa

fazenda, considerada modelo, pertenceu inicialmente à Empresa Plínio Câmara Vieira Ltda., tendo sido vendida para o Grupo Empresarial Edson Queiroz.

Em 1986, mediante um plebiscito, foi-lhe outorgada a categoria de cidade. A emancipação foi aprovada em 23 de dezembro de 1986 e instalada em 1º de janeiro de 1989. Madalena já havia sido município no ano de 1963 e extinto em 1965, antes mesmo de ser instalado.

O Município de *Paramoti* chamou-se inicialmente Santana e Saldanha, sucessivamente. Sua origem data do século XX, quando moradores da região se estabeleceram e passaram a cultivar terras margeantes do rio que deu origem ao nome atual do Município. A elevação do povoado à categoria de vila provém de dezembro de 1938, e, em dezembro de 1957, é elevado a Município, tendo sido instalado no ano seguinte.

As origens históricas de *Boa Viagem* remontam aos anos finais do século XVIII, tendo como referência um casal de fugitivos amantes. Os jovens apaixonados não tiveram a permissão das famílias para a união, o que os obrigou a fugir. O pai da moça, grande fazendeiro, revoltado, manda seus capangas, em perseguição, trazê-la de volta, bem como matar o rapaz e apresentar-lhe como prova uma das orelhas do moço. Na longa caminhada, o cavalo dos fujões teria morrido de cansaço e os dois acomodaram-se sob os barrancos de um riacho próximo. O rapaz era devoto de Maria, orou apressadamente e rogou à Santa que, se escapassem vivos dos seus perseguidores, ergueria no local onde o cavalo morrera, uma capela dedicada a Nossa Senhora da Boa Viagem. Os perseguidores perderam a trilha e os dois sobreviveram. Desse episódio teria surgido o povoado de Cavalo Morto e o culto à Nossa Senhora de Boa Viagem. Em 1862, o povoado de Cavalo Morto teve a sua elevação à categoria de Vila. Somente em 1936 surgiu o Município de Boa Viagem.

Assim, afirma-se que foram várias as alterações administrativas que ao longo dos anos foram dando forma à atual estrutura administrativa do Estado cearense: Boa Viagem, Canindé, Itatira e Madalena desmembraram-se de Quixeramobim e transformaram-se em municípios nos anos de 1936, 1914, 1951, 1963 respectivamente. Caridade e Paramoti desmembrados de Canindé em 1958 e 1957.

4.3 ALGUNS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO TERRITÓRIO DOS SERTÕES DE CANINDÉ

Aglutinando seis municípios cearenses, o território dos Sertões de Canindé possui uma configuração heterogênea do ponto de vista cultural e ambiental, guardando algumas características que lhes são peculiares (solos, vegetação, história, atividades econômicas etc.) nessa porção do semiárido onde estão situados.

Quanto à distribuição da população entre as áreas rural e urbana, dos 176.992 habitantes, a maior incidência está na área rural, com 52,27%, enquanto os centros urbanos concentram 47,73% desse contingente populacional.

De todo o território, dois municípios destacam-se por apresentar população urbana superior à rural, sendo eles: Canindé (56,85%) e Caridade (53,71%); os outros quatro municípios, por sua vez, têm população rural superior à urbana: Boa Viagem (58,61%), Itatira (61,19%), Madalena (63,27%) e Paramoti (61,94%). Assim, o Município com maior concentração de pessoas na área urbana é Canindé (56,85%), enquanto a maior concentração na área rural se dá no Município de Madalena (63,27%). Ver Tabela 04 (ESTUDO..., p. 20).

TABELA 4 – População por domicílio

Municípios	População		
	Rural	Urbana	Total
Boa Viagem	29.486	20.820	50.306
Canindé	30.028	39.573	69.601
Caridade	7.223	8.381	15.604
Itatira	9.511	6.030	15.541
Madalena	9.405	5.459	14.864
Paramoti	6.795	4.175	10.970
Total	92.448	84.438	176.886

Fonte: IBGE, 2000

Dois gráficos foram elaborados com a finalidade de melhor visualizar a distribuição da população no território dos Sertões de Canindé. O Gráfico 05 é na realidade um elemento auxiliar na apuração dos dados mostrados na Tabela 04, comparando o perfil (urbano e rural) de cada município que compõe o território em questão. Já o Gráfico 6 traça, em termos percentuais, um paralelo entre o urbano e o rural de todos os municípios em conjunto.

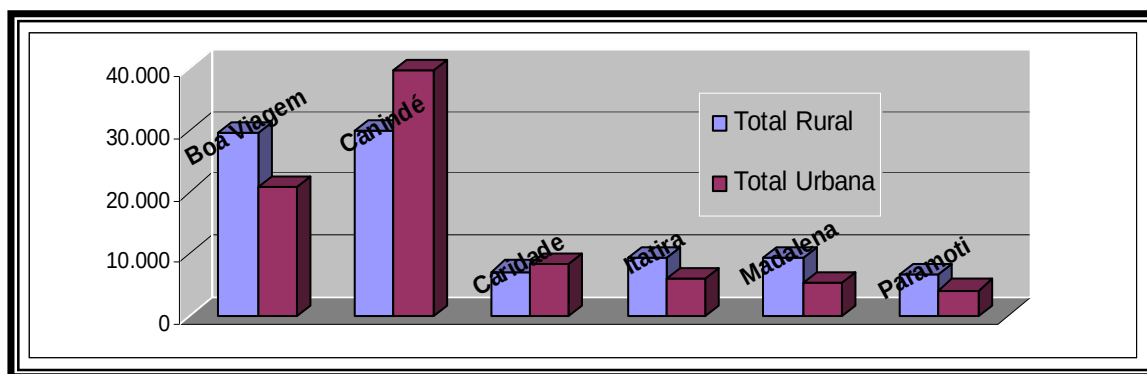


GRÁFICO 5 – População urbana e rural de cada município

Fonte: quadro 3

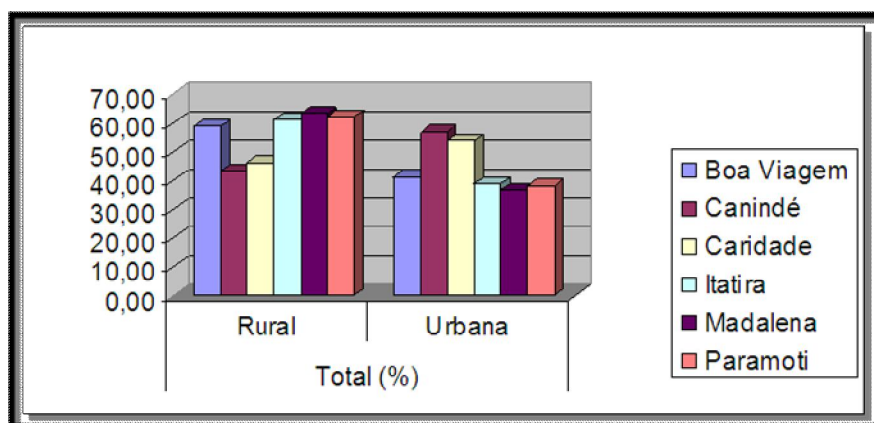


GRÁFICO 6 – Comparação entre a população urbana e rural em cada um dos municípios (%)

Fonte: Quadro 3

É preciso ressaltar, todavia, que a pesquisa por amostragem realizada pelo IBGE (2007) já aponta alterações nos dados retrocitados (IBGE, 2000), porém, não é possível, por enquanto, traçar outro perfil com dados mais atualizados (ver Tabela 5).

Tabela 5
População por Município nos Sertões de Canindé

Municípios	População em 2007
Boa Viagem	53.538
Canindé	73.878
Caridade	17.977
Itatira	17.689
Madalena	17.051
Paramoti	11.573
Total	191.706

Fonte: IBGE, 2007

No território dos Sertões de Canindé, os Municípios de Paramoti, Boa Viagem e Itatira, apesar de possuírem população urbana pequena (na ordem de 40%), foram os que apresentaram os maiores índices de crescimento urbano, no período 1991-2000, com um aumento nas taxas de urbanização na ordem de 11,23%; 10,99% e 9,95%, respectivamente. Já os Municípios de Caridade, Canindé e Madalena possuem as menores taxas, com crescimentos na ordem de 8,29%; 8,15% e 7,94%, respectivamente (ver Tabelas 6 e 7).

Algumas dessas informações (acrescidas de outras) são compiladas na Tabela 6, na intenção de fornecer uma visão mais geral do território dos Sertões de Canindé.

TABELA 6

Área dos municípios, distância para Capital, população geral e densidade demográfica.

<i>Municípios</i>	<i>Área (Km²)</i>	<i>Distância à Capital (Km)</i>	<i>Estimativa Pop. 2004</i>	<i>População Residente</i>			<i>Densidade Demográfica (hab/Km²)</i>
				<i>Geral</i>	<i>Urbana</i>	<i>Rural</i>	
Boa Viagem	2.737,5	204,8	51.531	50.306	20.820	29.486	18,4
Canindé	3.205,4	111,2	73.590	69.601	39.573	30.028	21,7
Caridade	791,7	92,0	17.231	15.604	8.381	7.223	19,7
Itatira	640,6	149,8	16.407	15.541	6.030	9.511	21
Madalena	1.109,2	170,8	15.995	14.864	5.459	9.405	13,4
Paramoti	514,8	88,0	11.238	10.970	4.175	6.795	21,3
Total	8.999,20	136,1	185.992	176.886	84.438	92.448	19,25

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – 2003/IBGE (cidades) – 2001/IBGE – Censo 2000.

As informações ora tratadas, referentes aos aspectos rurais e urbanos, tomam como referência-base a metodologia oficial adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que considera como urbana toda e qualquer sede municipal, independentemente do número de habitantes e das funções que a aglomeração exerça efetivamente.

Como ressaltado, contudo, as políticas territoriais trabalham com outros critérios de classificação. A metodologia utilizada é inspirada nos trabalhos realizados pela Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), que leva em conta, além do critério populacional, a densidade demográfica. Assim, os resultados entre o que é rural e o que é urbano são bastante distintos.

Os estudos de José Eli da Veiga, baseados na metodologia da OCDE, identificam como territórios rurais aqueles municípios de pequeno porte que possuem até 50 mil habitantes e menos de 80 hab/km²; de médio porte os que registram uma população no intervalo de 50 a 100 mil habitantes, ou cuja densidade exceda aos 80 hab/km², mesmo que tenham menos de 50 mil habitantes; e centros urbanos os municípios que apresentem mais de 100 mil habitantes.

De acordo com esses critérios, existe um Brasil essencialmente rural, formado por 80% dos municípios, onde residem aproximadamente 30%

da população brasileira, envolvendo um total de 4.485 municípios (ESTUDO..., 2005, p. 21). Assim, segundo esse critério, 70% da população brasileira vivem em 20% dos municípios, que são áreas urbanas; contudo 80% dos municípios (onde vivem 30% da população) são rurais.

A utilização desses critérios (re) definem, nos Sertões de Canindé, a situação de todos os municípios do território, apresentando-os como essencialmente rurais. Dois municípios, Boa Viagem (com 50.306 habitantes) e Canindé (com 69.601 habitantes), são considerados de médio porte e os outros quatro municípios (Caridade, Itatira, Madalena e Paramoti) de pequeno porte.

A investigação dos dados da Tabela 7 permite verificar o crescimento populacional ocorrido, no período de 1991-2000, e as respectivas taxas de urbanização em cada um dos municípios que compõem o território.

TABELA 7 - População total, urbana e rural e taxa de urbanização.

Municípios	População Total		Urbana		Rural		Taxa de Urbanização (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Boa Viagem	47.918	50.306	14.566	20.820	33.352	29.486	30,40	41,39
Canindé	61.827	69.601	30.115	39.573	31.712	30.028	48,71	56,86
Caridade	12.432	15.604	5.646	8.381	6.786	7.223	45,42	53,71
Itatira	13.853	15.541	3.996	6.030	9.857	9.511	28,85	38,80
Madalena	12.660	14.864	3.645	5.459	9.015	9.740	28,79	36,73
Paramoti	10.447	10.970	2.803	4.175	7.644	6.795	26,83	38,06
Total	159.137	176.886	60.771	84.438	98.366	92.448	34,83	44,33

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – 2003/IBGE (cidades) – 2001/IBGE – Censo 2000.

É possível visualizar que, com exceção de Paramoti (cujo crescimento populacional foi muito pequeno), os demais municípios apresentaram considerável aumento populacional, no período de 1991-2000. A verificação dos dados permite também afirmar que tal crescimento fica concentrado nas partes urbanas dos municípios que compõem o território de Canindé. Além do mais, os números mostram que, dos seis municípios que formam o território, quatro apresentam redução da população rural.

Segundo dados classificatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2003), todos os municípios que compõem o território dos Sertões de Canindé são considerados de médio desenvolvimento humano (possuindo um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre 0,5 e

0,8). Os melhores índices aparecem nos Municípios de Boa Viagem, Canindé, Caridade e Madalena, que apresentam um IDH variando entre 0,63 a 0,61; enquanto os outros municípios apresentam índices variando de 0,59 a 0,56 (ver Tabela 8). É preciso deixar claro, porém, que os dados referentes ao IDH não são confiáveis, uma vez que podem superestimar ou subestimar a realidade socioeconômica dos municípios.

De modo geral, todos os municípios dos Sertões de Canindé apresentam renda *per capita* muito baixa, atingindo a média geral em torno de R\$ 70,00 (setenta reais). “Os Municípios que se encontram em melhor situação são: Boa Viagem e Canindé com uma renda [per capita] variando de R\$ 82,00 a 77,00 reais; enquanto os outros municípios apresentam uma renda muito baixa, variando em torno de R\$ 70,00 a 53,00”. (ESTUDO..., 2005, p. 22).

Os baixos valores de renda *per capita* influenciam e refletem diretamente o modo como vivem os agricultores. Os percentuais de pobreza apresentados nos Sertões de Canindé chegam a uma taxa de 76%. Muitos dos municípios do território apresentam índices de pobreza acima de 50%, tais, como: Itatira (82,3%) e Paramoti (81,2%) e os outros municípios com taxas que variam de 75% a 70%.

Esses indicadores atestam de forma cabal que ocorreu intenso crescimento da concentração de renda. O índice de GINI, que no período 1991-2000 cresceu aproximadamente 13%, passando de 0,49 para 0,62, é uma prova do aumento da desigualdade social nos municípios que compõem o território. Hoje, os municípios com maior concentração de renda, e, portanto, com maior desigualdade social são: Boa Viagem (0,67%), Itatira (0,67) e Paramoti (0,65%). Sobre o Índice de GINI, é preciso considerar que ele varia de zero (coeficiente nulo – que representa desigualdade nula) a um (1 – coeficiente máximo que representa desigualdade máxima).

É perceptível que um grande percentual da renda é apropriada por um determinado estratos da população. Sobre os Sertões de Canindé, as análises do MDA no Ceará afirmam que,

No período 1991-2000, observou-se que os 20% mais pobres do território estão cada vez mais pobres porque houve uma queda ainda maior na apropriação da renda, caindo de 4,41 para 0,6; os 40% mais pobres detiveram 12,71 em 1991, enquanto em 2000 essa média caiu para 5,3%; os 60% mais pobres em 1991 alcançaram 25,38 da renda,

caindo para 16,06 no ano de 2000; os 80% mais pobres em 1991 detinham 41,5, passando esse percentual no ano de 2000 para 38,5% da renda. Por outro lado os 20% mais ricos evoluíram nesse período passando de 54,86 em 1991 para 64,25% da renda em 2000, indicando que a renda per capita do território permanece concentrada nas mãos da população mais rica, provocando dessa forma, mais desigualdade social. (ESTUDO..., 2005, p. 23).

Sobre este assunto, faz-se necessário observar os dados da Tabela a seguir:

TABELA 8
Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios (IDHM).

<i>Municípios</i>	<i>IDHM</i>		<i>Educação</i>		<i>Longevidade</i>		<i>Renda</i>		<i>Posição</i>	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Boa Viagem	0,494	0,611	0,492	0,664	0,573	0,659	0,416	0,510	111	128
Canindé	0,520	0,634	0,501	0,699	0,587	0,705	0,472	0,498	73	81
Caridade	0,487	0,618	0,459	0,675	0,572	0,703	0,431	0,476	126	116
Itatira	0,447	0,569	0,436	0,623	0,512	0,647	0,393	0,437	174	178
Madalena	0,494	0,634	0,493	0,712	0,587	0,700	0,402	0,490	114	81
Paramoti	0,469	0,597	0,446	0,675	0,555	0,666	0,406	0,449	152	148
Total	0,48	0,61	0,47	0,67	0,56	0,68	0,42	0,47	-	-

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – 2003.

Todos estes indicativos foram elaborados no intuito de mostrar que o capital está também no campo. Lá, como cidade, ele se reproduz de forma desigual, expropriando o trabalhador agrícola, criando ricos e pobres. Certamente não será uma política mercantil que socorrerá estes agricultores! As Tabelas 9 e 10 trazem mais informações sobre os indicadores de renda, pobreza da população do território dos Sertões de Canindé, informando a apropriação da renda pelos vários estratos da população.

TABELA 9 – Porcentagem da renda apropriada por extratos da população.

<i>Municípios</i>	<i>20% mais pobres</i>		<i>40% mais pobres</i>		<i>60% mais pobres</i>		<i>80% mais pobres</i>		<i>20% mais ricos</i>	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Boa Viagem	3,6	0,5	10,8	4,7	22,2	13,8	41,4	30,9	58,6	69,2
Canindé	4,5	0,5	12,4	6,0	24,6	17,0	43,4	37,0	56,6	63,0
Caridade	37	1,7	11,6	9,1	24,4	21,4	44,2	41,3	55,8	58,7
Itatira	5,6	0,0	15,6	2,2	29,3	12,3	51,1	32,9	48,9	67,1
Madalena	3,5	0,9	11,1	6,7	22,9	17,6	41,5	38,5	58,5	61,5
Paramoti	5,6	0,0	15,1	3,6	28,9	14,3	49,3	34,0	50,8	66,0
Total	4,41	0,6	12,75	5,3	25,38	16,06	45,15	35,76	54,86	64,25

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – 2003.

Os dados da Tabela (9) mostram o quanto é baixo o percentual da renda apropriada pelos estratos mais pobres do território, revelando, assim, a exagerada pobreza presente no recorte. Entre os Municípios, percebem-se, nos dados, que Itatira apresenta os piores índices. Os dados referentes ao período de 2000, nos estratos mais pobres, mostram que os 20% mais pobres não apropriam renda alguma, os 40% mais pobres se apropriam de 2,2% da renda, os 60% mais pobres se apropriam de 12,3% da renda e os 80% mais pobres se apropriam de 32,9% da renda. Isso representa uma situação concreta de pobreza e fome. Para ratificar tal concentração, na mesma Tabela (9), é possível observar que, no Município de Itatira, em 2000, os 20% mais ricos se apropriaram de 67,1% de toda a renda.

Matéria publicada no *Diário do Nordeste*, no dia 19/12/2008, em Fortaleza, apresentava como título: *170 cidades cearenses apresentavam mais da metade dos seus moradores vivendo em situação de pobreza*. Entre essas cidades, está Itatira, que, segundo a reportagem, apresentou um percentual de 73,10% da população vivendo em situação de pobreza (170 Cidades..., 2008).

A Tabela 9 permite fazer outra importante análise. É possível perceber que o total de renda apropriado pelos estratos mais pobres da população, em relação ao período de 1991 a 2000, vem diminuindo. Em 1991, o percentual de renda apropriado pelos 20% mais pobres era de 4,41%, já em 2000 esse índice caiu para 0,6%. Essa queda ocorreu em todos os estratos, porém, no mesmo período, o percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos aumentou de 54,86% para 64,25%. Esse indicador mostra que a pobreza no meio rural aumentou e não diminuiu, como prega o MDA.

Segundo Silveira (2006), o IBGE, na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) de 2004, investigou o quadro de “Segurança Alimentar” do País, tendo apontado que cerca de 14 milhões de pessoas se encontram em grave insegurança alimentar – fome.

É preciso considerar que viver no campo e não ter renda *per capita* considerável não é um indicativo forte de miséria e fome (por mais que se queira usar esta argumentação). É preciso levar em conta a produção familiar. Como já argumentado, o agricultor familiar produz na finalidade de garantir sua subsistência, e só o excedente é vendido. Assim, um grupo de agricultores

pode apresentar um nível baixíssimo de renda *per capita* e ainda assim viver muito bem de sua produtividade.

Ter terra, conduto, não necessariamente implica possuir condições de cultivá-la, pois há uma série de elementos (políticos, econômicos, naturais etc.) que podem servir de empecilho para a produção. Entre os problemas *políticos*, pode-se mencionar: concentração fundiária, tamanho das propriedades, renda da terra, conflitos por terra, grilagens, áreas de litígio etc.; os *econômicos* fazem referência ao acesso à terra, técnicas de cultivo e manejo, aquisição de sementes etc.; os *naturais* estão ligados a baixa fertilidade e baixo potencial hídrico dos solos, solos raros, áreas inundáveis, suscetibilidade à desertificação, irregularidade pluviométrica etc.

Desse modo, acredita-se que em condições semiáridas, como no caso cearense e dos Sertões de Canindé, a questão não é tão simples. Em muito, o que parece é que as zonas semiáridas, por vezes, se mostram como um consórcio de todos os problemas há pouco citados.

A Tabela 10 revela que a renda *per capita* da população do território aumentou e que a proporção de pobres diminuiu, todavia, é preciso observar que o índice de Gini também aumentou, e, como já ressaltado, o coeficiente máximo (1) representa desigualdade máxima, o que significa que as desigualdades aumentaram. Essa repercussão do aumento da renda *per capita* e retirada de algumas pessoas da faixa de pobreza deve-se aos investimentos das políticas assistencialistas promovidas pelo Governo nacional.

Diante das argumentações expostas, acredita-se que os níveis de renda *per capita* possuem certa expressividade nas regiões com escassez hídrica. Não se trata aqui de se aprisionar a um referencial mercantil, mas sim de verificar as reais possibilidades de produção do agricultor familiar, pois são as diminutas possibilidades (técnica e/ou natural) de cultivo que impõem ao agricultor buscar outros meios de reprodução (parceria, bóia-fria, migração etc.)

TABELA 10 – Indicadores de renda, pobreza e desigualdade.

<i>Municípios</i>	<i>Renda per capita</i>		<i>Proporção de pobres %</i>		<i>Índice de Gini %</i>	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Boa Viagem	47,0	82,7	86,1	74,5	0,54	0,67
Canindé	66,1	77,2	80,1	73,3	0,51	0,62
Caridade	51,6	67,7	84,0	75,9	0,51	0,56
Itatira	41,2	53,6	90,9	82,3	0,43	0,67
Madalena	43,4	73,6	89,5	71,3	0,54	0,60
Paramoti	44,5	57,6	88,7	81,2	0,45	0,65
Total	48,96	68,73	86,55	76,41	0,49	0,62

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – 2003.

Logo, é demasiadamente importante assegurar a capacidade produtiva desses agricultores familiares, de modo que promova a reprodução social do camponês e, em última análise, quando necessário, que parte de sua produtividade se incorpore ao mercado.

Em se tratando dos dados referentes ao acesso da população a água encanada, verifica-se que passou de 18,05%, em 1991, para 34,91% em 2000, apresentando um crescimento de 16,83% no número de abastecimentos; porém, somente 1/3 da população do território tem acesso aos serviços básicos (coleta seletiva dos resíduos sólidos, coleta de esgoto etc.). O município que apresenta a melhor situação é Canindé, com 52,4% da população sendo assistida, e a pior situação está em Itatira, onde apenas 14,9% da população possui acesso a esses serviços.

Já os dados referentes a disponibilidade à energia elétrica, constata-se que esse foi o serviço que apresentou maior crescimento. Segundo os dados do IBGE (2000), houve melhora significativa no período (1991-2000), passando-se de 32,75% para 70,48%, representando um aumento da ordem de 37%. A melhor situação é encontrada em Caridade, onde 83,7% dos imóveis possuem o serviço; e a pior é, em Paramoti, com 56,1% dos imóveis atendidos.

Nos indicadores do IBGE (2000), é possível perceber que a maior parte da população no território dos Sertões de Canindé está situada na faixa etária de 10 a 19 anos, representando 23,30% da população total; seguida das faixas etárias: 20 a 29 anos (14,27%); 5 a 9 (12,36%); de 0 a 4 (12,09%); 30 a 39 (11,86%); mais de 60 anos (10,55%); 40 a 49 (8,65%) e de 50 a 59 (6,88%). O Gráfico (07) ilustra melhor a distribuição etária da população no território.

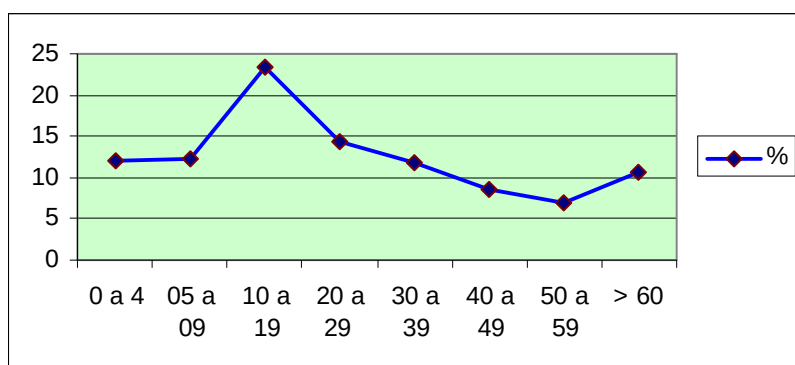


GRÁFICO 7 – Distribuição etária da população do Território dos Sertões de Canindé.

Fonte: dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE).

Dois fatos despertam atenção nesses dados: a primeira é que 62,02% da população estão na faixa entre zero e 29 anos, o que torna a população bastante jovem. Segundo, a maior faixa etária do território é formada por um contingente de jovens que têm de dez a 29 anos (aproximadamente 62,02% da população). Com a simples verificação desses dados, é possível traçar um quadro de demandas e investimentos em políticas públicas para este público mais jovem.

É interessante observar, no Gráfico 7, que o percentual de pessoas de mais de 50 anos representa parcela considerável da população desse território, indicando a necessidade de haver mecanismos eficientes para seu atendimento, proporcionando acesso aos serviços sociais básicos, tais como: saúde, segurança, equipamentos sociais etc.

A População Economicamente Ativa (PEA) – considerada segundo o IBGE pelo intervalo de pessoas dos dez aos 65 anos de idade – no território dos Sertões de Canindé, possui reduzida disponibilidade de mão-de-obra jovem. O Gráfico 07 mostra claramente um declínio na distribuição etária a partir dos dez anos de idade, revelando que mais da metade da população apresenta uma idade superior a 20 anos (52,21%).

Esse rápido declínio apresentado no Gráfico 7 na faixa etária dos dez aos 20 anos pode ser o resultado de vários processos (mortalidade, migração, falta de registro de nascimento etc.). Não há como afirmar, mas, se acredita que tal fato ocorra devido aos processos migratórios tão comuns no meio rural cearense; todavia, é certo que essa distribuição reflete diretamente

na economia desse espaço, uma vez que é essa população mais jovem, de mais força, que alimenta o mercado por mais tempo.

No geral, a população masculina representa 50,56% da população total do território, tendo um crescimento de 5,15%, passando de 45,41% em 1991, para 50,56% em 2000, concentrando-se 54,12% na área rural e 45,87% na urbana; enquanto isso, as mulheres representam 49,43% da população total do território, tendo um crescimento de 4,89%, passando de 44,54% em 1991, para 49,43% em 2000, estando 49,63% na área urbana e 50,36% no rural. Estes dados permitem verificar que a maior parte da população vive no meio rural, porém, é interessante observar que no meio rural a maior parte da população é constituída por homens (54,12%), enquanto no meio urbano a maioria é de mulheres (49,63%). As razões para isso podem ser as mais diversas, contudo não serão feitas aqui especulações sobre tais circunstâncias.

Com relação aos indicadores de educação, verifica-se que é alta a taxa de analfabetismo no território, mesmo entre a população mais jovem: na faixa etária de sete a 14 anos, a média é de 28,43% de analfabetos. Na faixa de dez a 14 anos, essa taxa diminui para 16,38%, mas permanece alta. Na faixa de 15 a 17 anos essa taxa cai para 10,35% e entre 18 e 24 anos essa taxa representa 19,53% dos jovens dessa idade. Entre a população adulta, o índice é muito mais alto: 46,91% das pessoas que têm mais de 25 anos são analfabetas (todos os dados são referentes ao ano de 2000).

A educação foi uma das dimensões que mais contribuiu para elevação do IDH no território, mas a média de anos de estudo da população ainda é baixa, alcançando apenas 2,45% (ver Tabela 11). Na faixa etária de 15 a 17 anos, as pessoas de menos de quatro anos de estudo chegam a 30% do total, e menos de oito anos a 87%; na faixa de 18 a 24 anos, os que têm menos de quatro anos de estudo chegam a 42% e os com menos de oito anos de estudo, a 78%. A Tabela 11 a seguir resume bem essas informações.

TABELA 11

Taxas de analfabetismo por faixa etária em cada um dos municípios do Território dos Sertões de Canindé.

Municípios	Faixa etária 7 - 14 anos (%)		Faixa etária 10 - 14 anos (%)		Faixa etária 15 - 17 anos (%)		Faixa etária 18 - 24 anos (%)		Faixa etária + 25 anos (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Boa Viagem	50,3	25,5	39,8	13,2	27,5	9,6	37,4	18,4	57,4	50,7
Canindé	52,5	24,9	40,3	12,9	32,3	10,7	31,6	14,0	52,4	41,8
Caridade	59,0	19,7	44,7	8,5	38,0	6,9	42,6	22,0	56,2	43,1
Itatira	60,0	49,3	48,6	34,4	37,6	17,1	40,5	24,9	60,9	54,0
Madalena	54,3	21,2	41,8	12,3	33,0	9,6	36,1	17,9	54,8	44,1
Paramoti	61,0	30,0	47,9	17,0	36,8	8,2	45,6	20,0	60,9	47,8
Média	56,18	28,4	43,9	16,4	34,2	10,4	39,0	19,5	57,1	46,9

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – 2003.

Pode-se constatar, pela averiguação dos dados, que houve sem dúvidas considerável redução nas taxas de analfabetismo ao longo de quase uma década (1991 – 2000), principalmente no que concerne à faixa etária dos sete aos 24 anos, que atingiu todos os municípios. Este foi o resultado de uma política educacional do Estado cearense nos últimos anos, contudo, é preciso ter cautela. Averiguaram-se outros indicadores.

Para servir de contraposição às informações acima, outra Tabela (12) foi feita com a finalidade de mostrar outro indicador: *quantidade de anos de estudo*.

TABELA 12

Tempo de permanência nos estudos (média do Território)

Faixa etária	Menos de 4 anos de estudos (médias do Território)	
	1991	2000
7 - 14 anos	não dispomos	não dispomos
10 - 14 anos	90,60%	64,55%
15 - 17 anos	70,31%	38,96%
18 - 24 anos	63,95%	42,01%
> 25 anos	85,46%	71,51%

Fonte: dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – 2003

Este indicador é utilizado pelo IBGE em suas análises. A apreciação da Tabela 12 permite verificar que, mesmo havendo menores taxas de analfabetismo, mantêm-se altos os percentuais de pessoas (em todas as faixas etárias) que abandonam a escola com menos de quatro anos de estudo. Cerca

de 40% dos indivíduos são alfabetizados, porém não chegam sequer a concluir o Fundamental I (hoje do primeiro ao quinto ano). Ao levar-se em conta os indivíduos de menos de oito anos de estudo, os dados tornam-se muito mais alarmantes, pois, em média, aproximadamente, 75% das pessoas do território têm menos de oito de estudo.

Sabe-se que há uma enorme desvantagem das escolas situadas no meio rural com relação às urbanas, no que diz respeito à infra-estrutura, serviços de água, energia elétrica, esgoto e instalações sanitárias (em alguns casos até mesmo de prédios adequados); além da falta de equipamentos, como TV, DVD, microcomputadores, bibliotecas, laboratórios, acesso à internet etc.

Essa discrepância impõe uma supressão às crianças do meio rural ao acesso ao conhecimento, à pesquisa, à leitura, a novas tecnologias, ao lazer e à cultura e à informação etc. Isso é reflexo de um descaso dos governos (municipais, estaduais e federal) que não investem para equipar as escolas do campo com infraestrutura que garanta, sobretudo, a qualidade plena do ensino dessas crianças.

Ademais, sabe-se que há uma dificuldade de o meio rural conseguir profissionais (de todas as especialidades) qualificados, quer sejam de nível superior, médio ou técnico.

No território dos Sertões de Canindé a situação não é diferente. Segundo dados do MDA e das prefeituras, no território, o número de profissionais na área da saúde (no período de 2003-2006) diminuiu mais de 430 funcionários.

Somente no período de 2002-2003, no Programa Agente de Saúde, houve diminuição do número de agentes comunitários de 115 profissionais, representando um percentual de 25,72% do total de agentes; uma diminuição de 5.756 famílias acompanhadas pelo Programa (um percentual de quase 30% da população assistida).

Já em se tratando dos estabelecimentos rurais, o território apresenta 15.486 estabelecimentos, que totalizam uma área de 600.179 hectares. Em comparação com Estado, o número total de estabelecimentos rurais do território representa 4,6% do número total (que é de 339.602); enquanto a área

total dos estabelecimentos representa 6,7% da área total do Estado, que é de 8.963.841 hectares (ESTUDO..., 2005, p. 25).

A maior concentração de estabelecimentos rurais é composta por propriedade de menos de 5 ha, que representam um percentual médio de 44,46%. Municípios como Canindé e Itatira concentram média de mais de 50%, já em Caridade este percentual fica em torno dos 25%. Ver Tabela 13 e Gráfico 8.

Considerando-se as propriedades que possuem de cinco a 20 ha, observa-se que elas representam a média de 26,52% dos estabelecimentos; enquanto as propriedades na faixa de 20 a 50 ha apresentam percentuais que variam de 7,9 a 20,9%. Já nas áreas de 50 a 100 ha, esses percentuais variam entre 4,9 e 9,4% e acima de 100 ha essas variações ficam em torno de 6,4 e 12,8%, sendo que esse percentual se apresenta maior no Município de Caridade.

TABELA 13
Número de estabelecimentos rurais nos municípios dos Sertões de Canindé.

Municípios	Total	< 5ha	5 - 20ha	20 - 50ha	20 - 50ha	50 - 100ha	> 100ha
	Nº	%	%	%	%	%	%
Boa Viagem	5647	46,9	23,8	23,8	12,2	9,4	7,7
Canindé	5255	54,5	22,8	22,8	11,4	4,9	6,4
Caridade	650	26,8	33,8	33,8	20,9	5,7	12,8
Itatira	1312	55,1	21,4	21,4	7,9	6,7	8,9
Madalena	-	-	-	-	-	-	-
Paramoti	870	39	30,8	30,8	15,6	7,8	6,8
Total	15486	44,46	26,52	26,52	13,6	6,9	8,52

Fonte: ESTUDOS..., 2005.

O Gráfico 8 traz melhor visualização da distribuição dos estabelecimentos rurais nos municípios dos Sertões de Canindé apontados na Tabela 12. O Gráfico 8 também não contém dados referentes ao Município de Madalena.

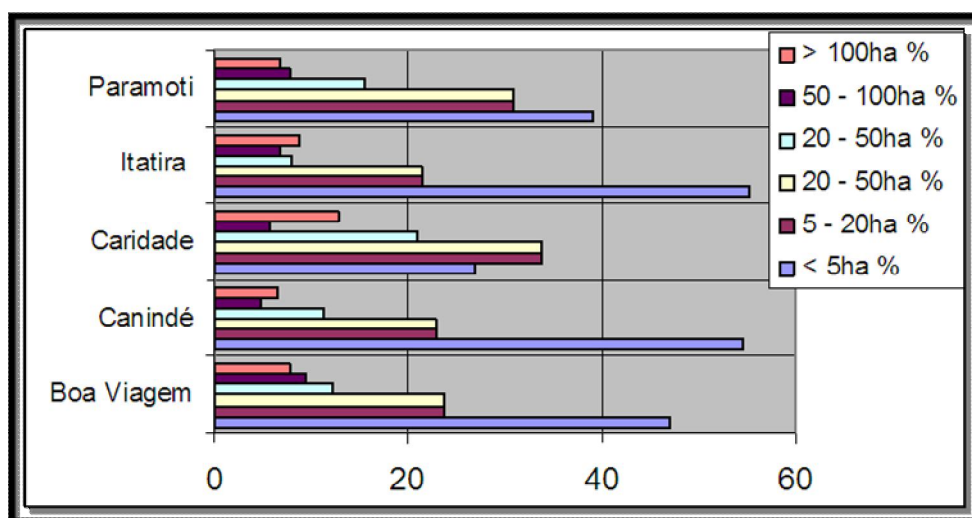


GRÁFICO 8 – Distribuição dos estabelecimentos rurais por município.
Fonte: dados do quadro 11.

Considerando a condição dos agricultores, verifica-se que 40,87% dos estabelecimentos rurais são de proprietários; 1,65% são arrendatários; 20,47% são parceiros e 36,98% são ocupantes. Essa realidade impõe a necessidade de políticas de acesso à terra, uma vez que mais da metade (57,45%) desses produtores é de parceiros e ocupantes (ESTUDO..., 2005). Ver Tabelas 14 e 15.

Quanto à situação jurídica dos imóveis rurais verifica-se que há predominância de proprietários (área registrada), ocupando uma área de 380.897,4 ha, divididos em 3.017 estabelecimentos rurais, estando incluídos na categoria de minifúndios (1.151 imóveis/12.270,4 ha) e pequenas propriedades (1.434 imóveis/139.897,4 ha). Os imóveis sem registro (posseiros) são 1.460, totalizando uma área de 80.483,8 ha, estando incluídos na categoria minifúndios (963/ 21.511,8 ha) e pequenas propriedades (445/39.949,2 ha). (ESTUDO..., 2005, p. 26).

O território dos Sertões de Canindé concentra um número bastante significativo de áreas de assentamentos da reforma agrária, que, no final de 2005, somavam um total 73 áreas. Destes, 40 estão localizados em Canindé; dez em Itatira; nove em Boa Viagem; oito em Madalena e três em Caridade e Paramoti (ESTUDO..., 2005).

Um fato alarmante no território é o tamanho médio das propriedades rurais dos agricultores familiares. Cerca de 47,92% dos agricultores familiares têm área inferior a cinco ha e 28,14% deles estão na faixa de cinco a 20 ha. Apenas 12,2% dos agricultores estão na faixa de 20 a 50 ha. Já na faixa de 50

a 100 ha esse percentual cai para 6,56%. Acima de 100 ha esse número reduz-se para 5,14%, indicando a alta concentração de terra no território.

Como já alertado, ter terra não necessariamente implica possuir condições de produzir nela, principalmente em condições semiáridas. Certamente a pequena dimensão das propriedades dos agricultores familiares (e suas condições de uso) tem considerável impacto na produção de sua subsistência.

TABELA 14 – Estabelecimentos rurais conforme a condição do produtor.

Municípios	Total de estabelecimentos rurais		Condição do Produtor							
			Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	nº	Área	nº	Área	nº	Área	nº	Área	nº	Área
Boa Viagem	5.647	184.798	2.647	165.521	16	773	1.282	5.279	1.702	13.225
Canindé	5.255	207.277	1.758	159.197	72	208	876	4.836	2.549	43.036
Caridade	650	43.759	273	33.980	04	3	40	92	333	9.684
Itatira	1.312	58.369	484	53.274	88	774	419	1.460	321	2.861
Madalena	1.752	68.391	711	63.281	06	12	529	1.748	506	3.350
Paramoti	870	37.589	457	33.299	71	639	25	34	317	3.617
a) Total do Território	15.486	600.183	6.330	508.552	257	2.409	3.171	13.449	5.728	75.773
b) Total do Estado	339.602	8.963.842	168.487	7.904.575	19.379	101.660	74.428	320.456	73.308	637.151
c) % de a/b	4,6	6,7	3,8	6,4	1,3	2,4	4,3	4,2	7,8	11,9

Fonte: Estudo propositivo para dinamização econômica do território dos Sertões de Canindé, 2005.

TABELA 15 – A condição do produtor nos Sertões de Canindé.

Município	Condição do Produtor			
	Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Ocupante
	nº	nº	nº	nº
Boa Viagem	2.647	16	1.282	1.702
Canindé	1.758	72	876	2.549
Caridade	273	4	40	333
Itatira	484	88	419	321
Madalena	711	6	529	506
Paramoti	457	71	25	317
Total	6.330	257	3.171	5.728

Fonte: corte do quadro 12.

Ao se proceder à soma de todas as condições do produtor (proprietário, arrendatário, parceiro e ocupante) presentes na Tabela (15), vê-se que os Sertões de Canindé apresentam um total de 15.486 agricultores (cadastrados em 2005). É perceptível o fato de que o número total de

agricultores que aparecem na condição de proprietários com o título da terra é de apenas 6.330 produtores. Assim, todos os demais agricultores não possuem o título das terras que ocupam (ver Gráfico 9).

Portanto, dos 15.486 produtores dos Sertões de Canindé, apenas 6.330 agricultores têm de fato a posse de sua terra, enquanto 9.156 agricultores (a soma total de produtores na condição de arrendatário, parceiro e ocupante) não possuem os títulos das terras, logo, também não terão acesso facilitado às linhas de créditos.

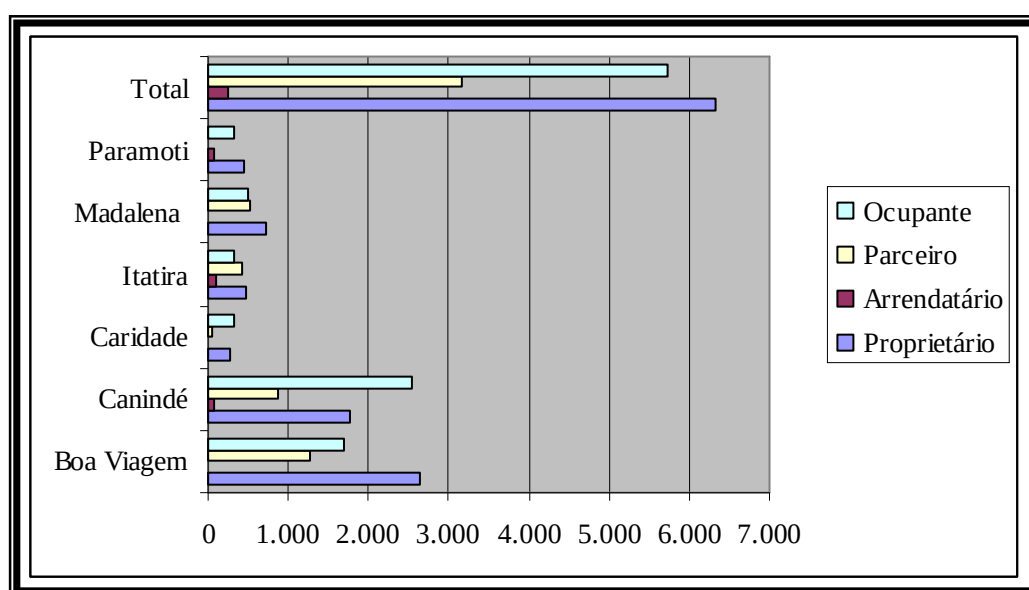


GRÁFICO 9 – Situação dos produtores rurais nos Sertões de Canindé.
Fonte: Quadro 13.

Com propriedades pequenas (que, por motivos variados, por vezes, não lhes permitem sua subsistência), o agricultor busca equalizar a produtividade com outras formas de renda para manter sua família; contudo, 53,5% dos estabelecimentos familiares nos Sertões de Canindé vivem quase sem renda extraordinária (gerada por qualquer atividade desempenhada fora da produtividade); 23,8% com uma renda baixa; 18,5% com uma renda média e 4,2% com uma renda considerável. Assim, vê-se uma situação na qual 77,3% dos estabelecimentos (os sem renda e os com baixa renda) vivem uma pobreza extrema, e apenas 22,7% dos estabelecimentos conseguem adquirir alguma renda. O Município de Paramoti é o que apresenta maior faixa de agricultores que vivem quase sem renda (67,2%) e Madalena apresenta o

percentual menor (41,3%). Os municípios onde os agricultores exibem as maiores rendas são Madalena (6,3%) e Boa Viagem (4,4%) (ESTUDO..., 2005). Os dados podem ser melhor visualizados no Gráfico 10. Tais apontamentos servem de complemento às observações feitas anteriormente nas Tabelas 9 e 10.

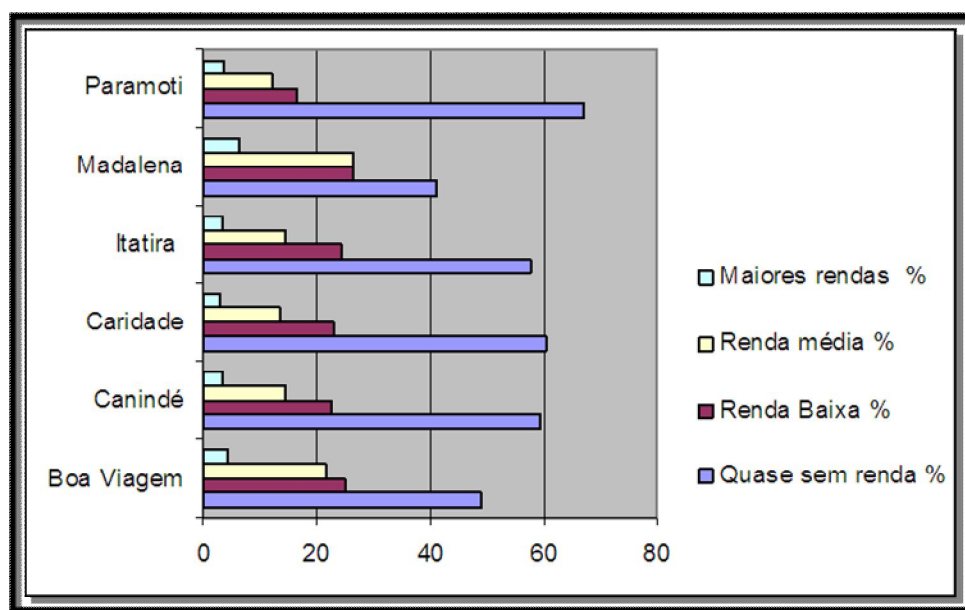


GRÁFICO 10 – Classificação das rendas extras dos municípios que compõem o Território dos Sertões de Canindé.

Fonte: Estudo propositivo para dinamização econômica do território dos Sertões de Canindé, 2005.

Em relação aos seus aspectos geoambientais, existe uma preocupação com o atual estágio de degradação ambiental desses municípios. Segundo os níveis de susceptibilidade à desertificação, os Municípios de Boa Viagem, Caridade, Itatira, Madalena e Paramoti são classificados com uma *forte propensão à degradação* (vulnerabilidade muito alta), com áreas comprometidas que chegam a uma média de 40% (de cada municípios). O Município de Canindé já alcança percentuais de mais de 30%, sendo classificado como área de *moderada propensão* (vulnerabilidade moderada), com tendências à desertificação (SOUZA, 2000).

Alguns municípios do território assumem uma condição de município-polo. Este é o caso de Canindé e Boa Viagem, que apresentam uma movimentação considerável nos setores do comércio, indústria e serviços. Nesses municípios, o crescente contingente de pessoas ocupadas,

principalmente no setor de serviços, é bastante significativo, dando-se destaque para as atividades como alojamento e alimentação, educação, imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, serviços coletivos, sociais e pessoais. O setor de serviços representa um percentual significativo nas áreas urbana do território, em torno de 62% do PIB total, dando-se destaque para os Municípios de Boa Viagem, Paramoti, Itatira e Madalena, que têm uma participação de mais de 60% neste setor.

No Território, mesmo com o predomínio das pequenas e médias propriedades, a produção agropecuária em 2003 representou 19,51% do PIB total. Em 2000, essa participação ficou em torno de 18,51%. Assim, houve um crescimento de aproximadamente 1%. Os Municípios de Itatira (30,0%), Madalena (31,2%) e Boa Viagem (20,0%) foram os que demonstraram maior contribuição (ESTUDO..., 2005).

A participação do setor industrial apresenta uma participação significativa no território dos Sertões de Canindé, em torno dos 17,58% do PIB territorial. Os municípios que contribuem na movimentação desse setor são Canindé (47,2%), Caridade (40,6%) e Paramoti (12,9%).

Mesmo com a oferta de incentivos fiscais e de instalação de infra-estruturas, mesmo com todos esses atrativos que apresentam as políticas de interiorização da indústria, esse setor não correspondeu às expectativas do Estado e dos municípios, tampouco é um setor responsável pela geração de renda no território. Na verdade, essa política é objeto de sérias críticas, que vão desde denúncias referentes às formas de exploração de mão-de-obra (escrava, de crianças e de mulheres), a delações encontradas nas empresas que burlam a legislação fiscal e trabalhista.

As indústrias existentes no território dos Sertões de Canindé são em sua maioria de pequeno e médio porte, tendo destaque as de transformação. Em sua maioria, são indústrias de vestuário, calçados e artigos de tecidos, couros e peles, de produtos alimentares, de madeira, extrativa mineral, de construção, têxteis etc.

Muitos são os indicadores e variadas as informações, porém, no intuito de dar continuidade à análise dos Sertões de Canindé, ver-se-á um pouco da atuação das políticas de territórios da SDT/MDA em seu espaço.

4.4 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NO CEARÁ: OS SERTÕES DE CANINDÉ

Analisando as perspectivas da política ambiental da SDT/MDA para a promoção e implantação do chamado *desenvolvimento rural sustentável* no Brasil, de imediato veem-se dois problemas: o primeiro é que a política não é levada a sério nem mesmo pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, que instituiu uma Secretária (SDT), dentro do Ministério, para administrar o programa, pois sabe-se que legalmente a qualquer momento uma secretaria pode ser fechada e suas atividades políticas extintas. O mesmo não ocorre com um Ministério, pois os processos políticos envolvidos para a extinção de um Ministério são bem mais complicados. Em segundo lugar, ao propor o desenvolvimento rural sustentável, uma vez mais os problemas do campo (e do Nordeste) são encarados como questão de *desenvolvimento*, resultantes dos fatores ambientais, e não sociais, quando na realidade sabe-se (e de certa forma já foi mostrado) que os problemas existentes no campo brasileiro são em grande parte, resultantes da intensa relação de exploração e expropriação das condições de vida e trabalhado rural.

De forma inequívoca, Nascimento (2006) afirma que

[...] o ambiente no Nordeste foi constituído ao longo da história, conforme a quantidade e qualidade dos recursos naturais nos sistemas ecológicos; nos sistemas socioeconômicos, pela estrutura de relação homem-homem ao lume da produção; e nos meios tecnológicos, pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas usadas e suas modalidades, de sorte que a interação destes elementos complexos marca várias fases de desenvolvimento, desde os modos de uso dos recursos naturais, passando pelos modos de uso do espaço (rural e urbano), respectivamente, ligados à racionalidade econômica e a política no uso dos recursos e, como reflexo das relações produtivas, que, inter-relacionados, no tempo e no espaço, forjaram as diversas formas de modificações ambientais e condições de qualidade de vida nos diversos geoambientes nordestinos, conforme sua complexidade ambiental. (P. 133).

Assim, é preciso considerar que os problemas que afligem o Nordeste não são apenas resultados isolados de exclusivas alterações de um quadro natural ou social, mas sim no movimento dialético de interação dos

meios social e natural. A natureza é socialmente alterada e o espaço naturalmente produzido, portanto.

Segundo Elias, os problemas que angustiam o Ceará

[...] associam-se muito claramente às relações sociais de produção e de organização do espaço, em especial às condições sociais e técnicas da estrutura agrária, que se caracterizam, principalmente, por uma estrutura fundiária concentrada e uma base técnica ainda na sua maioria rudimentar, determinantes para as relações de trabalho e os regimes de exploração do solo predominante, além, naturalmente, de uma estrutura de poder extremamente oligárquica e reacionária. (ELIAS, 2005, p. 433).

A organização da sociedade capitalista se realiza pelo atributo da propriedade privada, que se dá mediante uma apropriação (desigual) da natureza, fato este que reflete diretamente na concentração de terras.

Assim, verifica-se que a concentração de terras não é uma realidade apenas cearense, o que permite afirmar: a permanência de uma estrutura fundiária concentrada e a existência de terras improdutivas são indícios do uso abusivo da terra com fins especulativos, ou mesmo outros, que não fazem cumprir a função social da Terra.

Tal referência permite assinalar que a estrutura fundiária cearense, caracterizada pelo predomínio dos latifúndios, torna diminutas as opções da maioria dos habitantes da zona rural. Sendo assim, o uso de áreas impróprias, com dificuldades de acesso a água, com solos rasos e vulneráveis a erosão, concorrendo para agravar os problemas de degradação ambiental e desertificação é o que resta de possibilidade para a população mais pobre (NASCIMENTO, 2006).

Dessa forma, é preciso atentar para o fato de que

[...] a pressão sobre os recursos naturais se faz também por essas populações empobrecidas premidas por esse modelo posto que, geralmente, os camponeses ocupam as terras mais acidentadas e, assim, esse modelo agrário-agrícola, por meio de seu lado de menor poder, também amplia o desmatamento, a erosão, a desertificação, [...]. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 261).

Diante disso, afirma-se que a modernização (a exemplo do próprio sistema que lhe dá vida) não se realiza de modo uniforme. Na realidade, ele ocorre de maneira fragmentada e altamente seletiva. O significado concreto

disso é que os pontos escolhidos recebem investimentos e se transformam em polos da modernização produtiva e todo o restante fica às margens desse processo. “Reforçam-se, dessa forma, os vários ‘Nordestes’, os vários semi-áridos, os vários ‘Cearás”. (ELIAS, 2005, p. 455).

Para Elias (2005),

A difusão de um pacote tecnológico impróprio para as frágeis condições do semi-árido, além de contribuir negativamente, muitas vezes, para a preservação do meio ambiente, destrói saberes e fazeres historicamente construídos [...]. (P. 454).

Dessa forma, percebe-se que o processo dialético de ocupação e construção do espaço, pelos mais variados grupos sociais, engendra importantes diferenciações internas nos seus territórios, sejam elas econômicas, políticas, sociais, ambientais ou mesmo culturais.

É justamente por isso que os territórios devem ser compreendidos como espaços geográficos que se constituem, na realidade, pela apropriação do espaço de forma diferenciada e interligada por importantes fluxos demográficos, econômicos e de poder. “Este espaço deve ser pensado a partir de seu conteúdo material e social, ou seja, como a materialidade do processo histórico”. (CASTRO, 1992, p. 29).

Para os formuladores da política do MDA, os espaços mais carentes de desenvolvimento são justamente aqueles que possuem altas taxas de analfabetismo, migração e concentração de terra. É possível também inferir, sobre eles, que estes possuem graves problemas sociais resultantes de vários outros motivos, tais como: subordinação social, dependência, isolamento espacial, pouca redes de circulação, deficiências educacionais, entre outras (MDA, 2003; 2005)

No Estado do Ceará, foram criados, entre os anos de 2003 e 2004, cinco territórios rurais do MDA: o de Inhamuns-Crateús, Itapipoca, Sertão Central, Sertões de Canindé e Sobral. Dentre esses, os *Sertões de Canindé*, criado em 2004, foi o último território formado pelo MDA no Ceará, com a cisão do território do Sertão Central (ver o Quadro 01 e a Figura 03).

TERRITÓRIO	MUNICÍPIOS
Sertões de Canindé	<i>Boa Viagem, Canindé, Caridade, Itatira, Madalena, Paramoti</i>
Sertão Central	<i>Banabuiú, Choró, Deputado Irapuan Pinheiro, Ibaretama, Milhã, Mombaça, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Quixadá, Quixeramobim, Senador Pompeu, Solonópole</i>
Inhamuns-Crateús	<i>Aiuaba, Ararendá, Arneiroz, Catunda, Crateús, Hidrolândia, Independência, Ipaporanga, Ipu, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Novo Oriente, Parambu, Pires Ferreira, Poranga, Quiterianópolis, Santa Quitéria, Tamboril, Tauá</i>
Sobral	<i>Alcântaras, Cariré, Coreaú, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Groaíras, Massapê, Meruoca, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral, Varjota</i>
Itapipoca	<i>Amontada, Apuiarés, General Sampaio, Irauçuba, Itapagé, Itapipoca, Itarema, Miraíma, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu, Tejuçuoca, Trairi, Tururu, Umirim, Uruburetama</i>

QUADRO 1 – Composição dos Territórios Rurais no Ceará.

Fonte: Dados do MDA, 2005.

TERRITÓRIOS RURAIS APOIADOS PELA SDT/MDA NO ESTADO DO CEARÁ

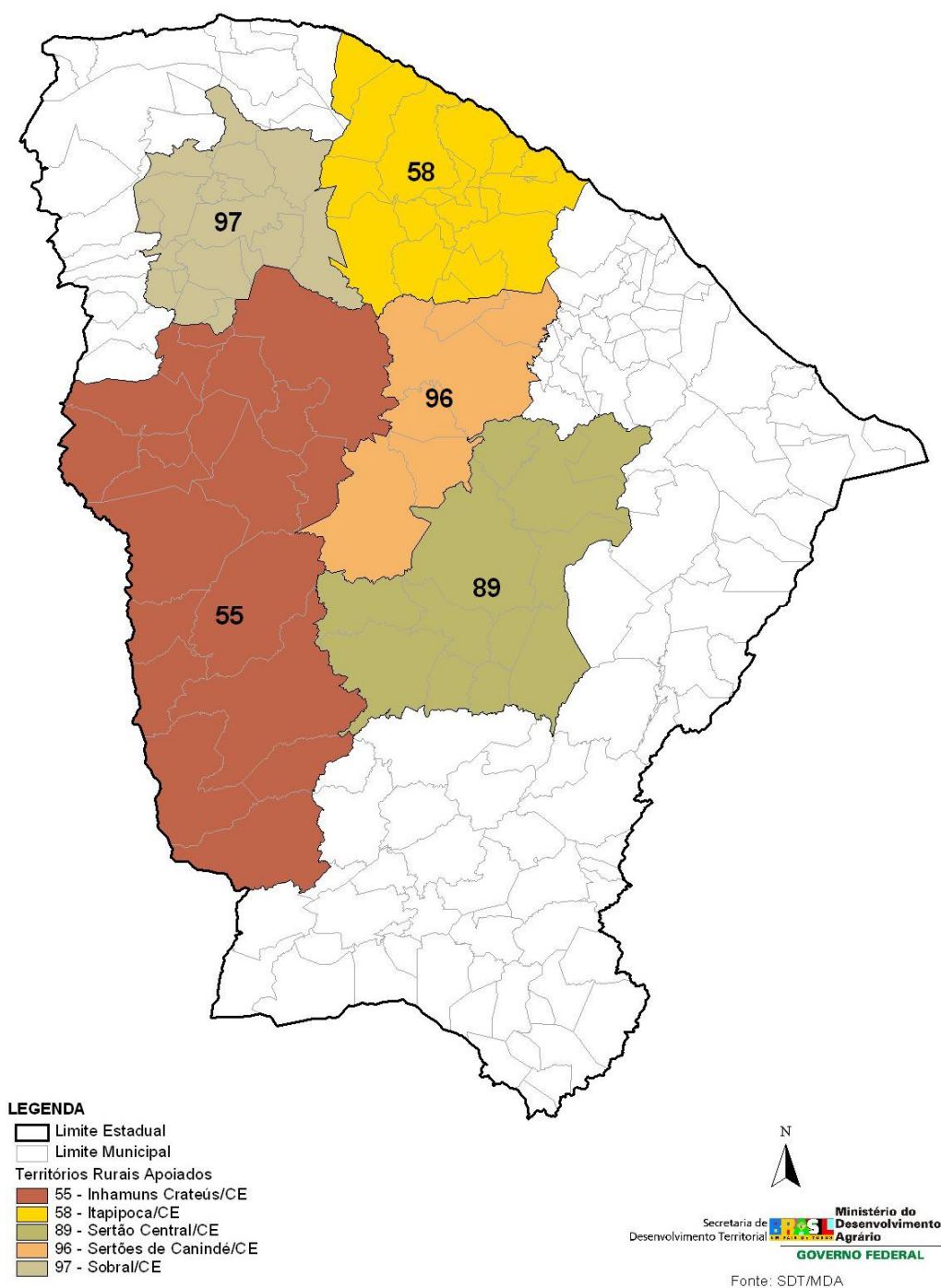


FIGURA 3 – Localização dos territórios rurais no Ceará.
Fonte: SDT/MDA.

Para delimitação desses territórios, o Ministério contou, inicialmente, com reuniões organizadas junto ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável. Esse colegiado possui representantes do Governo e da sociedade civil, além de organizações não-governamentais – ONGs – e

movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST e a Comissão Pastoral da Terra – CPT.

Sobre o território dos Sertões de Canindé, diz-se que

Possui uma extensão de 8.999,20 KM², conta com uma população geral de 176.992 habitantes. Na zona urbana estão 84.438 pessoas (47,73%), enquanto na zona rural residem 92.448 pessoas (52,27%) e apresenta uma densidade demográfica média de 19,25 hab/km². [...] Quanto à distribuição da população por município, constata-se que os maiores índices populacionais estão nos Municípios de Canindé (39,34%) e Boa Viagem (28,43%); enquanto os menores índices concentram-se nos municípios de Caridade (8,82%), Itatira (8,78%), Madalena (8,40%) e Paramoti (6,20%). (ESTUDO PROPOSITIVO PARA DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA DO TERRITÓRIO DOS SERTÕES DE CANINDÉ, p. 20).

Segundo o “Estudo Prepositivo para Dinamização Econômica do Território dos Sertões de Canindé com foco no Desenvolvimento Rural – Ciclo 1” (MDA/SDT),

[...] a formatação desse Território para a implementação da estratégia de Desenvolvimento Territorial da SDT tomou como base alguns critérios, senão vejamos: a existência de um número bastante significativo de agricultores familiares, uma vez, que existem 13.732 empreendimentos classificados pelo MDA como da agricultura familiar; o número de áreas de assentamentos da reforma agrária (existem 73 áreas) e o capital social desenvolvido, em razão das diversas iniciativas de organização social: fórum dos assentados, fórum do semi-árido, inúmeras associações comunitárias, os conselhos municipais de desenvolvimento sustentáveis e movimentos sociais como o MST que tem nessa região uma forte atuação. “A regional da FETRAECE também é uma das mais atuantes; enfim são muitas as iniciativas de organização social do território”. (MDA/SDT, 2005, p.19).

Os Sertões de Canindé constituem-se como território resultante das discussões efetivadas no interior do território do Sertão Central, pois esses seis municípios, segundo o MDA/SDT (2005), até o ano de 2004, faziam parte deste território; todavia, esse desmembramento reforça os questionamentos relativos a eficácia e seguridade dos aspectos sociopolíticos e culturais escolhidos na delimitação dos território.

É preciso ter clareza de que, antes que sejam criados “os territórios”, é necessário que seja permitido o acesso à terra. É importante que este acesso seja visto como direito inalienável do agricultor, na medida em que este ingresso constitui-se como seu principal passo para a (re) habilitação produtiva,

dignidade cidadã e identitária. É preciso perceber que a negação desse direito, é manter nítidos os traços da sociedade oriunda do sistema latifundiário, senhorial e conservador, com raiz escravocrata.²

Para Abramovay (2007), o território apresenta um tecido social e uma organização intrincada de relações e configurações, entre as quais é possível citar a história, a política e as identidades. É a partir desse último que se pode verificar alguns dos critérios de estabelecimento na definição da categoria território conforme o MDA: o elemento identitário.

Quando entrevistado, Antônio Lacerda Souto, representante do MDA no Ceará, diz que falta muito a ser feito pelo território dos Sertões de Canindé. Segundo ele, os trabalhos se limitam ao campo teórico, isto é, o máximo que se consegue extrair das oficinas são ideias de projetos territoriais. Isso, sem dúvidas, configura um obstáculo para o Ministério. Sobre os critérios utilizados para demarcação dos territórios no Ceará, ele expressa alguns elementos, como: o número de assentamentos de reforma agrária e de agricultores familiares; as variações das unidades geoambientais; as vias de comunicação em comum; os aspectos culturais, entre outros; todavia, é preciso reforçar a noção de que tais critérios, ainda assim, não são suficientes para a demarcação de territórios aparentemente “estáveis”.

Mediante aquilo que foi até aqui exposto, almeja-se, na realidade, deixar claro que a concepção de território considerada mais consistente é aquela na qual o território deve atender aos princípios norteadores de uma política favorável à agricultura familiar camponesa, ou seja, aquelas que vêm sendo discutidas pelos movimentos sociais no campo. Para esses movimentos, o território representa o exercício e a expressão material (e simbólica) capaz de avalizar a apropriação e a permanência em um dado espaço territorial demarcado pela atuação dos diversos grupos sociais que o compõem.

Vale destacar que, mesmo considerando a categoria território como objeto fundamental deste estudo, é possível afirmar que esta não se constitui como o único paradigma da questão agrária. Para que haja a elaboração de um plano consistente de políticas de desenvolvimento territorial, existem muitos outros pensamentos a serem tomados como pontos essenciais de análise para

² Essa é uma reivindicação dos movimentos de luta pela terra que o MDA por vezes utiliza em seus discursos para desmobilizar as lutas.

que se alcancem objetivos mais amplos, entre eles ter em mente a focalização das relações sociais na produção social da humanidade.

Os Sertões de Canindé são apenados pela seca e pelo difícil acesso a água. O abastecimento de grande parte da população ainda não é feito de forma canalizada. Na maioria dos assentamentos rurais, a população recorre aos açudes, poços e cacimbas e, na quase totalidade, a água utilizada não é tratada.

Segundo D. Mauro Marelli (Arcebispo brasileiro na década de 1990)

[...] a fome e a sede do povo [cearense] não eram causadas pela seca, as raízes do sofrimento estavam na falta de uma decisão política em favor do bem-estar social que privilegiasse os marginalizados, os excluídos; no egoísmo e na ganância de uma sociedade individualista e na má gestão dos bens comuns. (O POVO, 8 de setembro de 1993, *apud* SAMPAIO, 1999).

Uma importante atuação da Igreja Católica, através da Cáritas e da CPT, no meio rural do Ceará, promove o desenvolvido de alguns projetos (como a implantação de cisternas de placas) junto às comunidades rurais e assentamentos.

No que tange às rendas, é perceptível, no território dos Sertões de Canindé, o fato de que a maioria das famílias dos assentamentos possui como principal fonte de renda a aposentadoria, proveniente do FUNRURAL e/ou de outros programas assistencialistas, como o Bolsa-Família e o Bolsa-Escola. A produção é voltada unicamente à subsistência, sendo que nos poucos momentos em que se produz algum excedente (períodos chuvosos), os moradores conseguem vender essa produção a um preço ínfimo, perdendo os lucros para os atravessadores.

É importante ressaltar, contudo, um lado positivo dessa política acerca das atividades desenvolvidas pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário. Alguns dos projetos conseguidos para os Sertões de Canindé surgiram como resultado de negociações junto ao Forum Territorial. Assim, quando se pensa na construção de equipamentos de utilidade pública (e se escolhe para a sua implantação um determinado município), a definição do local é de responsabilidade do Conselho Municipal de Desenvolvimento Social (CMDs). É dessa forma, portanto, que ocorrem as relações entre o Forum Municipal e

Forum Territorial, em que o primeiro representa o espaço para discussão e negociação, e o outro, é o lugar onde as questões são juridicamente discutidas.

Diante disso, medidas são tomadas para garantir a conquista e aprovação de projetos, desde sua elaboração até o momento em que são discutidos e encaminhados (com registro em ata) no Conselho Municipal.

Os assentados, entretanto, desconhecem esse processo e isso reflete diretamente na comunidade que não está participando ativamente das atividades promovidas pelo Forum de Desenvolvimento Territorial, apesar de que estes sujeitos sociais constituem-se no alvo das discussões ali existentes. Logo, se eles não estão presentes, consequentemente, não possuem representação e seus interesses são subjugados.

Dessa forma, percebe-se que os Sertões de Canindé não correspondem à proposta lançada pelo MDA, que vislumbra uma articulação entre o Núcleo Técnico, a sociedade civil e seus articuladores, além da implementação e execução de programas com vista ao desenvolvimento territorial, dentre outros objetivos.

São diversos os problemas no território dos Sertões de Canindé e entre eles está a falta de articulação. Essa deve ser ligada, além da falta de experiência do Estado, ao fato de que as relações socio-territoriais e socioeconômicas se processarem de forma desarticulada, não constituindo redes e não dando forma ao território, como previa o MDA.

Ademais, é possível ressaltar que a maioria da população, nesse território, por vezes é excluída do seu processo de organização. Para comprovar, alguns trechos de entrevistas realizadas pelo LEAT (2006), durante as atividades *in situ*, mostram que:

Quando perguntávamos nos assentamentos se os moradores participavam das reuniões da SDT/MDA eles colocavam que “é a gente tem conhecimento, mas quando a gente recebeu o convite já foi em cima da hora, e não deu pra gente ir” (Nonato, Assentamento Vitória, 11/09/2005), ou ainda, “[...] logo no início participei de diversas reuniões desses territórios em Canindé, [...], eu nem sei mais como é que tá essas reuniões, porque nós não recebemos mais convite informando os dias, as datas, porque eu acho que teve mudança, não sei..., só sei dizer que nós não fomos mais comunicados”. (ANTONIETA, Assentamento Tiracanga, 09/09/2005) (LEAT, 2006, p. 27).

Percebe-se, logo de início, que, durante a instituição dos territórios, houve, por parte do MDA, um trabalho de propaganda entre a população das localidades, entretanto, essa articulação é cada vez menos expressiva, justificando a razão pela qual os assentados não comparecerem mais às reuniões, ou mesmo em alguns casos não saberem o que é realizado no âmbito das políticas territoriais.

Estes fatos são indicadores de falhas no processo de articulação do território, que deveria informar aos assentados das reuniões e encontros promovidos, a fim de garantir o maior número de participantes. São estes que sabem das necessidades mais urgentes dos assentamentos e assim poderiam reivindicar a elaboração de projetos que a eles atendam, evitando, assim, a elaboração e aprovação de projetos que não condizem com a realidade dos assentamentos.

Não se busca, no entanto, apenas criticar as políticas do MDA, pois algumas melhorias têm ocorrido no interior desse território. O que se busca é mostrar a sua amplitude, reflexos e limitações, pois deve-se enxergar na reforma agrária o caminho potencial e também legítimo de políticas de correção das desigualdades sociais no campo. O êxito de tais políticas não pode, nem deve, ser medido pela quantidade de famílias assentadas, mas pela contribuição das famílias ao desenvolvimento local onde elas estão inseridas, ressaltando assim um viés integrador dessas áreas, inclusive em uma perspectiva regional. As políticas agrárias nos Sertões de Canindé, no entanto, estão muito mais preocupadas com o atendimento quantitativo do que qualitativo.

Logo, acredita-se que o desenvolvimento territorial só poderá ser atingido com a participação dos agentes sociais, principalmente, com a atuação dos moradores dos territórios instituídos. Evidentemente, essa política terá muitos desafios pela frente e “a reforma agrária é a política pública essencial para o desenvolvimento territorial”. (FERNANDES, 2005, p. 5).

5 A POLÍTICA BRASILEIRA DE ACESSO À TERRA E AS PROPOSTAS DO MDA/SDT PARA OS SERTÕES DE CANINDÉ

5.1 A ATUAÇÃO DA SDT NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS TERRITORIAIS

Segundo os dados da SDT, as políticas territoriais desenvolvidas pelo MDA não deveriam atuar dissociadas dos demais órgãos da administração federal, estadual e municipal e da sociedade civil. No próprio entendimento da Secretária, há o juízo de que “a busca por alianças e parcerias deverá ser um constante neste processo de apoiar a articulação de diversos instrumentos de políticas públicas sob a responsabilidade de outras entidades”. (MDA/SDT, 2003, p. 22).

Ademais, as propostas do MDA para as políticas territoriais é a de que deveriam direcionar e desenvolver suas ações nos vários municípios e regiões com base nas múltiplas relações articuladas com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), Secretária de Reordenamento Agrário (SRA), Secretária de Agricultura Familiar (SAF), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Secretaria de Desenvolvimento Agrário (do Estado em questão) entre outros parceiros (governamentais e não governamentais), de maneira estratégica, procurando ajustar, sempre que possível, os procedimentos norteadores da abordagem territorial.

Segundo as metas do programa territorial do MDA/SDT, essa mobilização de articuladores e parcerias (com instituições públicas e privadas), é o elemento-chave para a concretude, em âmbito nacional, de objetivos, metas, resultados, estratégias e processos capazes de não somente promover a tão sonhada mudança no cenário rural brasileiro, mas também de encontrar as possibilidades para o estabelecimento de alianças com a sociedade civil, estados e municípios, “assegurando” um caminho para as pretendidas “transformações, profundas e permanentes”, nos indicadores da “qualidade de vida” das populações dos territórios rurais (MDA/SDT, 2003b).

Segundo as proposições da SDT/MDA, os territórios devem ser geridos por uma rede de articuladores formada por pessoas do Governo e da sociedade civil. Esses articuladores precisam estar organizados em três grandes grupos: o articulador estadual (no Ceará, há dois articuladores estaduais – Lacerda Souto e Olimpio Queiroga), o articulador territorial (nos Sertões de Canindé, o responsável é Sergio Pinto) e articuladores locais (os representantes de cada um dos municípios que compõem o território – os Sertões de Canindé possuem seis municípios, logo, há seis articuladores locais). O consórcio destes parceiros (articuladores e instituições) formam o Núcleo Gestor do território. Ver Figura 4.

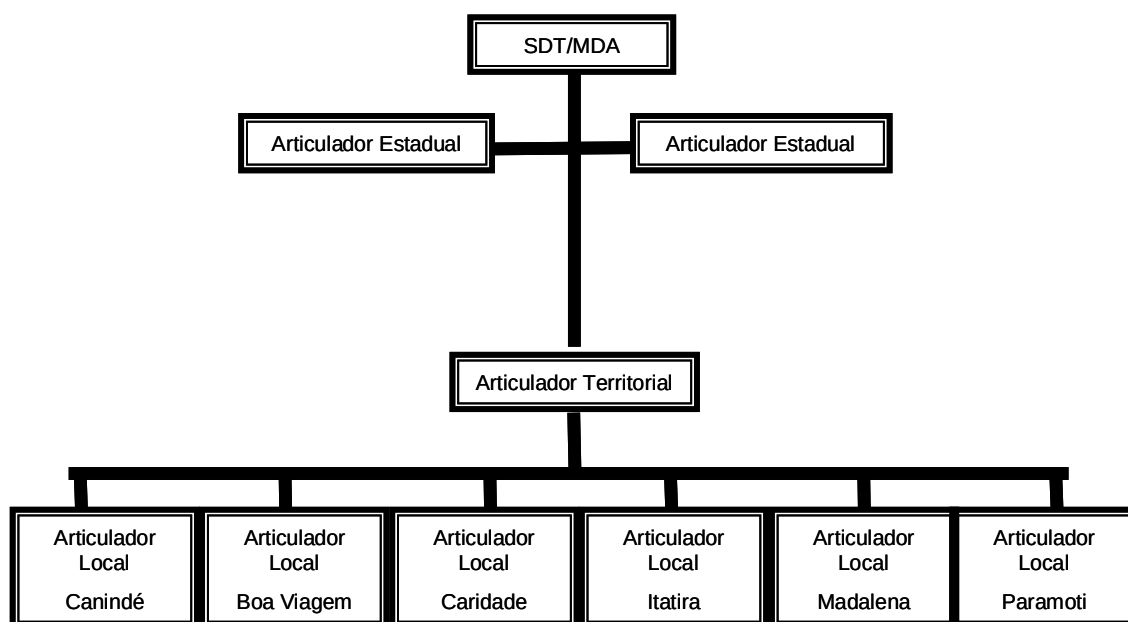


FIGURA 4 – Disposição hierárquica dos articulados segundo a SDT.
Fonte: Elaboração própria.

O eixo estratégico proposto pelo MDA em seus documentos foi o de atuar de forma coordenada com os programas (implementados em anos anteriores) e parceiros sob a responsabilidade de promover, dentro de cada um dos territórios, o tão propalado *desenvolvimento sustentável dos territórios rurais*.

Como primeiro passo, o MDA propôs, no âmbito do primeiro governo do presidente Luiz Inácio da Silva, a elaboração de *quatro diretrizes* (MDA/SDT, 2003b):

- ✦ ampliação e fortalecimento da agricultura familiar;

- ✦ reforma agrária;
- ✦ inclusão social e combate à pobreza; e
- ✦ promoção do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais.

As prioridades do primeiro momento (que mesmo passados quatro anos não apresentam resultados satisfatórios), segundo os documentos, são discutir e equacionar aqueles problemas particulares de cada território, a partir da abordagem de temas, tais como: gênero, geração, etnia, meio ambiente etc. Aos olhos do MDA/SDT, a discussão de tais peculiaridades (limitando-se aos temas retrocitados) é suficiente para atender de maneira satisfatória o desenvolvimento desses espaços.

Assim determinado, cabe à SDT, com os parceiros, promover ações preliminares de sensibilização, informação, mobilização, organização, capacitação, assessoramento técnico para diagnósticos, planejamento territorial e articulação institucional, monitoria e avaliação de cada território.

Aqui cabem dois pequenos comentários: o primeiro diz respeito às diretrizes apontadas anteriormente. Os temas propostos (e entre eles o tema reforma agrária) são trabalhos de conteúdo estruturalista e hierárquico. É formulada uma perspectiva de desenvolvimento para o campo apoiada numa reforma de mercado (com a compra e venda de terras) e na transformação da produção da agricultura familiar numa agricultura de mercado. O segundo refere-se às argumentações expostas no item 1.1 deste trabalho, onde se assegura que as determinações das diretrizes e das propostas da discussão dos temas anteriormente comentados servem como estratégia de controle social, na medida em que temas de profunda relevância para discussão dos problemas no campo não aparecem, tais como: estrutura fundiária, renda da terra, mercado de compra e venda de terras, trabalho escravo etc. Assim, se terá uma mera reprodução capitalista ampliada no meio rural.

Sobre esse assunto, vale apenas exprimir que, durante os trabalhos de campo e observações das reuniões realizadas pelo núcleo dirigente do território dos Sertões de Canindé, pouquíssimas vezes temas referentes à questão social do agricultor foram debatidos. Vistos os documentos (atas e pautas) das reuniões anteriores ao período de observação, a constatação se mantém. Tais aspectos ressaltam as afirmações de que as discussões e

projetos debatidos no interior dos territórios refletem uma preocupação meramente mercadológica com a produção nos assentamentos e nas pequenas e médias propriedades.

Outra crítica merece destaque acerca das perspectivas territorializantes do MDA: é aquela que dá destaque à heterogeneidade dos espaços. O MDA propõe em suas metas que as políticas territoriais sejam “apropriadas e específicas” para cada território, porém, sabe-se que os territórios são compostos por uma diversidade de agentes e interesses completamente distintos e conflitantes (que pouquíssimas vezes são contemplados nas discussões dos territórios). Logo, compreende-se que um olhar mais atento para o interior dos territórios será interessante para compreender melhor os problemas pelos quais passa cada um desses espaços, todavia, não se consegue determinar em que medida se torna viável, em virtude das dimensões do País.

O documento do referido Programa, no entanto, argumenta que

(...) a heterogeneidade dos territórios leva à necessidade de se formularem políticas com objetivos múltiplos e integrais, que atendam às principais demandas dos atores sociais, pois somente dessa forma será possível a formação de alianças e parcerias, que concentrem o capital social em benefício de todos. Não devem restar excluídos nem perdedores, por deficiência na formulação das políticas públicas. (MDA/SDT, 2003, p. 27).

E assim indaga-se: *a atual situação político-governamental brasileira conseguirá tal feito?* A resposta do questionamento é, todavia, complexa, porém, acredita-se que, para haver um investimento social decisivo e alcançar melhores resultados na vida das populações no campo, é necessário fornecer acesso aos serviços básicos de educação, saúde, saneamento, moradia, energia elétrica, comunicação, transporte, direito, proteção etc., sem exigir em troca que os agricultores submetam sua produção à lógica mercantil.

5.2 A ATUAÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NOS SERTÕES DE CANINDÉ: O ESTABELECIMENTO DO TERRITÓRIO

Para implementar e promover as ações do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), o MDA/SDT recomenda que cada território faça um Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). A finalidade do PTDRS é criar e garantir o apoio à institucionalidade gestora no território. Isso ocorre em dois níveis:

1. O primeiro faz referência a criação da *Comissão de Instalação de Ações Territoriais* (CIAT). Segundo os documentos do PTDRS, a CIAT representa a instância colegiada gestora do processo de desenvolvimento no território, cabendo a ela atuar decisivamente no suporte político, organizacional e técnico, especialmente nas etapas de auto-organização dos territórios.
2. O segundo diz respeito à *Instância Colegiada Territorial*. Nos documentos do PTDRS, tal instância colegiada surge quando as ações da CIAT forem concluídas. Para o PTDRS esse colegiado territorial tem o papel de integrar e legitimar as diferentes representações sociais que compõem o território, responsabilizando-se não apenas pela elaboração participativa dos planos e projetos destes espaços, mas também auxiliando e monitorando sua execução e funcionamento.

A Sugestão da SDT para a composição da CIAT, onde não exista outra institucionalidade territorial, é: 1) Núcleo de Coordenação – cuja função é de interlocução e articulação política com diversos agentes sociais, entidades públicas e privadas, dentro e fora do território. 2) Núcleo Técnico – é o braço técnico de apoio ao CIAT, assumindo as funções de formulação, execução e acompanhamento dos PTDRS, em articulação com entidades parceiras no território. 3) Grupos temáticos de caráter temporário, que opcionalmente poderão ser formados com afinidades em diversas áreas (ou dimensões), para facilitar o planejamento e o acompanhamento da execução do PTDRS.

Assim, segundo as próprias argumentações do MDA/SDT

O PTDRS é um instrumento que expressa a síntese das decisões que o conjunto dos atores sociais, em conjunto com o Estado, alcançou num dado momento no processo de planejamento do

desenvolvimento territorial. Torna-se, a partir daí, um dos instrumentos para gestão participativa do território, pois contém as diretrizes e estratégias que nortearão os rumos do desenvolvimento sustentável. (MDA/SDT, 2005, p. 14).

Observações feitas no PTDRS dos Sertões de Canindé, porém, revelam que ele não passa de uma representação do perfil socioeconômico dos municípios nele agregados, carregado de indicadores estatísticos e econômicos.

Ratificam-se, com efeito, as afirmações da estratégia do desenvolvimento territorial equivalente a de um produto que deve ser bem arquitetado com a finalidade de ser vendido. Assim, o PTDRS é uma espécie de “manual de uso dos territórios”, indicando as possibilidades, potencialidades e garantias oferecidas por parte de cada município que o compõe. Logo, cabe às empresas apenas o papel de ler os PDTRS e escolher o território que melhor lhes convém.

O PDTRS dos Sertões foi constituído sobre outro documento, publicado em dezembro de 2005, intitulado *Estudo Propositivo para Dinamização Econômica do Território dos Sertões de Canindé-CE com Foco no Desenvolvimento Rural - 1º Ciclo*. (grifou-se). Esse documento foi produzido por técnicos e articuladores com vistas a dinamizar a economia no interior do território, como o próprio título indica e, dentro dessa finalidade, é um trabalho muito bem escrito.

Como já ressaltado, no entanto, temas de relevância (a exemplo dos conflitos por terras e a concentração fundiária) não são incorporados às discussões para promoção desse *desenvolvimento rural sustentável*.

Em janeiro de 2008, o colegiado dos Sertões de Canindé passou por uma reestruturação em sua composição, definindo os seguintes procedimentos: primeiramente, foi redefinida a natureza de sua organização, denominando-se Conselho de Desenvolvimento Territorial, ficando assim designado - *Território dos Sertões de Canindé – Conselho de Desenvolvimento Territorial – CDT – SERTÕES DE CANINDÉ*. De acordo com Sergio Pinto (articulador territorial dos Sertões de Canindé), “a reconstituição do Conselho de Desenvolvimento foi aprovada, uma vez que as *comissões de instalação das ações territoriais* – CIATs – não mais correspondiam à realidade das dinâmicas desenvolvidas nos territórios”.

Em segundo lugar, foram realizadas mudanças na composição da instância há pouco citada. A proposta inicial do PTDRS para composição dos conselhos territoriais era de 1/3 das vagas serem destinadas para o Poder Público e 2/3 para a sociedade civil, no entanto, os colegiados dos territórios da cidadania adotam o critério da paridade, e, uma vez que os territórios rurais poderão ser incorporados por essa política, foi pedido que eles adotassem o mesmo critério para composição de seus núcleos.

Terceiro, foi aprovado um processo de legalização do Colegiado Territorial – na tentativa de torná-lo uma entidade jurídica, com vistas a garantir mecanismos para constituição do fundo de apoio e manutenção das ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação do processo de desenvolvimento territorial. Esse fundo de apoio representa a garantia de repasse de verbas por parte das prefeituras ao Colegiado Territorial, bem como assegura que os bens adquiridos em nome do colegiado (como veículo, computadores, motocicletas etc.) possam ser repassados para o próprio colegiado. Este é um assunto delicado do qual se tratará mais adiante.

No Quadro 02, a seguir, foram listados os membros que compõem a CIAT (Comissão de Instalação de Ações Territoriais) dos Sertões de Canindé. Parte desses membros manteve-se na composição da Instância Colegiada Territorial. Esses componentes são os responsáveis pela gestão do território, realizando todo processo de análise das demandas, confecção de projetos, realização e excussão das obras propostas.

NOME DOS ORGÃOS PÚBLICOS E ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA QUE CONPÕEM O TERRITÓRIO DOS SETORES DE CANINDÉ	PLENÁRIA GERAL	NÚCLEO TÉCNICO	TOTAL DE REPRESENTANTES NO TERRITÓRIO
Prefeitura Municipal de Canindé.	1	1	2
Prefeitura Municipal de Caridade.	1	1	2
Prefeitura Municipal de Paramoti.	1	1	2
Prefeitura Municipal de Itatira.	1	1	2
Prefeitura Municipal de Madalena.	1	1	2
Prefeitura Municipal de Boa Viagem.	1	1	2
Câmara Municipal de Madalena	1	-	1
Câmara Municipal de Canindé	1	-	1
Câmara Municipal de Caridade	-	-	-
Ceac/ Ematerce – Canindé.	1	1	2
Ceac/ Ematerce – Caridade.	1	1	2
Ceac/ Ematerce – Boa Viagem.	1	1	2
SEBRAE	1	1	2
Banco do Nordeste.	1	1	2
Banco do Brasil. (**)	1	-	1
Caixa Econômica. (**)	1	-	1
Cvt - Canindé. (**)	1	1	2
5ª CERES/ Regional Saúde	1	-	1
INCRA	1	1	2
CREDE - 07	1	1	2
MST - Regional Mandacará.	3	2	5
MST - Regional Madalena.	2	1	3
Regional do (MPA)	3	1	4
Regional da cert. Central-Fetraece	1	-	1
SINTRAF	1	-	1
Str de Canindé	1	-	1
Str de Caridade	1	-	1
Str de Paramoti.	1	-	1
Str de Itatira.	1	-	1
Str de Madalena.	1	-	1
Str de Boa Viagem.	1	-	1
Federação das Associações Comunitárias de Itatira.	1	-	1
Federação das Entidades Comunitárias de Canindé.	1	-	1
Federação das Associações Comunitárias de Boa Viagem.	1	-	1
Regional da Fetraece.	1	1	2

Continuação: QUADRO 2...

Comitê de Bacia do Rio Curú.	1	-	1
(CMDs)-Conselho Municipal de Desenv. Sust. (os seis municípios)- Canindé, Caridade, Paramoti, Itatira, Madalena e B. Viagem.	6	-	6
Paróquia de Canindé (Madalena)	1	-	1
(CPT)-Comissão Pastoral da Terra	1	-	1
(APIC) Associação dos Apicultores/ Paramoti.	1	-	1
Colônia de Pescadores de Caridade (*)	1	-	1
Colônia de Pescadores de Canindé (*)	1	-	1
Instituto Vida Melhor	1	-	1
ONG ACACE.	1	1	2
ONG CEPAC.	1	1	2
Fórum do Semi-árido (**)	1	-	1
Fórum dos Assentados (de 4 municípios- Canindé, Caridade, Itatira e Madalena)	4	-	4
TOTAIS	59	21	80

(*) Solicitando participação

(**) Foi convidado, mas não participa

QUADRO 2 – Composição da instância colegiada do Território dos Sertões de Canindé

Fonte: CIAT – CANINDÉ, novembro de 2007.

Com olhar mais atento sobre o quadro (02), vê-se claramente que parte dos membros desse colegiado tem relação direta com as prefeituras locais, havendo, portanto, pouquíssimas representações sociais (não se há de esquecer que o território dos Sertões de Canindé possui inúmeras áreas de assentamentos cuja origem sindical é variada).

É importante frisar que o total de 80 membros do colegiado, por vários motivos, é amplamente questionável. Primeiramente, deve-se observar que está sendo contabilizada a presença de pessoas que não participam (como indicam as observações marcadas no quadro). Há grupos e instituições que foram convidados, que, todavia, não participam efetivamente. Logo, não fazem parte desse colegiado. Sendo assim, para efeito de contagem, tais grupos não deveriam ser contabilizados.

Além disso, pode-se argumentar que em algumas situações o representante municipal enviado para a sessão Plenária Geral é o mesmo que representa o município no Núcleo Técnico. Assim, uma vez mais os números se tornam falsos, pois (numa situação hipotética) o componente que representa a Prefeitura e a Câmara de Canindé na Plenária Geral é o mesmo. Isto não

exclui a possibilidade de ele ser também membro do Núcleo Técnico. Dessa forma, há uma sobreposição de informações que o Quadro 02 não considera. Logo, o município tem apenas um representante no território e não dois ou três, como poderia ter (conforme indicação do Quadro 02).

Teoricamente, esse variado grupo de pessoas, organizações e instituições (juntamente com o núcleo diretor – articuladores – do território) são os responsáveis pela gestão dos Sertões de Canindé. Para o MDA/SDT (2005, p. 15), a gestão dos territórios pode ser esquematizada da maneira como mostra a Figura 05.



FIGURA 5 – Representação da gestão no desenvolvimento no Território.
Fonte: MDA/SDT, 2005, p. 15.

De acordo com a Figura 05 para que o todo – o território – funcione, é necessária a atuação de três outros níveis: a organicidade do território, composto por membros e representantes governamentais e não governamentais (a CIAT e a Instância Colegiada comentados anteriormente); os planejadores materializando seus projetos nos PTDRS e o poder do controle social, compreendido (MDA/SDT, 2005b; MDA/SDT, 2006) como uma ferramenta de participação social.

Dessa forma, percebe-se que a Figura 05 apreende os territórios com um viés sistêmico. A Figura representa um modelo da gestão de desenvolvimento territorial aplicável a qualquer contexto e recorte. Como todo modelo da gestão, ela representa a padronização dos procedimentos. Dessa forma, negam-se as proposições de que as políticas territoriais são reflexos do

local onde estão inseridas, uma vez que o modelo apresentado na Figura 05 é o molde dos territórios em todo o Brasil, desconsiderando-se completamente os aspectos sociais, políticos, econômicos, ambientais etc, presentes nas regionais do País.

É importante frisar que o conceito de controle social presente nos documentos do MDA (2003; 2003b; 2005; 2005b; 2006) difere (e muito) do conceito de controle social apropriado neste trabalho. Para o MDA/SDT, o controle social “refere-se à participação da sociedade no acompanhamento e na verificação das ações da gestão pública na execução das políticas, avaliando os objetivos, os processos e os resultados”. (MDA/SDT, 2005b, p. 27-28).

Logo, para o MDA, o controle social não se refere ao controle *das* ações sociais, mas sim ao controle *pelos* ações sociais – a sociedade que controla. Para o MDA (2005b), o controle social é a ferramenta necessária para assegurar nesse macroprocesso a gestão dos territórios, presente na Figura 3.

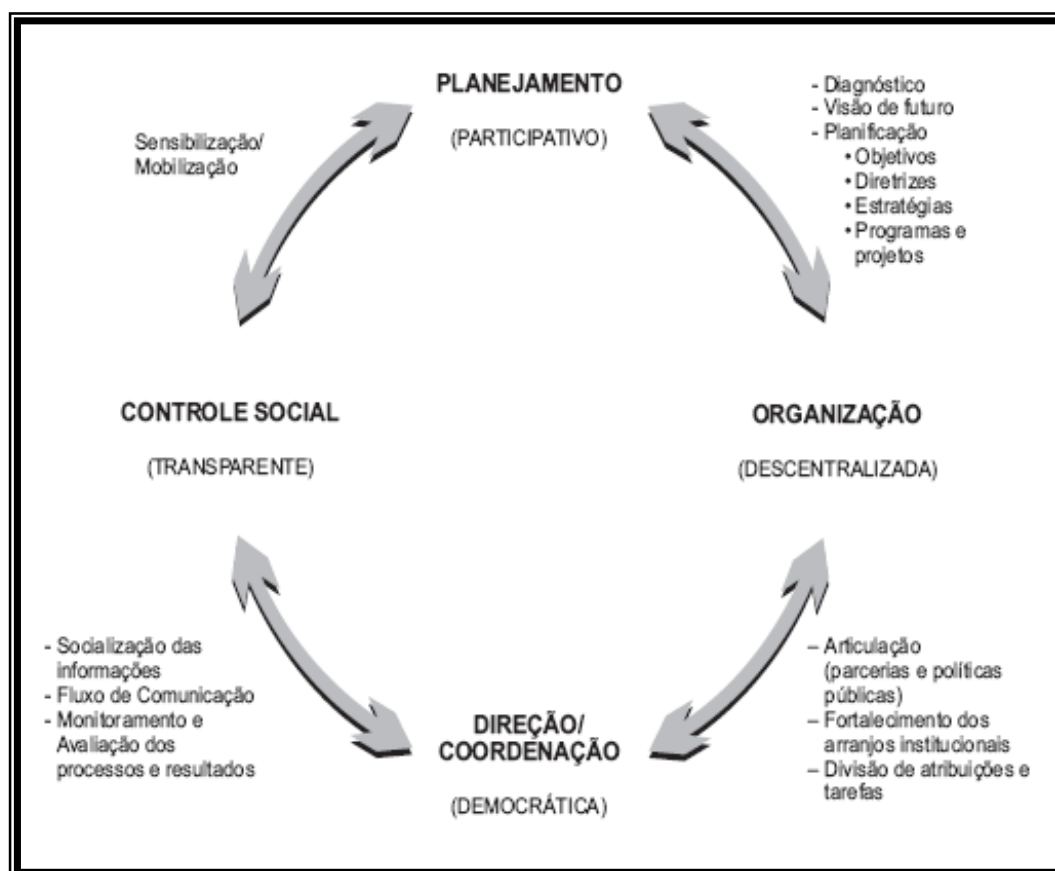


FIGURA 6 – Ciclo da Gestão para o funcionamento dos Territórios.
FONTE: MDA/SDT, 2005b, p. 16.

Para esta pesquisa, no entanto, o conceito de controle social possui outras implicações que diferem da concepção retrocitada. Acredita-se que o conceito de controle social faz referência às formas encontradas pelo poder político para construir-se como elemento coercitivo, numa sociedade, no intuito de garantir disciplina e obediência.

Palhares Moreira Reis (1978, p. 45) indica que, em “todas as formas de agrupamento social, existe um sistema de controle”. Por vezes, esse controle constitui um sistema jurídico formal que permite ao Estado exercer de modo mais saliente seu poder político coercitivo.

Nas sociedades modernas, o processo de coerção material se resume na coercibilidade, quer dizer, na possibilidade sabida por todos, da realização de uma coação física por parte do Estado, sempre que necessária. Esta coercibilidade, a possibilidade da coerção, se baseia no ordenamento do grupo, isto é, no seu sistema de Direito, que é regulador da conduta intragrupal dos membros da sociedade. Ou seja, é uma coerção possível, mas não em realização. Não precisa estar em movimento continuado, bastando que se apresente à ação sempre que se faça necessário. (PALHARES MOREIRA REIS, 1978, p. 67).

O Estado mantém em sua constituição meios legais de repressão física contra possíveis grupos que causem “transtornos à ordem e ao convívio social”, contudo, não são somente estas as formas encontradas para inibir as ações de grupos sociais. Além da coerção física e também moral, é possível fazer referência à coerção econômica e àquela que Palhares Moreira Reis (1978) chama de “a coerção com anestesia”.

Sabe-se que a coerção econômica é parte intrínseca do sistema capitalista de exploração, baseada na possibilidade de limitar (ou mesmo impedir) o acesso aos meios necessários à subsistência humana, provocando, assim, obediência e submissão. Já “a coerção com anestesia”, representa a coerção do poder midiático (das propagandas) na orientação da “conduta dos indivíduos, de forma que estes não percebam, pelo menos de imediato, que estão sofrendo esta orientação, este condicionamento”. (PALHARES MOREIRA REIS, 1978, p. 62).

Outro tipo de coerção disfarçada pode ser apresentado. É a chamada *coerção por enquadramento coletivo* (PALHARES MOREIRA REIS, 1978). Neste tipo de coerção, objetiva-se constituir coletividades relativamente pequenas, de modo a conseguir agregar grupos de indivíduos mais ou menos

homogêneos, nos quais a obediência (e a coerção) se processa de forma muito mais rápida e fácil. Este tipo de coerção por enquadramento muito lembra os territórios do MDA/SDT, definidos como espaços homogêneos de pequeno e médio porte.

Logo, a perspectiva de controle social presentes nas políticas territorializantes do MDA/SDT aproximam-se muito mais das formas de coerção física trabalhadas há pouco, do que da suposta oportunidade de controle popular pregada pelo MDA. Percebe-se que a coerção material e também moral dos indivíduos presentes nos Sertões de Canindé, enquadrando-os num processo de coerção por enquadramento coletivo, visa a manter maior controle sobre suas ações.

As condições socioeconômicas dos municípios que compõem os Sertões de Canindé, vistas no capítulo anterior, mostraram os graves e diversos problemas presentes em todas as esferas, como educação, saúde, saneamento, infraestrutura etc. Acredita-se que tais problemas servem como elementos de adequação às políticas territoriais, facilitando a implantação desse processo coercitivo.

Tais circunstâncias justificam em parte o fato de o território ser controlado por um Núcleo Técnico. O Núcleo Técnico dos Sertões de Canindé é composto por 23 integrantes que representam as seguintes instituições:

Esfera Governamental: Prefeituras Municipais: 06; Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT): 01; Centro Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE): 01; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA): 01; Banco do Nordeste do Brasil (BNB): 01; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE): 01; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE): 03; **Esfera não Governamental:** Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRs): 02; Associação de Cooperação Agrícola do Ceará (ACACE): 01; Centro de Estudos, Pesquisa e Assessoria Comunitária (CEPAC): 01; Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA): 01; Movimento dos Sem-terra (MST): 03; Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE): 01. O Núcleo possui também a figura do coordenador representado pelo Articulador Territorial (Sérgio Pinto).

O Quadro (3) a seguir é um esquema resumido de alguns dos programas e projetos aprovados nos últimos anos para a promoção do “desenvolvimento” dos Sertões de Canindé até janeiro de 2008.

EIXO AGLUTINADOR 1 – INSTITUCIONALIDADES TERRITORIAIS
Programa 1: Fortalecimento dos colegiados Territoriais, Municipais
Projeto 1: Estruturação do Escritório-sede do Conselho de Desenvolvimento do Território
Projeto 2: Incubação da nova institucionalidade para a gestão social.
Projeto 3: Revitalização dos Colegiados Municipais – CMDS.
Projeto 4: Estruturação de Comitês Setoriais para a gestão produtiva do Território.
Projeto 5: Fortalecimento dos Fóruns e Redes Temáticas
Projeto 6: Projeto de Incubação e Constituição do Consórcios Públicos Intermunicipais.
Programa 2: Bases de Serviços de Apoio ao Desenvolvimento Territorial
Projeto 1: Sistema de Formação, Capacitação e Treinamento
Projeto 2: Sistema de Assessoria Técnica
Projeto 3: Sistema de Finanças Locais
Projeto 4: Sistema de Comercialização de Agricultura Familiar e Empreendimentos Solidários.
Projeto 5: Desenvolvimento do Cooperativismo Autogestionário
EIXO AGLUTINADOR 2 – FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
Programa 1: Apoio à Produção e a Transição Agroecológica
Projeto 1: Desenvolvimento da Agricultura de Sequeiro
Projeto 2: Desenvolvimento da Agricultura Irrigada
Projeto 3: de Desenvolvimento da Apicultura e Meliponicultura
Projeto 4: Desenvolvimento da Bovinocultura Mista
Projeto 5: Desenvolvimento da Fruticultura
Projeto 6: Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura
Projeto 7: Desenvolvimento da Piscicultura
Projeto 8: Implantação de Núcleos de Avicultura Caipira
Projeto 9: Incentivo a Horticultura
Projeto 10: Modernização do Extrativismo
Programa 2: Agroindustrialização Descentralizada
Projeto 7: de Estruturação da Agroindústria do Leite
Projeto 8: Estruturação da Agroindústria do Mel
Projeto 9: Estruturação do Abatedouro de Ovinos e Caprinos
Projeto 10: Unidade de Beneficiamento de Grãos
EIXO AGLUTINADOR 3 – DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO E TURISMO
Programa 1: Apoio ao Desenvolvimento do Artesanato
Projeto 1: Fortalecimento das Organizações dos Artesãos/aos
Projeto 2: Aprimoramento da Produção Artesanal
Programa 2: Desenvolvimento do Turismo
Projeto 3: Romaria Também é turismo
Projeto 5: Projeto Turismo Rural na Agricultura Familiar.

Continuação: Quadro 3...

EIXO AGLUTINADOR 4 – REFORMA AGRÁRIA
Programa 1: Obtenção de Terras e Assentamento de Famílias
Projeto 1: Ações Preparatórias para Obtenção de Imóveis Rurais
Projeto 2: Obtenção de Imóveis e Implantação de Assentamentos
Programa 2: Recuperação dos Assentamentos
Projeto 1: Recuperação da Capacidade Produtiva
Projeto 2: Acesso à Água
Projeto 3: Uso Sustentado dos Recursos Naturais
Projeto 4: Organização, Produção e Comercialização
Programa 3: Ordenamento e Regularização Fundiária
Projeto 1: de Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural
Projeto 2: Georrefenciamento e Regularização Fundiária de Imóveis Rurais
EIXO AGLUTINADOR 05 – DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO.
Programa 1: Educação Ambiental
Projeto 1. Educação Ambiental nas Escolas
Projeto 2: Educação Ambiental nas Comunidades Rurais
Programa 2: Convivência com o Semi-árido
Projeto 1: Construção de Cisternas
Projeto 2: Construção de Mandala
Projeto 3: Barragem Subterrânea
Projeto 4: Barragem Sucessiva
Projeto 5: Captação “in situ” e Plantio Direto
Programa 3: Saneamento Ambiental Rural
Projeto 1: Coleta e Reciclagem do Lixo Rural
Projeto 2: Esgotamento e Reciclagem de Águas Servidas
Programa 4: Combate à Degradação e Desertificação
Projeto 1: Controle e Redução das Queimadas Agrícolas
Projeto de Controle e Redução do Desmatamento
Projeto 2: de Recuperação de Áreas Degradadas
Projeto 3: de Recuperação de Áreas Desertificadas
EIXO AGLUTINADOR 6 – DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Programa 1: Educação e Desenvolvimento Rural
Projeto 1: Reestruturação das escolas agrícolas
Projeto 5: Construção de Escolas Rurais
Projeto 6: Adequação dos Currículos das Escolas Rurais às Diretrizes da Educação do Campo
Programa 2: Saúde Comunitária
Projeto 1: de Resgate e Fortalecimento da Medicina Popular
Projeto 2: Melhoramento do Acesso ao SUS
Programa 3: Assistência Social e Segurança Alimentar
Projeto 1: Rede de Serviços Sócio-Assistenciais
Projeto 2: Segurança Alimentar
Programa 4: Esporte e Lazer
Projeto de Valorização das Brincadeiras Populares
Projeto de Interiorização dos Esportes

Continuação: Quadro3...

EIXO AGLUTINADOR 07 – ARTE E CULTURAL
Programa 1: Dinamização Cultural
Projeto 1: Resgate e Fortalecimento da Cultura Popular
Projeto 2: de Apoio aos Novos Talentos
Projeto 3: Acesso à Cultura Universal
Programa 2: Infra-estrutura para Atividades Culturais
Projeto 1: Aquisição de Instrumentos Musicais
Projeto 2: Bibliotecas Rurais – Arca das Letras
EIXO AGLUTINADOR 08 – GÊNERO, GERAÇÃO E ETNIA
Programa 1. Desenvolvimento Sócio-político e Produtivo para Mulheres Trabalhadoras Rurais
Projeto 1: Formação Política para Mulheres Trabalhadoras Rurais
Projeto 2: Desenvolvimento de atividades produtivas para mulheres trabalhadoras rurais.
Programa: Juventude Rural
Projeto 2: Formação de jovens rurais em desenvolvimento de sistemas produtivos agroecológicos.
EIXO AGLUTINADOR 09 – INFRA-ESTRUTURA BÁSICA
Programa 1: Integração Viária do Território
Projeto 1: Recuperação de estradas intermunicipais e de integração territorial.
Projeto 2: Recuperação de estradas intermunicipais e de integração territorial.
Programa 2: Desenvolvimento da Infraestrutura Hídrica
Projeto 1: Construção de Açudes Intermunicipais.
Projeto 2: Ampliação de Açudes Intermunicipais.
Projeto 3: Locação e Perfuração de Poços Profundos
Projeto 4: Construção de Adutoras
Programa 3: Infraestrutura elétrica
Projeto 1: Universalização das residências rurais
Projeto 2: Rede de energia elétrica para fins produtivos.

QUADRO 3 – Projetos e ações implementadas nos Sertões de Canindé.

Fonte: Dados de campo, 2008.

Para serem aprovados, os trabalhos são elaborados primeiramente na forma de pré-projetos. Quando aceitos, são elaborados os planos de trabalho (PT), onde se busca analisar as necessidades e viabilidades das propostas. Durante as formulações, é elaborado um plano de execução dos trabalhos (PAT) e, por fim, um relatório de execução (RE) da obra. Para melhor entendimento do que é pensado para os Sertões de Canindé, com base no Quadro 03 e nas informações até aqui acumuladas, alguns dos projetos implantados nos últimos quatro anos serão analisados.

5.3 OS PROJETOS APROVADOS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL PARA O “DESENVOLVIMENTO” DOS SERTÕES DE CANINDÉ

Como mostra o Quadro 3, muitos foram os projetos aprovados para os Sertões de Canindé nos últimos anos e variados foram os eixos estratégicos utilizados para se pensar tais ações. Desse emaranhado de propostas, foram pinçados seis projetos aprovados para comentar um pouco sobre eles e seus reflexos: 1) Casa de mel em Paramoti; 2) Casa de mel em Caridade; 3) Unidade de resfriamento de leite em Madalena; 4) Construção e instalação de um abatedouro-curtume de ovinos e caprinos em Canindé; 5) Construção do prédio e aquisição de equipamentos para unidade de beneficiamento de milho em Madalena; 6) Aquisição do “Kit” Feira (para comercialização da produção) e “Kit” Forragem (para o armazenamento de forragem) em Paramoti. Para escolha desses projetos, três critérios foram determinantes:

- 1) projetos que já tivessem sido aprovados pelo Núcleo Dirigente do território;
- 2) projetos cujos recursos destinados à execução da obra já estivessem liberados; e
- 3) projetos que detêm grande apoio do Núcleo Técnico e de associações no interior do território.

Os dados dos projetos expostos no item que segue foram retirados das fichas de monitoramento dos projetos apoiados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF/Infraestrutura) nos Sertões de Canindé e obtidos nas entrevistas de campo, realizadas com Sergio Pinto (o articulador do território) e demais membros do colegiado territorial.

- Casa de mel – Marilândia/Paramoti

A casa de mel foi construída no Município de Paramoti, no intuito de beneficiar 32 famílias que vivem no assentamento Marilândia, na localidade de Pitombeira. Esse projeto foi aprovado em agosto de 2006, motivado pela presença de uma associação de apicultores no Município e foi liberado um orçamento de R\$ 18.794,16 (dezoito mil setecentos e noventa e quatro reais e dezesseis centavos) para sua construção. Parte dos agricultores da comunidade foi capacitada (com cursos de apicultura) e os técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE) se ofereceram para fazer o acompanhamento da produção.



FIGURA 7: Casa de Mel no Assentamento Marilândia em Paramoti.
Fonte: Pinto, 2008.

Foi observado por parte do Núcleo Técnico do Território, contudo, uma série de erros técnicos na obra (já concluída). O teto da casa deveria ser completamente forrado, evitando que abelhas entrem na área de coleta do mel, porém, apenas o teto do alpendre está forrado, faltando todo o restante da obra. O ambiente de coleta do mel deveria ser completamente fechado, no entanto, foram colocadas portas e janelas com persianas. As pias deveriam ser bem grandes e com bancadas, facilitando a lavagem e o manuseio dos recipientes onde se guarda o mel. A rede elétrica está distante aproximadamente 200 metros da casa e a fossa foi construída sem um suspiro.

Em razão de todos estes problemas, mesmo passados dois anos do início das obras, a casa de mel ainda não se encontra em condições de uso.

Isso revela que o acompanhamento da obra é falho ou inexistente. Toda a obra deveria ser visitada, em todas suas etapas, porém, o que ocorre é que as visitas só ocorrem quando as obras já estão prontas ou atrasadas.

Os membros do Núcleo Técnico, todavia, afirmam que tais erros ocorrem porque existem faltas no diálogo entre a Prefeitura (no caso de Paramoti) e o núcleo. Segundo Sergio Pinto, “o arquiteto responsável pelo projeto deveria ter mandado uma cópia da planta da casa de mel para que o núcleo aprovasse. Coisa que não fez”. Esse não é, no entanto, um caso único. Muitos projetos aprovados para o território esbarram em problemas jurídicos ou “simplesmente” não beneficiam a quantidade de famílias que poderia beneficiar.

Segundo Sergio Pinto, “para a implantação de alguns projetos é solicitado uma contrapartida das prefeituras”. Aquela que oferecer a maior contrapartida fica com o projeto, no entanto, observa-se que é longo o tempo decorrido entre a aprovação do projeto e a implantação da obra, tornando, por vezes, o orçamento defasado. Assim, em muitas ocasiões, o custo final da obra é superior ao valor previsto no projeto inicial. É possível dizer que isso é quase uma regra nos projetos aprovados para os Sertões de Canindé. Abaixo, vê-se uma foto que divulga a construção da obra há pouco referida.



FIGURA 8: Placa divulgando o projeto da casa de mel em Paramoti.
Fonte: Pinto, 2008.

- Casa de mel – Assentamento Santo Antônio/Caridade

Para este projeto, foram previstas a aquisição de equipamentos e a construção da Casa de Mel no Assentamento Santo Antônio, no Município da Caridade. O projeto foi previsto e incorporado aos orçamentos do território no ano de 2004 com um valor de R\$ 32.080,60 (trinta e dois mil oitenta reais e sessenta centavos), contudo, a obra só foi iniciada em 2006 e foi logo paralisada (com pouco mais de 50% de concluída). Após várias reuniões e constantes cobranças dos membros do Colegiado com os gestores municipais, em agosto de 2007, a obra foi retomada, porém, continua inacabada. Segundo informações do articulador territorial Sergio Pinto, “o dinheiro teria sido repassado para a prefeitura, todavia, comentários na comunidade informam que a obra não fora terminada porque a prefeitura não teria efetuado o pagamento ao empreiteiro”; um descaso reafirmador da falta de articulação e compromisso no interior do território.



FIGURA 9: Casa de Mel no Assentamento Santo Antônio em Caridade.
Fonte: Pinto, 2008.

Apesar de serem amplamente apoiados, os projetos de apicultura aprovados – nas duas situações analisadas – apresentaram problemas de planejamento. Em caridade, a execução da obra foi excelente, mas a população que deveria ser beneficiada com a obra não o foi, pois não foram

previstos gastos para capacitar a população do assentamento para o trabalho apícola.

Segundo Sergio Pinto, a qualificação dos assentados era um projeto complementar de responsabilidade da Prefeitura de Caridade que, no entanto, não tomou providência alguma.

Quer dizer: Caridade ganhou a concessão da obra (em 2006), pelo compromisso de qualificar as famílias para o trabalho apícola, porém, em 2008 (três anos depois), com as obras concluídas, não cumpriu com seu compromisso, prejudicando seu município e o outro que poderia ter recebido a obra. Falta dialogo no interior do território. Falta articulação entre suas instâncias.

- Unidade de resfriamento de leite/Madalena

Este projeto, aprovado em julho de 2006 e financiado no valor de R\$ 22.950,00 (vinte e dois mil novecentos e cinqüenta reais), previu a aquisição de equipamentos e construção da unidade de resfriamento de leite na cidade de Madalena. A obra se encontra concluída, porém, observam-se dois problemas na implantação desse projeto. O primeiro diz respeito à localização escolhida para construção do prédio – a Sede do Município. Madalena é um município pequeno e essencialmente rural (ver Gráfico 05). Dentro do perfil do IBGE (2000), é o mais rural dos municípios que compõem os Sertões de Canindé, todavia, escolheu-se o núcleo urbano do Município para construção da Unidade de resfriamento de leite – uma típica atividade rural. É imperativo, no entanto, que pouco tempo depois ser colhido, o leite deve ser resfriado, em razão de sua elevada condição de perecibilidade. Logo, a localização da unidade de resfriamento no perímetro urbano do Município representa um agravante na qualidade do leite.

O segundo problema, não menos importante do que o primeiro, diz respeito à não-qualificação de mão-de-obra no Município para operar os equipamentos solicitados. Essa não-qualificação da mão-de-obra reflete diretamente a má utilização dos equipamentos adquiridos.

A frequência de equívocos dessa natureza ressalta a falta de dialogo entre as várias instâncias responsáveis pelo desenvolvimento territorial, no

entanto, os mais prejudicados são sempre os agricultores que continuam alheios ao processo.



FIGURA 10: Tanque na Unidade de resfriamento de Leite em Madalena.
Fonte: Pinto, 2008.



FIGURA 11: Unidade de resfriamento de leite em Madalena.
Fonte: Pinto, 2008.

Abatedouro e Curtume de ovinos e caprinos/ Canindé

Esse é um dos projetos mais antigos do território, aprovado no orçamento de 2003, com um custo de R\$ 256.455,50 (duzentos e cinquenta e seis mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos) que prevê a construção e instalação de um abatedouro e curtume de ovinos e caprinos na cidade de Canindé mais a capacitação da mão-de-obra para trabalhar no prédio. A pretensão é beneficiar as populações dos seis municípios que compõem o território dos Sertões de Canindé. Apesar da aprovação em 2003, somente no ano de 2006 suas obras foram iniciadas, no entanto, uma auditoria do Ministério Público constatou irregularidades nos contratos firmados pela Prefeitura de Canindé, resultando no cancelamento do contrato.

Em 2007, nova licitação foi publicada pela Prefeitura de Canindé, porém nenhuma empresa se inscreveu. Segundo Sergio Pinto, “a empresa que iniciou as obras entrou com ação judicial junto a Caixa Econômica Federal para receber pelos trabalhos executados”. Para os assessores da Prefeitura e o arquiteto responsável pela obra, era preciso refazer o projeto (o que implica um novo orçamento) e uma nova licitação. O valor final da obra ficou avaliado em R\$ 415.527,48 (quatrocentos e quinze mil quinhentos e vinte e sete reais e quarenta e oito centavos), porém, até o ano de 2008, já haviam sido liberados mais de 390 mil reais, no entanto, o projeto encontra-se parado com menos de 50% das obras concluídas (ver Figura 12).

Esse é um projeto pelo qual o território demonstra grande interesse. As razões são claras, pois um dos carros-chefes do projeto de desenvolvimento da agricultura familiar para o território é a organização de uma Rede de Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura (ver Quadro 03. Eixo Aglutinador 02 - Projeto 6).

Apesar do interesse coletivo pela conclusão dessa obra, porém, uma vez mais é possível visualizar o grau de desarticulação entre as prefeituras e demais organismos gestores do desenvolvimento territorial. Não há por parte das demais prefeituras uma cobrança para com os gestores de Canindé. Além do mais, a Prefeitura de Canindé sequer repassa as informações necessárias

para o entendimento da situação. Tudo caminha às escuras e as informações, por vezes, chegam por boatos.



FIGURA 12: Abatedouro em Canindé.
Fonte: Pinto, 2008.

Unidade de beneficiamento de milho/ Madalena

Esse projeto previu a construção do prédio e a aquisição de equipamentos para a unidade de beneficiamento de milho na comunidade de Salgadinho, no Município de Madalena. O projeto foi aprovado no ano de 2007, com um orçamento inicial de R\$ 46.269,66 (quarenta e seis mil duzentos e sessenta e nove reais e sessenta e seis centavos). Em fevereiro de 2007, foram iniciadas as obras e concluídas em 2008, todavia foi utilizado um recurso na ordem de R\$ 76.448,66 (setenta e seis mil quatrocentos e quarenta e oito reais e sessenta e seis centavos) para sua instalação – uma diferença de R\$ 30.179,00 (trinta mil cento e setenta e nove reais). Nesse projeto, a exemplo da Casa de Mel em Caridade ou da Unidade de leite em Madalena, a população da comunidade não foi capacitada para operar a maquinaria adquirida. Houve apenas uma qualificação (de 40h) com técnicas de beneficiamento e conservação do milho.

Em visita à comunidade, ouviram-se alguns críticas sobre a obra. Na opinião de algumas pessoas, a unidade de beneficiamento foi construída muito próxima das casas, e por, isso o barulho das máquinas e o farelo do milho prejudicam algumas residências.

A execução da obra em lugar inadequado mostra que a parceria entre as prefeituras e demais órgãos técnicos governamentais (EMATERCE, SEBRAE etc) também apresenta falhas. Sabe-se que as prefeituras optam por utilizar os técnicos de seu quadro de funcionários (ou mesmo terceirizado) em vez de contatar os órgãos técnicos parceiros na gestão do território. Os resultados, como se vê, são os erros apresentados.



FIGURA 13: Unidade de beneficiamento de milho em Madalena.
Fonte: Pinto, 2008.



FIGURA 14: Balança da Unidade de Milho.
Fonte: Pinto, 2008



FIGURA 15: Máquina para o beneficiamento do milho.
Fonte: Pinto, 2008



Figura 16: Agricultor de Madalena qualificado para o beneficiamento do milho.
Fonte: Pinto, 2008.

É importante enfatizar que este treinamento técnico se apresenta como elemento favorável na implementação e reprodução da dimensão territorial apropriada pelas políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

“Kit” Feira e o “Kit” Forragem/ Paramoti

Aquisição de “Kit” Feira e “Kit” Forragem é um projeto pensado para dar suporte à comercialização e armazenamento da produção dos agricultores de todo o território. Paramoti foi o município que primeiro adquiriu estes “kits” e por vezes empresta este material aos demais municípios que compõem os Sertões de Canindé. Este projeto foi aprovado no orçamento de 2005 e efetivado no ano de 2006, com um financiamento no valor de R\$ 38.348,95 (trinta e oito mil trezentos e quarenta e oito reais e noventa e cinco centavos).



Figura 17 e 18: Comercialização da produção agrícola nas feiras realizadas pelo território.
Fonte: Pinto, 2008.

O “Kit” Feira é composto por barracas, lonas, carros e outros itens necessários para o transporte e exposição dos produtos comercializados. Os agricultores são convidados a levar seus produtos para as feiras realizadas nos municípios. Há uma rotatividade do “Kit”, dos agricultores (feirantes) e das localidades onde ocorrem as feiras.

Assim, as feiras ocorrem em todos os municípios do Território e, por vezes, fora dele. A estratégia é criar as condições necessárias para que o produtor venda sua produção diretamente ao consumidor final, sem a figura tão criticada do atravessador. Em Canindé, por exemplo, todas as quartas-feiras, é realizada a feira mostrada nas fotos. Nos outros dias, o “Kit” é repassado para os outros municípios (se assim for solicitado).

O “Kit” Forragem funciona como projeto complementar ao “Kit” Feira. Ele prevê a compra de equipamentos para a produção de forragem e feno para a alimentação dos animais que também serão comercializados.

Não há dúvidas de que este é um bom projeto, pois garante maior rentabilidade da produção ao agricultor, uma vez que elimina a figura nefasta do atravessador. É inegável, todavia, também que este plano funciona como estratégia de comercialização complementar aos projetos retrocitados.

Ademais, a produção de mel, beneficiamento do milho e do leite, são projetos que visivelmente não se destinam diretamente ao consumo do produtor e sim a venda. Nessa lógica, nada mais óbvio do que criar estratégias de comercialização necessárias e complementares a este tipo de produção.

Como foi argumentado, esses são apenas alguns dos projetos implantados, pois são diversas as propostas. A seguir, estão expostos as principais ações e investimentos no território dos Sertões de Canindé.

MUNICÍPIO	VALOR (R\$)	Nº DE PROJETOS CANCELADO	PROJETOS IMPLANTADOS	OUTRAS SITUAÇÕES
Canindé	439.151,25	04	Nenhum	Um projeto em processo de licitação para compra de uma trilhadeira, 2-motos e equipamentos apícolas.
Caridade	93.227,00	02	Casa de mel Sto. Antônio 90% executado	Um projeto em processo de licitação para compra de 3 motos, equipamentos apícolas)
Boa Viagem	153.116,25	02	Açude – Passagem molhada e horto de plantas medicinais	Um projeto em processo de licitação para comprar 3 motos, equipamentos apícolas.
Itatira	395.182,95	03	03- casas Mel (com recursos próprios)	Dois projetos em processo de licitação para comprar veículos, material de Escritório, trilhadeira e construir uma Casa de mel.
Madalena	182.821,95	01	Tanque resfria. leite e Fabrica Beneficiamento de milho	Um projeto em processo de contratação para comprar 3 motos e equipamentos apícolas.
Paramoti	282.895,00	Nenhum	Kit. Feira, Kit. Forragem, veículos e material agência e Banco Comunitário.	Dois projetos em processo de licitação para comprar uma F-4000, construir cisternas nas escolas e uma Casa de mel.
TOTAL	1.546.394,40	12	07	08

QUADRO 4 – Orçamentos e quantidades de projetos para os Sertões de Canindé no período 2007/2008.

Fonte: Dados de campo, 2008.

Esses valores que aparecem no Quadro 04 mostram que os recursos liberados para os Sertões de Canindé não são poucos, todavia, é possível visualizar que muitos projetos foram feitos, discutidos e aprovados, no entanto, acabam sendo cancelados, por motivos variados, tais como: falta de documentação, falta de estudos, irregularidades etc.

No Quadro 5, é possível observar o conjunto dos projetos contratados no ano de 2007 pela fonte do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) - 2007 e seus respectivos valores.

AÇÕES DE INVESTIMENTO	METAS	VALOR	TERRITÓRIO
Agregação de valor a produção de mel	Aquisição de um equipamentos apícolas	14.000,00	Canindé
Agregação de valor a produção de mel	Aquisição de um equipamentos apícolas	14.000,00	Canindé
Agregação de valor a produção de mel	Aquisição de um equipamentos apícolas	14.000,00	Canindé
Agregação de valor a produção de mel	Construção de um casas de mel	22.000,00	Canindé
Agregação de valor a produção de mamona	Aquisição de uma trilhadeira de mamona	22.000,00	Canindé
Assistência Técnica	Aquisição de 3 motocicletas	26.400,00	Canindé
Assistência Técnica	Aquisição de 2 motocicletas	18.000,00	Canindé
Assistência Técnica	Aquisição de 3 motocicletas	26.400,00	Canindé
Assistência Técnica	Aquisição de 2 motocicletas	18.000,00	Canindé
Assistência Técnica	Aquisição de 2 motocicletas	18.000,00	Canindé
Estruturação do Colegiado Territorial	Isntalação da SEDE (Computado, mesa, armário, birô, telefone e cadeira)	10.000,00	Canindé
Estruturação do Colegiado Territorial	Aquisição de 1 veículo	25.000,00	Canindé
TOTAL		227.800,00	

QUADRO 5 – Ações e investimentos aprovados para os Sertões de Canindé no ano 2007.
Fonte: Dados de campo, 2008.

No ano de 2007, o custo de todos os projetos aprovados para o Ceará pela fonte PROINF foi da ordem de R\$ 3.031.430,00 (três milhões trinta e um mil quatrocentos e trinta reais). Dessa quantia, como foi exposto no Quadro 05, os Sertões de Canindé ficaram com R\$ 227.800,00 (duzentos e vinte e sete mil e oitocentos reais), um percentual de 7,5% do montante.

5.4 DIFICULDADES E DESAFIOS PARA A ARTICULAÇÃO TERRITORIAL

A análise dos projetos retrocitados mostra que são muitas as dificuldades encontradas para funcionamento do território dos Sertões de Canindé. O próprio núcleo dirigente, na figura de seu articulador Sérgio Pinto, expôs em reunião (em junho de 2008 em Canindé) as seguintes

argumentações sobre as preocupações, dificuldades e desafios na execução dos projetos:

Dificuldades:

- ajustar os instrumentos, procedimentos metodológicos e recursos à realidade das demandas dos territórios;
- priorizar as atividades de animação territorial com as entidades/ONGs estabelecidas no território;
- criar comitês/ fóruns territoriais, ex. Cultura, Educação do Campo e outros;
- implantar projetos Intermunicipais, formação de consórcios e outros;
- buscar parcerias com as instituições do Governo para implantar o projeto de reestruturação fundiária e criação de reservas florestais;
- implantar projetos com novas matrizes tecnológicas nas áreas de assentamentos de reforma agrária e alavancar o processo de desenvolvimento deste setor;
- fortalecer parcerias com o 3º setor, criando uma rede de ONGs de apoio ao desenvolvimento territorial;
- elaboração dos planos municipais de apoio à agricultura;
- criar ações de monitoramento do desenvolvimento rural sustentável nos municípios pelos conselhos municipais;
- assegurar a ampliação da representação de outros segmentos da sociedade na organização do território (igrejas, CEF, DNOCS, CDL e outros); e
- buscar o compromisso dos gestores municipais com a agricultura familiar na execução dos Proinfras.

Desafios

- dialogar a estratégia territorial, mobilizando outras secretarias municipais (além da Secretária de Agricultura) como Educação, Saúde para a realização de ações conjuntas e articuladas;
- qualificar o processo de articulação das políticas públicas, considerando as demandas dos territórios presentes no PTDRS;
- Qualificar a execução de ações que levem ao desenvolvimento rural nos municípios, com a estruturação das Secretarias de Agricultura e Recursos Hídricos e fortalecimento dos CMDSS;
- organizar ponto de referência para estruturar e dar condições logísticas ao funcionamento do colegiado territorial;
- autossustentação do colegiado territorial;
- processo de implementação dos Proinf; e
- sensibilizar os prefeitos e vereadores para criar espaço para essa novas institucionalidade – associação territorial.

Acredita-se que tais dificuldades surgem pelo fato de que a articulação territorial passa apenas pelo “simples” funcionamento dos projetos e não necessariamente pelo que é exigido, pelo que demanda o território.

Essas observações – importantes – que mostram as dificuldades de articulação do território dos Sertões de Canindé são indicações de seus dirigentes. São observações e conclusões das pessoas que vivem o território, que “constroem” o território. Tais indícios mostram que não é fácil legitimar esse novo recorte. Não há uma manifestação formal de repúdio ao território, assim como não há uma total aceitação dele. Com efeito, pode-se perguntar: até que ponto existe o território dos Sertões de Canindé? Até que ponto ele é aceito?

Em campo foi possível observar que, entre os principais desafios encontrados no estabelecimento do território, está a legitimação do recorte criado. Segundo o articulador Sérgio Pinto, “mesmo o grupo de prefeitos e vereadores insistem em não dar apoio ao território”, o que dificulta as ações,

pois, por exemplo, como implantar uma casa de mel no território dos Sertões de Canindé que juridicamente não existe.

Sabe-se que legalmente os recortes que existem são aqueles reconhecidos e delimitados juridicamente: estados, municípios e distritos. Sendo assim, um projeto aprovado para os Sertões de Canindé deve ser alocado em um dos municípios que o compõem, e isso é um problema.

Quando o projeto é aprovado, deve ser implantado em um dos municípios que compõem o território. O município escolhido (está-se aqui fazendo referência à prefeitura) é o responsável pela administração e execução das obras. Logo, são os responsáveis pelas verbas, contratos e licitações necessárias à implantação dos projetos. Se a obra é executada em determinado município e administrado pela Prefeitura deste, logo a obra legalmente é parte do patrimônio desse Governo. Assim, como garantir ampla coletividade (territorial) se as responsabilidades não o são?

Para facilitar o que se quer dizer, reflita-se num caso – hipotético – de um carro (uma F-4000 da Ford) adquirido por um município dos Sertões de Canindé para fazer o transporte da produção dos agricultores para as feiras. Esse carro foi comprado com verbas que pertencem a todo o território, porém, como já adiantado, o território não tem legalidade jurídica. Nesse caso, qualquer problema que ocorra (defeito ou acidente) quem é o responsável? Obviamente, é o município que tem a posse do bem. Estas argumentações são apropriadas por parte de algumas prefeituras para justificar a não-socialização dos bens adquiridos em nome do território.

Para solucionar esse problema, o colegiado territorial dos Sertões de Canindé propôs às prefeituras torná-lo uma instituição jurídica, no intuito de legalizar seus atributos diante das ações do Estado, todavia, até o fim do ano de 2008, parte dos municípios não havia ratificado tal acordo.

Ademais, foi possível observar que as últimas benfeitorias adquiridas pelos municípios foram utilizadas como estratégia de campanha para as eleições municipais de 2008. Muitas pessoas, mesmo sabendo da existência dos territórios, não têm noção do montante disponibilizado para a execução dos projetos (já que não são divulgados). Essa falta de conhecimento é utilizada para vincular determinados partidos políticos a obras que eles não fizeram.

Assim, vê-se no discurso ideológico desenvolvimentista das políticas territoriais que existem mais falácias do que ações. Pouquíssimos resultados podem ser observados, porém, mesmo sem grandes implicações, esta é uma política em ascensão com crescentes incentivos. O exemplo advém da criação dos Territórios da Cidadania (que, se diga de passagem é o sonho de todo território, uma vez que representa a obtenção de mais verbas).

Dessa forma, mesmo sem grandes resultados, existe a pretensão de se ampliar o número de territórios existente em todo o País. No Ceará, por exemplo, pretende-se dividir todo o Estado em territórios. Isso ocorreria de maneira conjunta envolvendo três políticas territoriais: as políticas territoriais do MDA (estudos neste trabalho), as políticas dos territórios da cidadania e novos territórios criados pela Secretária de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará (ver Quadro 06 e Figura 20).

Acredita-se, entretanto, que essa rápida ampliação de investimentos no desenvolvimento territorial é um indicativo de que a política já possui rumo certo: as orientações do Banco Mundial para investir nessa linha ação. Isso justifica o investimento crescente de verbas em ações que mostraram tão poucos resultados. Por estes motivos, acredita-se que é precipitada a ação de criar mais esses territórios, pois muitos outros estudos são necessários e por este motivo repudia-se tal ampliação.

Território	Municípios
Cariri (1)	<i>Abaira, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Grajeiro, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Ponteiros, Potengi, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas.</i>
Chapada da Ibiapaba (2)	<i>Carnaubal, Croata, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, São Benedito, Tiaguá, Ubajara, Viçosa do Ceará.</i>
Litoral Leste (3)	<i>Aracati, Beberibe, Cascavel, Fortim, Icapuí, Itaiçaba, Jaguaruana, Palhano, Pindoretama.</i>
Litoral Extremo Oeste (4)	<i>Acaraú, Barroquinha, Bela Cruz, Camocim, Chaval, Cruz, Granja, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Uruoca, Martinópolis, Morrinhos.</i>
Itapipoca (5)	<i>Amontada, Apuiarés, General Sampaio, Irauçuba, Itapagé, Itapipoca, Itarema, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, São Luiz do Curu, Tejuçuoca, Trairi, Tururu, Umirim, Uburetama, Miraima, São Gonçalo do Amarante.</i>
Maciço de Baturité (6)	<i>Acarapé, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia, Redenção, Itapiuna.</i>
Médio Jaguaribe (7)	<i>Alto Santo, Ererê, Iracema, Jaguaribara, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Potiretama, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte, Jaguaratama, Ibicuitinga, Jaguaribe, Pereiro.</i>
Região Metropolitana de Fortaleza – RMF (8)	<i>Aquiraz, Caucaia, Charoizinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba.</i>
Sertão Central (9)	<i>Banabuiu, Mombaça, Piquet Carneiro, Senador Pompeu, Choro, Ibaretama, Milhã, Solonópolis, Dep. Irapuan Pinheiro, Pedra Branca, Quixadá, Quixeramobim.</i>
Sertão do Centro Sul (10)	<i>Acopiara, Cariús, Catarina, Cedro, Ico, Iguatu, Jucás, Orós, Quixelô, Saboeiro, Ipaumirim, Lavras da Mangabeira, Várzea Alegre, Umari, Baixo.</i>
Sertões de Inhamuns-Crateús (11)	<i>Ararendá, Crateús, Independência, Ipaporanga, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Novo Oriente, Poranga, Tamboril, Aiuaba, Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis, Tauá, Ipú, Pires Ferreira, Hidrolândia, Santa Quitéria, Catunda.</i>
Sertões de Canindé (12)	<i>Canindé, Paramoti, Caridade, Itatira, Madalena, Boa Viagem.</i>
Sertões de Sobral (13)	<i>Senador Sá, Santana do Acaraú, Massapé, Moraújo, Coreaú, Meruoca, Alcântaras, Sobral, Frecheirinha, Forquilha, Groaíras, Cariré, Varjota, Reriutaba, Graça, Pacujá, Mucambo.</i>

QUADRO 6 – Proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Secretaria de Desenvolvimento Agrário para divisão do Estado cearense em territórios rurais.

Fonte: Dados do MDA de 2008.

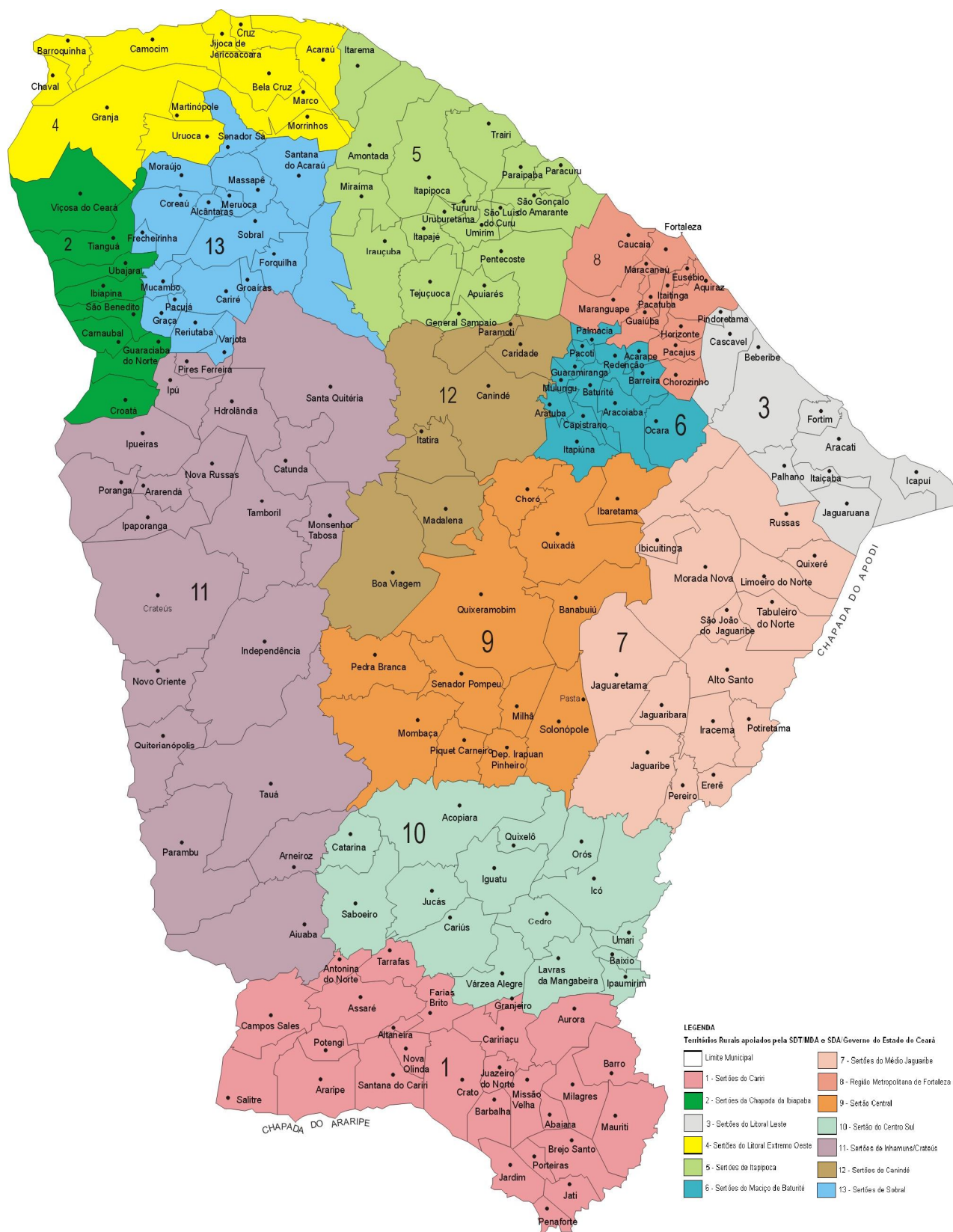


FIGURA 19 – Proposta de Territorialização conjunta da SDA/MDA e SDA/Governo do Estado.
 FONTE: Dados campo, 2008

É preciso atentar para o fato de que incentivar as políticas territoriais é também estimular a persistência das bases do Estado Territorial Moderno Centralizado, que nega a diversidade das formas de organização e apropriação dos recursos e dos espaços etc; é dar apoio ao grande capital agrícola monocultor.

Logo, o que esta em risco não é somente a extirpação das comunidades camponesas (o que já seria muito), mas também a produção de alimentos para a humanidade, como indica Porto-Gonçalves (2006).

CONCLUSÃO

O desenvolvimento continua sendo importante instrumento de aquecimento econômico para permitir a aceleração da reprodução do capital. A realização de empréstimos e de incentivos para a construção de infra-estruturas que visam a dinamizar o setor produtivo, supostamente melhorando o desempenho dos territórios e reduzindo os níveis de pobreza, são algumas das estratégias utilizadas na promoção dessas melhorias.

Observa-se, todavia, que essas aplicações de recursos que aceleram a circulação, a reprodução e a acumulação do capital não necessariamente alteram os quadros sociais de modo geral, e, em específico, dos Sertões de Canindé.

Por isso, afere-se que o discurso do desenvolvimento, como empreendimento vantajoso para muitos, para a maioria da população brasileira (pobre) que recebe os investimentos, não se realiza a contento, uma vez que não ocorrem melhorias significativas no modo de vida da população mais carente, sequer no oferecimento dos serviços básicos de educação, saúde, moradia, saneamento e outros.

Assim, pode-se dizer que a adesão às políticas de desenvolvimento sustentável de territórios rurais não é uma garantia de melhorias para as populações dos municípios que compõem os Sertões de Canindé, nem para a natureza que continua sendo explorada como mera fonte de recursos.

No intuito de se manter como benefício para uns poucos, o desenvolvimento cada vez mais aprimora seu viés de controle social, dado que a reprodução do capital que comporta o desenvolvimento se afiança mediante hábeis estratégias de mascaramento de seus verdadeiros objetivos. E, ao mesmo tempo, fortalece uma ordem social amplamente funcional aos interesses dos grupos dominantes, mantenedores da estrutura social desigual. Sendo assim, a estratégia de controle social se hipertrofia, possibilitando a reprodução e a acumulação desigual do capital e, acima disso, a manutenção da ordem social vigente.

Logo, a noção de desenvolvimento territorial sustentável é muito mais contígua à ideia tradicional de desenvolvimento do que apartada, tendo em vista o viés econômico que a comporta. Assim, a atribuição desse conceito ao mundo rural brasileiro deve ser concebida como a ampliação das relações capitalistas sobre o campo.

Dessa maneira, o conceito de território sustentável como promoção do camponês – se assim se pode dizer –, põe a todos, mais uma vez, diante das crescentes ideias globalizantes dos movimentos neoliberalistas, que insistem em proclamar a superioridade do sistema de mercado, supostamente mais eficiente na alocação de recursos e no atendimento das “novas necessidades” dos consumidores.

A recuperação histórica e bibliográfica feita, porém, sobre a atuação das políticas de desenvolvimento para o campo no Brasil permite concluir que a racionalização funcional do mercado, que teoricamente deveria assegurar a liberdade individual via competição (dado que a concorrência é livre), se manifesta à luz dos crescentes desempregados e deserdados, subjugados sob todas as formas, como ferramenta de manipulação, sufocando as demais formas de organização social e política. Destaque-se, neste caso, o rural brasileiro, com ênfase nos Sertões de Canindé, no interior do Ceará.

É interessante observar que esse mesmo movimento neoliberalista é o criador dos ideais do *desenvolvimento sustentável de territórios rurais*, forjando um contexto de debates para questionar as várias funções do Estado na economia e na sociedade moderna. Apesar de apontar os territórios sustentáveis como os “novos rumos” para o desenvolvimento, no entanto, em momento algum o modelo anterior é questionado por esses teóricos (ABRAMOVAY, 2000; SCHNEIDER, 2005; VEIGA, 2001).

Dessa forma, o mecanismo de criação dos territórios sustentáveis é apenas mais um passo desse movimento neoliberalista, expansionista dos ditames capitalistas no campo. Neste sentido, o modelo do desenvolvimento territorial promove a substituição da produção de subsistência pela produção mercadológica. Do mesmo modo, incentiva as monoculturas em detrimento das policulturas.

Do ponto de vista social, essa é uma mudança radical na vida do pequeno produtor rural, dado que a monocultura de alimentos representa a

negação total da busca e da garantia da segurança alimentar do grupo familiar, visto que, por definição, a monocultura não objetiva a produção alimentar para quem produz, mas sim a mercantilização daquilo que é produzido.

Diante das afirmações, uma coisa é certa: o novo advento do desenvolvimento territorial cria relações nas quais o processo produtivo passa a depender cada vez mais de algumas poucas corporações que, por sua vez, passam a deter posição privilegiada nas relações sociais de produção e de poder que se conformam.

Com efeito, pode-se afirmar que, à medida que o componente técnico-científico passa a se tornar mais importante no processo produtivo, maior será o poder das indústrias de alta tecnologia que passam a comandar os processos de normatização da produção. É assim que o desenvolvimento busca, nos preceitos técnicos e científicos, se firmar como condição *sine qua non* no enfrentamento da pobreza, miséria e fome. Dessa forma, pouco a pouco, o pensamento de que as mazelas da humanidade são problemas sociais e políticos, se desloca para a dimensão técnico-científica, como se esta estivesse à margem das demais relações sociais, políticas e de poder.

Movidos por esse pensamento, os agentes gestores do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) criam e articulam os territórios no Brasil. E isso não é diferente nos Sertões de Canindé. Nesse, os projetos são elaborados no intuito de fortalecer as relações mercantis, propondo ampla tecnificação da produção. Isso ficou claro quando foram expostos os projetos de beneficiamento de produtos como milho, leite, mel etc. e o incentivo à comercialização com a realização das feiras municipais e intermunicipais.

É sabido que o beneficiamento da produção tem por finalidade diminuir a perecibilidade da produção e ampliar o preço do produto, todavia, qual o interesse do agricultor familiar em ampliar o preço da produção de subsistência? Por que projetos dessa natureza são aprovados?

Dentro da lógica da agricultura familiar, cuja produção destina-se ao abastecimento da familiar, não faz sentido algum propor produzir além da capacidade de consumo e a venda do excedente para o abastecimento local. Projetos dessa natureza, entretanto, são aprovados porque não há uma participação efetiva das comunidades rurais durante as etapas de preparação de propostas para os Sertões de Canindé. É preciso deixar claro que a

determinação de aumentar ou não a produtividade é uma decisão que cabe exclusivamente ao agricultor e **não** ao Estado.

Percebe-se, no entanto, que a expansão do modelo capitalista agrário ignora completamente outras formas de uso da terra e, por sua própria lógica, não democratiza seus benefícios, dado que é preciso um volume intenso de capital para ter acesso ao pacote tecnológico e acender ao mercado.

Assim, os ideais de progresso e desenvolvimento criados para o campo brasileiro baseiam-se em critérios cuja referência é o perfil técnico-ideológico do agricultor familiar. Dessa forma, o que importa é a capacidade produtiva do agricultor e as possibilidades de seu desempenho no mercado, o que, do ponto de vista social e ambiental, representa graves custos.

Durante os trabalhos de campo vieram à tona os articuladores locais do núcleo dirigente dos Sertões de Canindé, e realmente foi possível confirmar – como apontam os documentos da SDT/MDA – que estes articuladores são pessoas que vivem a realidade do território, vindas dos vários municípios que o compõem. E mais, grande parte desses articuladores vive no campo ou tem uma ligação muito forte com ele.

A título de exemplificação, o articulador territorial Sérgio Pinto é membro do Movimento dos Sem-Terra e reside num assentamento. Logo, não restam dúvidas de que esta pessoa tem um compromisso sério com o meio rural e com as pessoas que nele vivem, haja vista ter conhecimento de causa por experiência vivida, além da militância. Percebe-se, no entanto, que a frequente participação as reuniões da SDT/MDA condiciona os articuladores a seguirem sob a égide do paradigma do capitalismo agrário, fato este que explica o viés mercantilista dos projetos aprovados para os Sertões de Canindé.

Qual o agricultor que não sonha ver sua terras produzindo? Acredita-se que nenhum! Todo aquele que vive da terra se orgulha de sua produção. A convivência com os membros do Núcleo Dirigentes do Território dos Sertões de Canindé mostrou que, nestes casos, essas pessoas se orgulham em ajudar na melhoria das condições de produção dos municípios que compõem o território.

Acredita-se, no entanto, que essas pessoas são impulsionadas – pela SDT/MDA - a pensar as transformações para o campo com base em uma

temporalidade abstrata – a da acumulação de capital sob a forma de dinheiro – e sua dimensão mercantil.

Dessa forma, observa-se a manutenção de alguns dos impasses nunca resolvidos existentes no modelo agrário brasileiro e o modo como este amplia – ou mantém – a desigual estrutura fundiária no Brasil, uma vez que não foram observadas mudanças positivas significativas na vida dos moradores dos Sertões de Canindé, haja vista os dados socioeconômicos apresentados no capítulo 3.

Deste modo, considera-se que as políticas territoriais promovem o fortalecimento das relações capitalistas em detrimento das relações não capitalistas, por mais que seja usado o (falso) discurso do “empoderamento” dos trabalhadores rurais. Assim, há uma promoção de políticas de expropriação dos trabalhadores rurais, que perdem seus territórios para o território do capital.

Com efeito, afirma-se que o território dos Sertões de Canindé não corresponde à proposta lançada pelo MDA, que vislumbra a articulação entre o Núcleo Técnico, a sociedade civil e seus articuladores. Percebe-se, ao revés, que a dimensão de “território” nos Sertões de Canindé passa pelo “simples” funcionamento da aprovação de projetos, que negam por completo os conflitos internos. Os diversos e frequentes problemas viventes nesse recorte é a prova concreta da falta de articulação para conformação do território. Essa não-completude territorial deve ser encarada como o resultado da anulação de processos intrínsecos à dimensão territorial, uma vez que as relações socio-territoriais, culturais, ambientais e econômicas internas ao território foram desconsideradas.

É possível também questionar a constituição, manutenção e eficácia dos projetos aprovados para esse recorte. Não há dúvidas de que os recursos financeiros chegam ao território e que de certa forma são empregados na implantação das ações projetadas, todavia, é imperativo afirmar que tais investimentos servem muito mais para maquiagem as desigualdades regionais do que para melhorar a vida da população camponesa.

Nega-se o fato de que o território do campesinato difere do território do capital, haja vista as relações sociais neles estabelecidas. Ao passo que o primeiro busca desenvolver seu território para a subsistência, o segundo

organiza seu território para a produção de mercadorias. O que se tem, então, é uma disputa entre o território do campesinato e o território do capital.

Por conseguinte, a questão a ser resolvida pelo modelo agrário brasileiro, movido pela acumulação de capital, não diz simplesmente respeito a sua dimensão técnico-ecológica, mas sim como resolver a equação que combine o desenvolvimento desses espaços, a dimensão ecológica e social e o respeito às demais formas de organização social neles existentes (quer sejam camponeses, indígenas, quilombolas etc.); pois, com certeza, não será pela simples criação de conceitos (como o de desenvolvimento territorial sustentável) que se resolverão os problemas dos Sertões de Canindé ou de qualquer outro “território”. Além do mais, como já se comentou, a ideologia que estabelece o desenvolvimento sustentável de territórios rurais não é constituída com esteio na análise de que o atual modelo é insustentável, e por isso se busca um modelo mais eqüitativo.

Foi pensando em tudo o que foi exposto até aqui: *não há lugar para a agricultura familiar nas políticas de territórios acolhida para os Sertões de Canindé*, porque não há lugar para a produção de subsistência. O camponês, individualizado, produz (familiarmente) para sua subsistência. E, quando se afirma que não há lugar para o camponês, é justamente porque, no MDA, não há lugar para a pequena produção de subsistência; não há lugar para essa categoria que reconhece na terra sua vida. Daí a necessidade do capital transformar o camponês num agricultor familiar de mercado. Além disso, grande parte dos agricultores não se sente motivada a participar dessas ações, pois desabona os projetos promovidos pela ação estatal.

Esse debate ressurgiu das velhas teorias do clássico pensamento social agrário, que propunha o desaparecimento do camponês, desconsiderando a permanência e, ao mesmo tempo, as mudanças desse grupo social que existe desde sempre. Não há dúvidas de que o camponês de hoje em muito difere do camponês de outrora. Ademais, essa é uma categoria que persiste. É preciso lembrar que, neste trabalho, se optou por trabalhar com o conceito de agricultura familiar, e, por vezes, se mostrou a proximidade entre o camponês e o agricultor familiar (visto à luz do paradigma da questão agrária). Assim, é possível falar no *Agricultor familiar camponês*, ressaltando as mudanças e persistências dessa classe.

É preciso atentar, entretanto, para o fato de que as propostas das políticas territoriais inserem o camponês numa nova dimensão territorial. Se não há lugar para o camponês, o que há? Territórios? O território do mercado? O território do capital?

Muito embora não se tenha a melhor resposta para tais indagações, contudo, é preciso, afirmar e fazer se perceber que os territórios mais aprisionam do que libertam, pois tentam reproduzir muito mais do que socializar o desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

170 cidades cearenses apresentavam mais da metade dos seus moradores vivendo em situação de pobreza. Diário do Nordeste. Fortaleza, 19/12/2008. Disponível em:

<<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=599628>> Acessado em: em janeiro de 2009.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. *Sertões e Sertanejos: uma geografia humana sofrida*. Revista Estudos Avançados, nº 13. 1999. p. 07-59

AB'SABER, Aziz Nacib. *Os Domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/1999/Agricultura_familiar.pdf>. Acesso: 10/04/2007

ABRAMOVAY, Ricardo. *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (textos para discussão nº 702).

ABRAMOVAY, Ricardo. Ruralidade e desenvolvimento territorial. *Gazeta Mercantil*. 15 de abril de 2001, p. A3. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_jornal/2001/Ruralidade_e_desenvolvimento.pdf> Acessado em: fevereiro de 2007.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. (Re)descobrimo o Rural no Ceará. In: SILVA, J. Borzacchiello, (et al). *Ceará: um novo olhar geográfico*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. *Uma Geografia das Políticas Fundiárias no estado do Ceará*. (Tese de Doutorado). UFC: Fortaleza, 2005b.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. *O que há de novo no rural brasileiro?* Maio de 2001. Disponível em: file:///C:/HFPIRES/adobepdf/Alentejano.html (1 de 14). Acessado em: outubro de 2008.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A Questão do território no Brasil*. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste: contribuições ao estudo da questão agrária no nordeste*. São Paulo: Atlas, 1986.

BRASIL. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil* – PNUD, 2003.

BRASIL. *Secretária CPMI da terra*. Brasília, 2003.

BURSZTYN, Marcel. *O Poder dos Donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. *Desenvolvimento Sustentável: Dimensões e desafios*. Campinas, S. P: Papirus, 2003.

CARLOS, Ana Fani de Alessandri. O lugar: mundialização e fragmentação. In: SANTOS, Milton. *O Novo Mapa do Mundo: Fim de Século e Globalização*. São Paulo. Hucitec, 1997. (p. 303 – 309)

CASTRO, Iná Elias de. *Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, Iná Elias de. *O mito da necessidade: discurso e pratica do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CHAYANOV, Alexander. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1986.

ELIAS, Denise. Reestruturação Produtiva da Agricultura cearense: rumo à desintegração competitiva e à fragmentação do espaço agrário. In: SILVA, J. Borzacchiello; (et al). *Ceará: um novo olhar geográfico*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2005.

ESTUDO PROPOSITIVO PARA DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA DO TERRITÓRIO DOS SERTÕES DE CANINDÉ-CE COM FOCO NO DESENVOLVIMENTO RURAL - 1º CICLO. Secretaria do Desenvolvimento Agrário/ Ministério do Desenvolvimento Agrário. Fortaleza, 2005.

FAJARDO, Sérgio. *Algumas Discussões Sobre a Abordagem Econômica do Território na Geografia e suas Implicações no Espaço Rural*. Revista RA'E GA, Curitiba, n. 10, p. 131-137, 2005.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. Ed. Globo. 3º ed. 2001. Disponível em: <<http://groups.google.com.br/group/digitalsource>>. Acessado em: Março de 2007.

FELÍCIO, Munir Jorge. *A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês*. CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária, v. 1, n. 2, p. 14-30, ago. 2006.

FERNANDES, Bernardo M. *Delimitação Conceitual do Campesinato*. (texto) Disponível em: <www.mst.org.br/informativos/vozes/textosbernardo2.htm>. Publicado em 25/10/2004. Acessado em: junho de 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Desenvolvimento Territorial: Conflitualidade e Sustentabilidade*. Brasília: CONDRAF, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra: Formação e Territorialização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1999.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GONÇALVES, Cláudio U. Expansão e intervenção do Estado: as faces do desenvolvimento territorial brasileiro. *Revista Geonordeste*, Sergipe, Ano XVIII, n. 01, p.13-37, jan./jun. 2007.

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. *Nova Economia*, vol. 7, nº 1. Belo Horizonte, maio de 1997. (p. 43-81)

GRAZIANO NETO, Francisco. Breve história da reforma agrária: distributivismo e inclusão no campo. *Revolução no Campo - Cadernos Adenauer*. Ano V, nº 03. Rio de Janeiro, dezembro de 2004. (p. 11-34)

GRZYBOWSKI, Candido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUANZIROLI, C.; CARDIM, S.E. *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Brasília: INCRA/FAO, 2000.

GUIMARÃES, Alberto Passo. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HAESBEART, Rogério. *O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.

HOBSBAWM, Eric J. Os Camponeses e a Política. In: HOBSBAWM, E. J. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico de 2000*. [s.l.]: [s.n.], 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *POPULAÇÕES RESIDENTES, EM 1º DE ABRIL DE 2007, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS*. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/popmunic2007layoutTCU14112007.pdf>>. Acessado em: dezembro de 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). *Anuário Estatístico do Ceará*. Fortaleza: IPECE, 2004.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). *Índice Municipal de Alerta de 2007*. Fortaleza: IPECE, 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). *Perfil Básico Municipal - Itatira*. Fortaleza: IPECE, 2007b.

JACOBI, Pedro. Estado Capitalista: Transformações na dinâmica de intervenção e papel das burocracias. In: *Movimentos sociais e Políticas Públicas: demandas por saneamento básico e saúde*. São Paulo, Cortez, 1989.

LABORATÓRIO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E TERRITORIAIS - LEAT. *Acesso à terra e desenvolvimento territorial: discutindo a definição de território conforme o MDA – três assentamentos em foco no Sertão de Canindé*. Fortaleza: LEAT/UFC, 2006.

LEFF, Enrique. *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U.; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Org.). *O campo no século XXI*. São Paulo: Casa Amarela, 2004.

MARTINE, George. A trajetória da modernidade agrícola: a quem beneficia? *Revista Lua Nova*, n. 23. São Paulo, março de 1991. (p. 07 – 37)

MARTINS, José de Sousa. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, José de Sousa. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Sousa. *Reforma Agrária: o impossível dialogo*. São Paulo: Edusp, 2004.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *Relatório final do grupo de trabalho interministerial para delimitação do semi-árido nordestino e do polígono das secas*. Brasília: [s.n.], 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: guia para o planejamento* (Documento de apoio nº 02). Brasília: MDA/SDT, 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Referência para a Gestão Social dos Territórios Rurais: guia para o controle social* (Documento de apoio nº 04). Brasília: MDA/SDT, 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Referência para a Gestão Social de Territórios Rurais* (Documento institucional nº 03). Brasília: MDA/SDT, 2005b.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Referências para o desenvolvimento territorial sustentável*. Brasília: NEAD, 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Referências para um programa o desenvolvimento territorial sustentável*. SDT/CONDRAF, 2003b.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge R. *Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural*. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo, Presidente Prudente: UNESP, 2006.

NASCIMENTO, Flávio Rodrigues do. *Degradação Ambiental e Desertificação no Nordeste Brasileiro: o contexto da bacia hidrográfica do rio Acaraú – Ceará*. Tese (Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro, Niterói: UFF, 2006.

NAVARRO, Zander. *Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, set./dez. 2001.

NOSSO FUTURO COMUM. *Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A Agricultura Camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e Conflitos de Classes*. 1981.

PALHARES MOREIRA REIS, Antonio Carlos. *O Poder Político e seus Elementos*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco: Ed. Universitária, 1978.

PAULINO, Eliane Tomiasi. *Terra é Vida: a Geografia dos camponeses no norte do Paraná*. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo, Presidente Prudente: UNESP, 2003.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

REFORMA AGRÁRIA QUANDO? *CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil*. Brasília: [s.n.], 2006.

REFORMA AGRÁRIA. *Veja*. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma_agraria/>. Acessado em: novembro de 2008

REYDON, Bastiaan Philip; PLATA, Ludwig Einstein Agurto. *Intervenção Estatal no Mercado de Terras: a experiência recente no Brasil*. São Paulo, UNICAMPI/NEA; INCRA, 200?.

RODRIGUES, Arlete M. *Moradia nas cidades brasileiras*. São Paulo. Contexto, 1991.

SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI: Desenvolvimento e Meio Ambiente*. São Paulo: Nobel, 1993.

SAMPAIO, José Levi F. *A fome e as duas faces do Estado do Ceará*. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: USP, 1999.

SAMPAIO, José Levi F. A Mobilidade da População Cearense e a Reestruturação Produtiva. In: CARLEIAL, Adelita Neto (Org.). *Transições Migratórias*. Fortaleza: Edições IPLANCE, 2002.

SAMPAIO, José Levi Furtado. *A Intervenção do Estado no Espaço Agrário de Bom Jesus Canindé – Ceará – 1985-1989*. Dissertação de Mestrado. Recife, 1991.

SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: NOBEL, 1992. 3º ed.

SAQUET, Marcos Aurélio. Campo – Território: considerações teórico-metodológicas. *CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária*. Vol. 1, nº. 1. Uberlândia: fevereiro de 2006. (p. 60-81)

SCHEJTMAN, Alexander; BERDEGUÉ, Julio A. *Desarrollo territorial rural*. Debates y temas rurales. Santiago de Chile, n. 1., 2004. Disponível em: <<http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=870>>.

SCHNEIDER, Sergio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*, Ano 6, nº. 11. Porto Alegre, jan./jun. 2004. (p. 88-125)

SCHNEIDER, Sergio; TARTARUGA, Ivan G. Peyré. Do território geográfico à abordagem territorial do desenvolvimento rural. In: *Jornadas de Intercambio y discusión: el desarrollo rural en su perspectiva institucional y territorial*, 1.,

2005, Buenos Aires. Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/PGDR/textosabertos/sergio_e_tartaruga.pdf>. Acesso em: abril de 2008.

SILVEIRA, Fernando Gaiger; [et al...]. *Dimensão, magnitude e localização das populações pobres no Brasil*. Brasília: MDA/NEAD, 2006.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs), *Geografia: conceitos e temas*, p. 77-116. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Marcos José Nogueira de. Bases Naturais e Esboço do zoneamento geoambiental do Estado do Ceará. In: LIMA, Luiz Cruz. MORAIS, Jáder Onofre de. SOUZA, Marcos José Nogueira de. *Compartimentação Territorial e Gestão Regional do Ceará*. Fortaleza, FUNECE: 2000.

SOUZA, Marcos José Nogueira de. Compartimentação geoambiental do Ceará. In: BOZACCHIELLO DA SILVA, J. et al. *Ceará: um novo olhar geográfico*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2005.

VEIGA, José Eli da. (et al.) *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

VEIGA, José Eli da. *Não falta motivo para pensar que o jargão ecológico se tornou retórico e tão palpável quanto o Éden*. 1998. Disponível em: <<http://www.zeeli.pro.br/textos/Estadao1998/33.htm>> Acesso em: maio de 2007.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. (tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa). Brasília, D.F. Unb, 1999.

ZANELLA, Maria Elisa. As Características Climáticas e os recursos hídricos do Estado do Ceará. In: BORZACCHIELLO DA SILVA, José [et al]. *CEARÁ: um novo olhar geográfico*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2005.

Sites visitados:

<http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma_agraria/>

<<http://www.mpabrasil.org.br>>

< <http://www.caninde.ce.gov.br>>

< <http://www.mda.gov.br>>

< <http://www.nead.gov.br>>